

UMA AVALIAÇÃO INTEGRADA DA GOVERNANÇA,  
DA SITUAÇÃO DOS ESTOQUES E DAS PESCARIAS

# AUDITORIA DA PESCA BRASIL 2020



APÊNDICE 3:  
**PESCARIAS**

**OCEANA** Proteger os oceanos  
e alimentar o mundo

### Apêndice 3 – Fichas de avaliação detalhada por pescaria

<p><b>ID PESCARIA: 1</b></p> <p><b>PESCARIA:</b> Espinhel horizontal direcionado para Atuns</p> <p><b>ESPÉCIE ALVO:</b> Albacora laje (<i>Thunnus albacares</i>); Albacora branca (<i>Thunnus alalunga</i>); Albacora bandolim (<i>Thunnus obesus</i>)</p> <p><b>ÁREA DE OPERAÇÃO:</b> Mar territorial, ZEE e Águas Internacionais</p> <p><b>CAPTURA INCIDENTAL:</b> Agulhão branco (<i>Tetrapturus albidus</i>); Agulhão negro (<i>Makaira nigricans</i>), Cação-bico-doce (<i>Galeorhinus galeus</i>); Cação-cola-fina, caçonete (<i>Mustelus schmitti</i>) Tubarão - peregrino (<i>Cetorhinus maximus</i>) Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (<i>Ginglymostoma cirratum</i>) Tubarão - baleia (<i>Rhincodon typus</i>) Cação-anjo-espinhoso (<i>Squatina Guggenheim</i>) Cação-anjo-liso (<i>Squatina occulta</i>) Cação bicudo, cação espátula, Quati (<i>Isogomphodon oxyrhynchus</i>) Tubarão Raposa (<i>Alopias superciliosus</i>), Peixe-serra, espadarte (<i>Pristis pectinata</i>, <i>P. perotteti</i>), Tubarão-limão, papa-areia (<i>Negaprion brevirostris</i>), Albatroz-desobrancelha-negra (<i>Thalassarche melanophrys</i>), Albatroz-de-nariz-amarelo-do-atlântico (<i>Thalassarche chlororhynchos</i>), Albatroz-errante (<i>Diomedea exulans</i>), Albatroz-de-Tristão (<i>Diomedea dabbenena</i>), Pardela-preta (<i>Procellaria aequinoctialis</i>), Pardela-de-óculos (<i>Procellaria conspicillata</i>), Pardelão-prateado (<i>Fulmarus glacialis</i>), Bobo-grande-de-sobrebranco (<i>Puffinus gravis</i>), Tartaruga-verde (<i>Chelonia mydas</i>), Tartaruga-cabeçuda (<i>Caretta caretta</i>), Tartaruga-de-pente (<i>Eretmochelys imbricata</i>), Tartaruga-oliva (<i>Lepidochelys olivacea</i>) e Tartaruga-gigante (<i>Dermochelys coriacea</i>).</p>	
<p><b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b></p>	<p>Os atuns são espécies pelágicas altamente migratórias cuja gestão ocorre em nível internacional por meio da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT). As albacoras são espécies oceânicas de alto valor comercial cuja captura é realizada com o uso do espinhel de superfície (longline) em áreas além da plataforma continental, com profundidade superior a 200 m. A frota nacional que atua nessa modalidade é composta por 210 embarcações, grande parte industriais, sediadas nos portos de Recife (PE), Cabedelo (PE), Natal (RN), Itajaí (SC), Navegantes (SC), Rio Grande (RS), e em menor representatividade em Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Niterói (RJ). A atuação dessa frota está concentrada em três áreas do Sudeste e Sul do Brasil: ao longo da costa de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul,</p>

	na Elevação de Rio Grande e no Canal de Hunter, e em menor escala na cadeia submarina de Vitória-Trindade; e em duas áreas no Nordeste do país: ao norte de 20°S voltada a pesca de albacora bandolim e albacora laje, geralmente no período de outubro a abril, e ao sul de 20°S voltada a pesca de albacora-branca, geralmente entre maio e setembro. Esse direcionamento da frota é realizado alternando-se a configuração do espinhel, em geral com o aumento ou a diminuição do número de linhas secundárias, por seção de espinhel e, dessa forma, buscando-se a faixa de profundidade de maior concentração de cada espécie. Essa pescaria também captura incidentalmente algumas espécies de agulhões, aves e tartarugas marinhas, além de tubarões pelágicos, como o tubarão azul, tubarão martelo, tubarão galha-branca-oceânico.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	A pesca de atuns e afins com espinhel de superfície ocorre na ZEE brasileira e em águas internacionais. Estoques altamente migratórios como os atuns são geridos por Organizações Regionais de Ordenamento Pesqueiro – OROPs (RFMO, sigla em inglês). A OROP responsável pelo ordenamento da pesca de atuns no Atlântico é a ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico), que estabelece regras de controle para os países signatários da Convenção. Das espécies de atum alvos da pesca de espinhel de superfície, todas possuem limites de captura estabelecidos pela ICCAT (ICCAT, 2016; ICCAT, 2019). Ainda que o Brasil não disponha de um mecanismo para internalizar automaticamente as recomendações da ICCAT na forma de normas a serem seguidas pela frota nacional, nenhuma das espécies-alvo desta pescaria possuem cotas específicas para o Brasil, o que torna a internalização destas medidas desnecessária. A Portaria nº 89/2019, suspende novas emissões de Permissão Prévia de Pesca, Autorização de Pesca e Autorização de Pesca Complementar para toda e qualquer modalidade de pesca de atuns no Brasil, de modo a limitar o esforço de pesca (BRASIL, 2019).
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	P	De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 2 espécies de agulhões, 12 espécies de elasmobrânquios, 8 espécies de aves marinhas e 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL, 2011b). A IN nº 12/2005, estabelece que deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos ( <i>Tetrapturus albidus</i> ) e os agulhões negros ( <i>Makaira nigricans</i> ) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais (BRASIL, 2005). A pescaria deve cumprir as medidas de redução de capturas incidentais de aves marinhas exigidas pela INI nº 07/2014, que obriga o uso da linha-espanta-aves ( <i>Toriline</i> ), largada noturna do espinhel e regime de pesos para acelerar o afundamento do petrecho (BRASIL, 2014b). Além disso, a pescaria deve cumprir as medidas de redução de capturas incidentais



		<p>de tartarugas marinhas previstas na Portaria Interministerial nº 74/2017, que torna obrigatório o uso de anzóis circulares (BRASIL, 2017); tal medida também está estabelecida para as embarcações desta pescaria que operam na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz, prevista pela Portaria Conjunta nº 2/2018 (BRASIL, 2018a). Obriga, ainda, as embarcações a disporem a bordo equipamentos e petrechos para serem utilizados na retirada de anzóis, corte de linhas e anzóis e posterior soltura de todos os espécimes de tartarugas marinhas capturados incidentalmente, cujo procedimento também é detalhado na normativa. A proibição do uso do estropo de aço, para evitar capturas incidentais de tubarões, somente se aplica para as embarcações desta pescaria que operam na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, prevista pela Portaria Conjunta nº 3/2018 (BRASIL, 2018b). A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (<i>Alopias supeciliosus</i>) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL 2011a). Sendo assim, considera-se que esta pescaria tem obrigação legal de implementar medidas de redução apenas para as espécies de tartaruga e aves marinhas capturadas incidentalmente e, portanto, o indicador está parcialmente atendido.</p>
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	<p>A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial, ZEE e águas internacionais. Os principais pontos de desembarque da frota de espinhel de superfície dirigida aos atuns estão concentrados principalmente no nordeste do Brasil, com destaque para os portos de Recife e Cabedelo (PE) e Natal (RN). Embarcações de espinhel engajadas na pesca de atuns também operam no sudeste e sul do Brasil, tendo por base os portos de Itajaí e Navegantes (SC) e Rio Grande (RS), com menor participação em Santos (SP) e Rio de Janeiro e Niterói (RJ). Ao analisar a existência de monitoramento de desembarque nesta pescaria deve-se, portanto, focar nestes que são os principais estados onde se registra produção de atum por barcos de espinhel.</p> <p>O Brasil atualmente não conta com um programa único de cobertura nacional para o monitoramento dos desembarques pesqueiros. O único programa oficial de estatística pesqueira de grande escala é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora os desembarques das frotas artesanais e industriais no estados do RJ, SP, PR e SC (Petrobrás, 2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a</p>

		Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Os demais estados não contam com monitoramento de desembarques para a frota comercial, o que inclui os principais pontos de desembarque da pescaria em análise (e.g. Natal, Recife e Cabedelo). Sendo assim, apenas parte dos desembarques da pescaria é monitorado de forma que consideramos o indicador parcialmente atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A Instrução Normativa nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT (BRASIL, 2013). A IN MPA nº 20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de atuns e espadarte, na modalidade de espinhel de superfície, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 210 embarcações registradas na pescaria de Espinhel horizontal direcionado para Atuns (correspondente a modalidade 1.1. da INI nº 10/2011), das quais 100% (n=210) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	P	A norma que rege o PREPS – Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras, é a INC nº 02/2006, torna obrigatória a adesão ao PREPS a todas as embarcações da frota brasileira cujo comprimento total seja igual ou superior a 15 metros ou com arqueação bruta igual ou superior a 50AB (BRASIL, 2006b). Para a frota de espinhel existem ainda alguns regimes especiais como o descrito no Art. 6º da INI nº 7/2014, que dispõe sobre medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas, estabelece que “As embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 15 (quinze), autorizadas a operar nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul, até a divisa entre os Estados do Espírito Santo e da Bahia, nas modalidades de espinhel horizontal de superfície, para

		<p>as espécies-alvo albacoras, espadarte ou dourado, ficam obrigadas, a partir de 1º de março de 2015, a aderir e manter em funcionamento o equipamento de monitoramento remoto vinculado ao PREPS” (BRASIL, 2014b).</p> <p>Do total de 210 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 80% (n=169) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está parcialmente atendido.</p>
--	--	---

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2005. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 12, de 14 de julho de 2005. Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*), agulhões negros (*Makaira nigricans*), agulhões verdes (*Tetrapturus pfluegeri*) e agulhões vela (*Istiophorus albicans*), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de julho de 2005.
- (2) BRASIL, 2006a. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (3) BRASIL, 2006b. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (*Alopias supecillo*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (6) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 07, de 30 de outubro de 2014. Estabelece medidas mitigatórias para a diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações pesqueiras que atuam na modalidade espinhel horizontal de superfície, ao sul de 20° S. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de outubro de 2014, Seção 1, p. 47-48.

- (9) BRASIL, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 74, de 01 de novembro de 2017. Estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de Tartarugas marinhas por embarcações Pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e águas internacionais. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de novembro de 2017, Seção 1, p. 81-83.
- (10) BRASIL, 2018a. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Comando da Marinha. Portaria Conjunta nº 2, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2018, Seção 1, p. 63.
- (11) BRASIL, 2018b. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Comando da Marinha. Portaria Conjunta nº 3, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2018, Seção 1, p. 63.
- (12) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3.
- (13) ICCAT, 2016. Recommendation by ICCAT on the Southern Albacore catch limits for the period 2017 to 2020. Rec. 16-07. Disponível em: <https://www.iccat.int/Documents/Recs/compendiopdf-e/2016-07-e.pdf>.
- (14) ICCAT, 2019. Recommendation by ICCAT to replace recommendation 16-01 by ICCAT on a multi-annual conservation and management programme for Tropical Tunas. Rec. 19-02. Disponível em: <https://www.iccat.int/Documents/Recs/compendiopdf-e/2019-02-e.pdf>.
- (15) Petrobrás, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA:** 2

**PESCARIA:** Espinhel horizontal (superfície) direcionado para Espadarte

**ESPÉCIE ALVO:** Espadarte (*Xiphias gladius*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial, ZEE e Águas Internacionais

**CAPTURA INCIDENTAL:** Agulhão branco (*Tetrapturus albidus*); Agulhão negro (*Makaira nigricans*), Cação-bico-doce (*Galeorhinus galeus*); Cação-cola-fina, caçonete (*Mustelus schmitti*) Tubarão - peregrino (*Cetorhinus maximus*) Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (*Ginglymostoma cirratum*) Tubarão - baleia (*Rhincodon typus*) Cação-anjo-espinhoso (*Squatina Guggenheim*) Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*) Cação bicudo, cação espátula, Quati (*Isogomphodon oxyrhynchus*) Tubarão Raposa (*Alopias supercilliosus*), Peixe-serra, espadarte (*Pristis pectinata*, *P. perotteti*), Tubarão-limão, papa-areia (*Negaprion brevirostris*), Albatroz-desobrancelha-negra (*Thalassarche melanophrys*), Albatroz-de-nariz-amarelo-do-atlântico (*Thalassarche chlororhynchus*), Albatroz-errante (*Diomedea exulans*), Albatroz-de-Tristão (*Diomedea dabbenena*), Pardela-preta (*Procellaria aequinoctialis*), Pardela-de-óculos (*Procellaria conspicillata*), Pardelão-prateado (*Fulmarus glacialis*), Bobo-grande-de-sobrebranco (*Puffinus gravis*), Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*).

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

Os atuns são espécies pelágicas altamente migratórias cuja gestão ocorre em nível internacional por meio da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT). O espadarte é uma espécie oceânica, epi e mesopelágica, de alto valor comercial, cuja captura é realizada com o uso do espinhel de superfície (longline) em áreas além da plataforma continental, com profundidade superior a 200 m. A frota nacional que atua nessa pescaria é composta por 143 embarcações, cuja maioria são semi-industriais, sediadas no estado do Espírito Santo. Já as embarcações industriais estão sediadas nos portos de Natal (RN), Vitória (ES), Santos (SP), Itajaí (SC), Navegantes (SC) e Rio Grande (RS). Essa pescaria também captura incidentalmente algumas espécies de agulhões, aves e tartarugas marinhas, além de tubarões pelágicos, como o tubarão azul.

INDICADOR

R

JUSTIFICATIVA



<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>S</p>	<p>A pesca de atuns e afins com espinhel de superfície ocorre na ZEE brasileira e em águas internacionais. Estoques altamente migratórios como os atuns são geridos por Organizações Regionais de Ordenamento Pesqueiro – OROPs (RFMO, sigla em inglês). A OROP responsável pelo ordenamento da pesca de atuns no Atlântico é a ICCAT (Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico), que estabelece regras de controle para os países signatários da Convenção. O espadarte é uma das espécies geridas pela ICCAT a qual possui Limites de Captura (TAC) implantados por meio de quotas para cada país [Rec 17-03] (ICCAT, 2017). O Brasil possui a sua cota estabelecida pela ICCAT no valor de 3.940 toneladas, porém desde 2012 (Brasil, 2011b) este limite não é internalizado pelo governo brasileiro por meio de atos normativos internos. Isto significa que o país, como parte contratante da ICCAT, precisa cumprir com a cota estabelecida, porém a frota em si não possui restrições internas de captura, o que dificulta o controle e a fiscalização. A Portaria nº 115-N/1998, define o tamanho mínimo de captura de espadarte em 125cm (BRASIL, 1998).</p>
<p>3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?</p>	<p>P</p>	<p>De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 2 espécies de agulhões, 12 espécies de elasmobrânquios, 8 espécies de aves marinhas e 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL, 2011c). A IN nº 12/2005, estabelece que deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos (<i>Tetrapturus albidus</i>) e os agulhões negros (<i>Makaira nigricans</i>) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais (BRASIL,2005). A pescaria deve cumprir as medidas de redução de capturas incidentais de aves marinhas exigidas pela INI nº 07/2014, que obriga o uso da linha-espanta-aves (Toriline), largada noturna do espinhel e regime de pesos para acelerar o afundamento do petrecho (BRASIL,2014b). Além disso, a pescaria deve cumprir as medidas de redução de capturas incidentais de tartarugas marinhas previstas na Portaria Interministerial nº 74/2017, que torna obrigatório o uso de anzóis circulares (BRASIL,2017). Obriga, ainda, as embarcações a disporem a bordo equipamentos e petrechos para serem utilizados na retirada de anzóis, corte de linhas e anzóis e posterior soltura de todos os espécimes de tartarugas marinhas capturados incidentalmente, cujo procedimento também é detalhado na normativa. O uso obrigatório do anzol circular também está estabelecido para as embarcações desta pescaria que operam na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz, conforme Portaria Conjunta nº 2/2018 (BRASIL,2018a). A proibição do uso do estropo de aço, para evitar capturas incidentais de tubarões, somente se aplica para as embarcações desta pescaria que operam na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, prevista pela Portaria Conjunta nº 3/2018 (BRASIL,2018b). A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (<i>Alopias supecilosus</i>) em</p>

		<p>águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL,2011a). Esta pescaria ainda tem como captura incidental o Cação-bico-doce (<i>Galeorhinus galeus</i>), o caçonete (<i>Mustelus schmitti</i>), o Cação-anjo-espinhoso (<i>Squatina guggenheim</i>) e o Cação-anjo-liso (<i>Squatina occulta</i>), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014c). Estas espécies de elasmobrânquios, todavia, são de hábito demersal e não devem ocorrer capturas em operações de pesca da frota de espinhel de superfície. Sendo assim, considera-se que esta pescaria tem obrigação legal de implementar medidas de redução apenas para as espécies de tartaruga e aves marinhas capturadas incidentalmente e, portanto, o indicador está parcialmente atendido.</p>
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	<p>A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial, ZEE e águas internacionais. O único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e FFIPERJ (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Os demais estados não contam com um programa oficial de monitoramento de desembarques e também não há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido.</p>
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	<p>Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.</p>

3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº 20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de atuns e espadarte, na modalidade de espinhel de superfície, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 143 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.2 da INI nº 10/2011), das quais 100% (n=143) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	P	A norma que rege o PREPS – Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras, é a INC nº 02/2006, que torna obrigatória a adesão ao PREPS a todas as embarcações da frota brasileira cujo comprimento total seja igual ou superior a 15 metros ou com arqueação bruta igual ou superior a 50AB (BRASIL,2006b). Para a frota de espinhel existem ainda alguns regimes especiais como o descrito no Art. 6º da INI nº 7/2014, que dispõe sobre medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas, estabelece que “As embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 15 (quinze), autorizadas a operar nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul, até a divisa entre os Estados do Espírito Santo e da Bahia, nas modalidades de espinhel horizontal de superfície, para as espécies-alvo albacoras, espadarte ou dourado, ficam obrigadas, a partir de 1º de março de 2015, a aderir e manter em funcionamento o equipamento de monitoramento remoto vinculado ao PREPS” (BRASIL,2014b). Do total de 143 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 58% (n=83) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está parcialmente atendido.
<b>REFERÊNCIAS</b>  (1) BRASIL, 1998. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 115-N, de 17 de agosto de 1998. Proíbe no mar territorial brasileiro e na Zona Econômica Exclusiva brasileira, a captura, o desembarque, a conservação, o beneficiamento, o transporte, a industrialização, a comercialização e a exportação do espadarte ( <i>Xiphias gladius</i> ), de comprimento inferior a 125 cm (cento e vinte e cinco centímetros). Diário Oficial da União, Brasília,18 de agosto de 1998.		

- (2) BRASIL, 2005. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 12, de 14 de julho de 2005. Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*), agulhões negros (*Makaira nigricans*), agulhões verdes (*Tetrapturus pfluegeri*) e agulhões vela (*Istiophorus albicans*), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de julho de 2005.
- (3) BRASIL, 2006a. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (4) BRASIL, 2006b. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (*Alopias supeciliosus*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.
- (6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 15 de abril de 2011. Fixa o limite máximo permitido de capturas do espadarte ou meka (*Xiphias gladius*), para os exercícios de 2011 e 2012, realizadas por embarcações brasileiras de pesca de atuns e afins em águas Jurisdicionais Brasileiras e águas internacionais. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.
- (7) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (8) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (9) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (10) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 07, de 30 de outubro de 2014. Estabelece medidas mitigatórias para a diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações pesqueiras que atuam na modalidade espinhel horizontal de superfície, ao sul de 20° S. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de outubro de 2014, Seção 1, p. 47-48.
- (11) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (12) BRASIL, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 74, de 01 de novembro de 2017. Estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de Tartarugas marinhas por embarcações Pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e águas internacionais. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de novembro de 2017, Seção 1, p. 81-83.

- (13) BRASIL, 2018. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Comando da Marinha. Portaria Conjunta nº 2, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2018, Seção 1, p. 63.
- (14) BRASIL, 2018. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Comando da Marinha. Portaria Conjunta nº 3, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2018, Seção 1, p. 63.
- (15) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3
- (16) ICCAT, 2017. Recommendation by ICCAT amending the recommendation for the conservation of South Atlantic Swordfish, Rec. 16-04. Rec. 17-03. Disponível em: <https://www.iccat.int/Documents/Recs/compendiopdf-e/2017-03-e.pdf>.
- (17) Petrobrás, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.



<p><b>ID PESCARIA:</b> 3</p> <p><b>PESCARIA:</b> Espinhel horizontal (Itaipava) com isca-viva direcionado para Dourado</p> <p><b>ESPÉCIE ALVO:</b> Dourado (<i>Coryphaena hippurus</i>)</p> <p><b>ÁREA DE OPERAÇÃO:</b> Mar territorial S/SE; ZEE S/SE; e Águas internacionais</p> <p><b>CAPTURA INCIDENTAL:</b> Agulhão branco (<i>Tetrapturus albidus</i>); Agulhão negro (<i>Makaira nigricans</i>), Cação-bico-doce (<i>Galeorhinus galeus</i>); Cação-cola-fina, caçonete (<i>Mustelus schmitti</i>) Tubarão-peregrino (<i>Cetorhinus maximus</i>) Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (<i>Ginglymostoma cirratum</i>) Tubarão - baleia (<i>Rhincodon typus</i>) Cação-anjo-espinhoso (<i>Squatina Guggenheim</i>) Cação-anjo-liso (<i>Squatina occulta</i>) Cação bicudo, cação espátula, Quati (<i>Isogomphodon oxyrhynchus</i>) Tubarão Raposa (<i>Alopias supercilliosus</i>), Peixe-serra, espadarte (<i>Pristis pectinata</i>, <i>P. perotteti</i>), Tubarão-limão, papa-areia (<i>Negaprion brevirostris</i>), Albatroz-de-sobrancelha-negra (<i>Thalassarche melanophrys</i>), Albatroz-de-nariz-amarelo-do-atlântico (<i>Thalassarche chlororhynchus</i>), Albatroz-errante (<i>Diomedea exulans</i>), Albatroz-de-Tristão (<i>Diomedea dabbenena</i>), Pardela-preta (<i>Procellaria aequinoctialis</i>), Pardela-de-óculos (<i>Procellaria conspicillata</i>), Pardelão-prateado (<i>Fulmarus glacialis</i>), Bobo-grande-de-sobre-branco (<i>Puffinus gravis</i>), Tartaruga-verde (<i>Chelonia mydas</i>), Tartaruga-cabeçuda (<i>Caretta caretta</i>), Tartaruga-de-pente (<i>Eretmochelys imbricata</i>), Tartaruga-oliva (<i>Lepidochelys olivacea</i>) e Tartaruga-gigante (<i>Dermochelys coriacea</i>).</p>		
CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA	Essa pescaria realizada por cerca de 383 embarcações semi-industriais, conhecidas como frota do tipo Itaipava, utiliza três artes de pesca com anzóis: a) pesca de corrico; b) pesca com espinhéis (de superfície para dourado e pelágico para espadarte); e c) pesca de linha de fundo ou linha de mão. Muitas vezes, tais modalidades de pesca são utilizadas concomitantemente; mesmo os espinhéis para dourado e para espadarte/meca são usados pela mesma embarcação no mesmo cruzeiro de pesca, respectivamente, durante o dia e a noite. A atuação da frota se estende desde a Bahia até o Rio de Janeiro, os desembarques ocorrem na região metropolitana de Vitória e sobretudo nos municípios de Itapemirim (Itaipava), Piúma, Anchieta, Guarapari e Aracruz (ES). A frota também desembarca em outros estados como nos portos de Itajaí e Navegantes (SC). Essa pescaria tem uma alta taxa de captura incidental de aves e tartarugas marinhas.	
	INDICADOR	JUSTIFICATIVA

<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>N</p>	<p>O dourado (<i>Coryphaena hippurus</i>) é também uma espécie altamente migratória a qual, de forma similar aos pequenos atuns (<i>Small Tunas</i>), não possui avaliações de estoque nem regras de controle específicas definidas pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico – ICCAT. Não foram encontradas medidas de ordenamento vigentes para esta pescaria, definindo, por exemplo, períodos e as áreas de pesca, limites de captura, especificações do petrecho de pesca, dentre outros. A Portaria 89/2019 que limita novas autorizações de pesca para qualquer modalidade que tenha por alvo espécies de atuns poderia ser considerada uma medida de controle de esforço vigente para a frota. Contudo, esta normativa não é clara quanto à sua aplicação para outras modalidades que tenham por alvo espécies altamente migratórias que não os atuns, como é o caso do dourado e das cavalas. Em consulta realizada à SAP, foi informado que a portaria em questão não se aplica a outras espécies como o dourado e cavalas. O indicador, portanto, não é atendido.</p>
<p>3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?</p>	<p>P</p>	<p>De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 2 espécies de agulhões, 12 espécies de elasmobrânquios, 8 espécies de aves marinhas e 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL,2011b). A IN nº 12/2005, estabelece que deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos (<i>Tetrapturus albidus</i>) e os agulhões negros (<i>Makaira nigricans</i>) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais (BRASIL,2005). A pescaria deve cumprir as medidas de redução de capturas incidentais de tartarugas marinhas previstas na Portaria Interministerial nº 74/2017, que obriga todas as embarcações que operam na modalidade de espinhel horizontal de superfície, no mar territorial, na ZEE brasileira e águas internacionais, a disporem a bordo equipamentos e petrechos para serem utilizados na retirada de anzóis, corte de linhas e anzóis e posterior soltura de tartarugas marinhas capturadas incidentalmente, cujo procedimento também é detalhado na normativa (BRASIL,2017). O uso obrigatório do anzol circular está estabelecido para as embarcações desta pescaria que operam na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz, conforme Portaria Conjunta nº 2/2018 (BRASIL,2018). A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (<i>Alopias supeciliosus</i>) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL,2011a). Esta pescaria ainda tem como captura incidental o Cação-bico-doce (<i>Galeorhinus galeus</i>), o caçonete (<i>Mustelus schmitti</i>), o Cação-anjo-espinhoso (<i>Squatina guggenheim</i>) e o</p>

		<p>Cação-anjo-liso (<i>Squatina occulta</i>), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL, 2014c). Estas espécies de elasmobrânquios, todavia, são de hábito demersal e não devem ocorrer capturas em operações de pesca da frota de espinhel de superfície. Uma vez que esta pescaria só tem obrigação legal de implementar medidas de redução para o grupo das tartarugas marinhas, o indicador está parcialmente atendido. Não existem medidas previstas na legislação para evitar a captura de aves marinhas e elasmobrânquios.</p>
<p>3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?</p>	<p><b>p</b></p>	<p>A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S. A sua dinâmica espacial de operação obedece apresenta uma sazonalidade bem demarcada. Nos meses de verão a frota desce e atua ao largo da região Sul do Brasil, desembarcando nos portos de Rio Grande (RS), Itajaí e Navegantes (SC). Nos meses de inverno, suas operações se concentram ao norte do Rio de Janeiro, com desembarques nos portos do Espírito Santo.</p> <p>O Brasil atualmente não conta com um programa único de cobertura nacional para o monitoramento dos desembarques pesqueiros. O único programa oficial de estatística pesqueira de grande escala é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarques das frotas artesanais e industriais no estados do RJ, SP, PR e SC (Petrobrás, 2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Os demais estados não contam com monitoramento de desembarques para a frota comercial, o que inclui os principais pontos de desembarque da pescaria que são aqueles sediados no estado do Espírito Santo (e.g. Itaipava, Vitória). Sendo assim, apenas parte dos desembarques da pescaria é monitorado de forma que consideramos o indicador parcialmente atendido.</p>

3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	<b>N</b>	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	<b>S</b>	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de espinhel para atuns devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 383 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.3 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. O indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	<b>N</b>	A norma que rege o PREPS – Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras, é a INC nº 02/2006, que torna obrigatória a adesão ao PREPS a todas as embarcações da frota brasileira cujo comprimento total seja igual ou superior a 15 metros ou com arqueação bruta igual ou superior a 50AB (BRASIL,2006b). Ainda, o Art. 6º da INI nº 7/2014, que dispõe sobre medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas, estabelece que as embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 15 (quinze), autorizadas a operar nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul, até a divisa entre os Estados do Espírito Santo e da Bahia, nas modalidades de espinhel horizontal de superfície, para as espécies-alvo albacoras, espadarte ou dourado, ficam obrigadas, a partir de 1º de março de 2015, a aderir e manter em funcionamento o equipamento de monitoramento remoto vinculado ao PREPS (BRASIL,2014b). Do total de 383 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 47% (n=182) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
<b>REFERÊNCIAS</b>		

- (1) BRASIL, 2005. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 12, de 14 de julho de 2005. Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*), agulhões negros (*Makaira nigricans*), agulhões verdes (*Tetrapturus pfluegeri*) e agulhões vela (*Istiophorus albicans*), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de julho de 2005.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (*Alopias supecillosus*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (6) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 07, de 30 de outubro de 2014. Estabelece medidas mitigatórias para a diminuição da captura incidental de aves marinhas por embarcações pesqueiras que atuam na modalidade espinhel horizontal de superfície, ao sul de 20° S. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de outubro de 2014, Seção 1, p. 47-48.
- (9) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (10) BRASIL, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 74, de 01 de novembro de 2017. Estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de Tartarugas marinhas por embarcações Pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e águas internacionais. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de novembro de 2017, Seção 1, p. 81-83.
- (11) BRASIL, 2018. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Comando da Marinha. Portaria Conjunta nº 2, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2018, Seção 1, p. 63.



(12) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3

(13) Petrobrás, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA:** 4

**PESCARIA:** Espinhel horizontal (superfície) direcionado para Dourado

**ESPÉCIE ALVO:** Dourado (*Coryphaena hippurus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial N/NE; ZEE N/NE; e Águas internacionais

**CAPTURA INCIDENTAL:** Agulhão branco (*Tetrapturus albidus*); Agulhão negro (*Makaira nigricans*), Cação-bico-doce (*Galeorhinus galeus*); Cação-cola-fina, caçonete (*Mustelus schmitti*) Tubarão-peregrino (*Cetorhinus maximus*) Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (*Ginglymostoma cirratum*) Tubarão - baleia (*Rhincodon typus*) Cação-anjo-espinhoso (*Squatina Guggenheim*) Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*) Cação bicudo, cação espátula, Quati (*Isogomphodon oxyrhynchus*) Tubarão Raposa (*Alopias supercilliosus*), Peixe-serra, espadarte (*Pristis pectinata*, *P. perotteti*), Tubarão-limão, papa-areia (*Negaprion brevirostris*), Albatroz-de-sobrancelha-negra (*Thalassarche melanophrys*), Albatroz-de-nariz-amarelo-do-atlântico (*Thalassarche chlororhynchus*), Albatroz-errante (*Diomedea exulans*), Albatroz-de-Tristão (*Diomedea dabbenena*), Pardela-preta (*Procellaria aequinoctialis*), Pardela-de-óculos (*Procellaria conspicillata*), Pardelão-prateado (*Fulmarus glacialis*), Bobo-grande-de-sobre-branco (*Puffinus gravis*), Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*).

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA		O dourado é uma espécie epipelágica e cosmopolita cuja pesca é sazonal e realizada com o emprego de espinhel de superfície (espinhel boiado) entre os estados de Alagoas e Amapá por cerca de 17 embarcações, maioria artesanais. A espécie é considerada pela ICCAT dentro do grupo dos Small Tunas, sendo a gestão do estoque sob responsabilidade desta ORP. Essa pescaria tem uma alta taxa de captura incidental de tartarugas marinhas. Existem poucas caracterizações disponíveis na literatura sobre a modalidade e a frota avaliada.
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	N	O dourado ( <i>Coryphaena hippurus</i> ) é também uma espécie altamente migratória a qual, de forma similar aos pequenos atuns ( <i>Small Tunas</i> ), não possui avaliações de estoque nem regras de controle específicas definidas pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico – ICCAT. Não foram encontradas medidas

		de ordenamento vigentes para esta pescaria, definindo, por exemplo, os tamanhos mínimos de captura das espécies alvo, as áreas de exclusão (caso existam), os períodos de defeso das espécies alvo, limites de captura, especificações do petrecho de pesca, dentre outros. A Portaria 89/2019 que limita novas autorizações de pesca para qualquer modalidade que tenha por alvo espécies de atuns poderia ser considerada uma medida de controle de esforço vigente para a frota. Contudo, esta normativa não é clara quanto à sua aplicação para outras modalidades que tenham por alvo espécies altamente migratórias que não os atuns, como é o caso do dourado e das cavalas. Em consulta realizada à SAP, foi informado que a portaria em questão não se aplica a outras espécies como o dourado e cavalas. O indicador, portanto, não é atendido.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	P	De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 2 espécies de agulhões, 12 espécies de elasmobrânquios, 8 espécies de aves marinhas e 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL,2011b). A IN nº 12/2005, estabelece que deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos ( <i>Tetrapturus albidus</i> ) e os agulhões negros ( <i>Makaira nigricans</i> ) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais (BRASIL,2005). A pescaria deve cumprir as medidas de redução de capturas incidentais de tartarugas marinhas previstas na Portaria Interministerial nº 74/2017, que obriga todas as embarcações que operam na modalidade de espinhel horizontal de superfície, no mar territorial, na ZEE brasileira e águas internacionais, a disporem a bordo equipamentos e petrechos para serem utilizados na retirada de anzóis, corte de linhas e anzóis e posterior soltura de tartarugas marinhas capturadas incidentalmente, cujo procedimento também é detalhado na normativa (BRASIL,2017). A proibição do uso do estropo de aço, para evitar capturas incidentais de tubarões, somente se aplica para as embarcações desta pescaria que operam na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, prevista pela Portaria Conjunta nº 3/2018 (BRASIL,2018). A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa ( <i>Alopias supeciliosus</i> ) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL,2011a). Esta pescaria ainda tem como captura incidental o Cação-bico-doce ( <i>Galeorhinus galeus</i> ), o caçonete ( <i>Mustelus schmitti</i> ), o Cação-anjo-espinhoso ( <i>Squatina guggenheim</i> ) e o Cação-anjo-liso ( <i>Squatina occulta</i> ), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente

		devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). Estas espécies de elasmobrânquios, todavia, são de hábito demersal e não devem ocorrer capturas em operações de pesca da frota de espinhel de superfície. Uma vez que esta pescaria só tem obrigação legal de implementar medidas de redução para as espécies de tartaruga marinhas e para tubarões em parte da frota o indicador está parcialmente atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que coletam dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de espinhel para atuns devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 17 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.4 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 17

embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 6% (n=1) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERENCIAS:

- (1) BRASIL, 2005. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 12, de 14 de julho de 2005. Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*), agulhões negros (*Makaira nigricans*), agulhões verdes (*Tetrapturus pfluegeri*) e agulhões vela (*Istiophorus albicans*), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de julho de 2005.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (*Alopias supeciliosus*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (6) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (9) BRASIL, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 74, de 01 de novembro de 2017. Estabelece medidas mitigadoras para redução da captura incidental e da mortalidade de Tartarugas marinhas por embarcações Pesqueiras que operam na modalidade espinhel horizontal de superfície, no mar territorial brasileiro, na Zona Econômica Exclusiva - ZEE brasileira e águas internacionais. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de novembro de 2017, Seção 1, p. 81-83.
- (10) BRASIL, 2018. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Comando da Marinha. Portaria Conjunta nº 3, de 24 de agosto de 2018. Disciplina a atividade de pesca na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2018, Seção 1, p. 63.



(11) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3

**ID PESCARIA:** 5

**PESCARIA:** Espinhel horizontal (fundo) direcionado para Dourada, Pira-mutaba e Gurijuba.

**ESPÉCIE ALVO:** Dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), Pira-mutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) Gurijuba (*Sciades parkeri*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N (AP ao PA)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Mero (*Epinephelus itajara*)

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA		
Na costa norte do Brasil, a frota que utiliza espinhel de fundo é composta por 335 embarcações predominantemente artesanais e sediadas no Pará, que capturam bagres (dourada, pira-mutaba, gurijuba), bem como tubarões (tubarão-martelo, cação prenhoa, cação frango, sacuri galha preta, cação bebeu), em profundidades de 15 a 70 m. Existe pouco detalhamento na literatura acerca do padrões operacionais desta pescaria. Os desembarques ocorrem em Santana, Macapá, Calçoene, Amapá e Oiapoque (AP), Manaus (AM), Santarém, Óbidos, Vigia e Belém (PA).		
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A Portaria Interministerial nº 43/2018 define tamanho mínimo de captura, período de defeso de 17/11 a 31/03, e dá outras providências, para a pesca de <i>Sciades parkeri</i> com qualquer tipo de petrecho, em toda costa brasileira (BRASIL, 2018). Não existem outras normativas regulando esta pescaria ou as demais espécies alvo, portanto o indicador está parcialmente atendido.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	A Portaria Interministerial nº 13/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo de <i>Epinephelus itajara</i> , assim como seu desembarque, armazenamento, transporte e comercialização, até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL, 2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. No entanto, não existem medidas de redução da captura incidental de Mero previstas em lei para esta pescaria.

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE da região norte, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que coletam dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. A Portaria Interministerial nº 43/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques de <i>Sciades parkeri</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca. No entanto, o texto da normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na modalidade de espinhel de fundo para peixes, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 335 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.5 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A Portaria Interministerial nº 43/2018, que estabelece medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca da espécie <i>Sciades parkeri</i> , obriga todas as embarcações autorizadas a operar com espinhel de fundo na modalidade 1.5 da INI nº 10/2011 a usar e manter em funcionamento equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação, nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras-PREPS durante as operações de pesca. Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (4) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (5) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.
- (6) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 43, de 27 de julho de 2018. Regulamenta a pesca da espécie *Sciades parkeri* (gurijuba) nas águas jurisdicionais brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 6.

**ID PESCARIA: 6**

**PESCARIA:** Espinhel de fundo direcionado para captura de Serranidae e Caranjidae

**ESPÉCIE ALVO:** Cherne verdadeiro (*Epinephelus niveatus*), Garoupa vermelha-de-abrolhos (*Epinephelus morio*), Badejo-quadrado (*Mycteroperca bonaci*), Badejomira (*Mycteroperca acutirostris*), Badejo-da-areia (*Mycteroperca microlepis*), Xarelete (*Caranx latus*), Xaréu (*Caranx hippos*), olho-de-boi (*Seriola dumerili*), Garajuba (*Caranx crysus*), Garajuba amarela (*Carangoides bartholomaei*), Palombeta (*Chloroscombrus chrysurus*), Peixe-rei (*Elagatis bipinnulata*), Timbira (*Oligoplites saliens*), Galo (*Selene setapinnis*), Galo-de-penacho (*Selene vomer*), Galo-do-alto (*Alectis ciliaris*), Xixarro (*Trachurus lathamii*), Arabaiana (*Seriola dumerili*), (*Seriola fasciata*), Olhete (*Seriola lalandi*), Pampo (*Trachinotus carolinus*, *Trachinotus falcatus*, *Trachinotus goodie*), Pampo malhado (*Trachinotus marginatus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE NE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Mero (*Epinephelus itajara*), Cherne-poveiro (*Polyprion americanus*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>Essa pescaria de espinhel de fundo de peixes demersais em águas profundas é realizada no Nordeste por 159 embarcações, maioria artesanais, distribuídas do Pará a Bahia. As principais espécies de peixes ósseos capturados são cangulo, pargo, guaiuba, batata, arabaiana, cioba, piraúna, cherne verdadeiro, dentão, mariquitão, baiacu e xaréu. As principais espécies de elasmobrânquios capturados são cação (<i>Selachii</i>), tubarão bagre, tubarão boca de velho, tubarão canejo, tubarão sucúri e tubarão toninha. A ocorrência predominante de uma ou mais espécies nas pescarias depende diretamente do local onde ocorre a pesca, da profundidade e das feições do fundo marinho. Essa pescaria pode capturar incidentalmente mero e cherne poveiro, segundo a IN 10/2011. Dada a heterogeneidade aparente desta pescaria, esperam-se padrões operacionais, capturas retidas e capturas incidentais diferentes ao longo da área de atuação da frota. Estas informações não estão disponíveis na literatura.</p>	
<b>INDICADOR</b>	<b>R</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>



3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pescaria está regulamentada pela Portaria Interministerial nº 40/2018 (BRASIL, 2018a) e Portaria Interministerial nº 59-C/2018 (BRASIL, 2018b) que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , <i>Lopholatilus villarii</i> , <i>Mycteroperca interstitialis</i> , <i>Mycteroperca bonaci</i> , <i>Epinephelus morio</i> e <i>Lutjanus cyanopterus</i> e estabelecem tamanhos mínimos de captura e períodos de defeso. Não existem outras normativas regulando esta pescaria ou as demais espécies alvo, portanto o indicador está parcialmente atendido.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	As Portarias Interministeriais nº 13/2015 (BRASIL, 2015a) e nº 14/2015 (BRASIL, 2015b) proíbem a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, assim como desembarque, armazenamento, transporte e comercialização de <i>Epinephelus itajara</i> e <i>Polyprion americanus</i> , até o ano de 2023, em todo território nacional. Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. No entanto, não existem medidas de redução da captura incidental previstas em lei para esta pescaria.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. As Portarias Interministeriais nº 40/2018 e nº 59-C/2018 estabelecem que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca. No entanto, o texto da normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.

3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na modalidade de espinhel de fundo para peixes, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 159 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.6 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS durante as operações de pesca. Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (4) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (5) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

(6) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 14, de 2 de outubro de 2015. Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do cherne poveiro (*Polyprion americanus*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

(7) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherne-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

(8) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 59-C, de 9 de novembro de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Mycteroperca interstitialis*, conhecido como Badejo-Amarelo; *Mycteroperca bonaci*, conhecido como Sirigado; *Epinephelus morio*, conhecido como Garoupa-de-São-Tomé e *Lutjanus cyanopterus*, conhecido como Caranha. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de novembro de 2018, Seção 1 - Extra, p. 2.

**ID PESCARIA:** 7

**PESCARIA:** Espinhel de fundo direcionado para peixes demersais

**ESPÉCIE ALVO:** Batata (*Lopholatilus villarii*), Abrótea de profundidade (*Urophycis cirrata*), Namorado (*Pseudopercis numida*), Garoupa, cherne pintado, cherne verdadeiro (*Epinephelus niveatus*), Bagre-branco, (*Arius grandicassis*), Bagre-de-fita, (*Bagre marinus*); Bagre-de-penacho (*Bagre bagre*), Bagre (*Genidens barbatus*, *Genidens planifrons*), Bagre-amarelo (*Cathorops spixii*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Cherne-poveiro (*Polyprion americanus*), Tubarão raposa (*Alopias supercilliosus*), Cação-bico-doce (*Galeorhinus galeus*), Cação-cola-fina, caçonete (*Mustelus schmitti*), Tubarão - peregrino (*Cetorhinus maximus*), Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (*Ginglymostoma cirratum*), Tubarão - baleia (*Rhincodon typus*), Cação-anjo-espinhoso (*Squatina Guggenheim*), Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*), Cação bicudo, cação espátula, Quati (*Isogomphodon oxyrinchus*), Tubarão raposa (*Alopias supercilliosus*), Peixe-serra, espadarte (*Pristis pectinata*, *P. perotteti*), Tubarão-limão, papa-areia (*Negaprion brevirostris*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	Essa pescaria de espinhel de fundo é composta por 165 embarcações, maioria de pequeno porte e sediadas no Rio de Janeiro, que atua de Cabo Frio (RJ) até o Chuí (RS). Tem como alvos o peixe-batata, chernes e namorado (espécies mais abundantes nas capturas e que habitam as regiões demersais de águas profundas da plataforma continental), bem como o bagre e a corvina (capturados em profundidades inferiores a 80 metros). Os portos utilizados por essa frota são principalmente os de Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS). Essa pescaria tem alta taxa de captura de aves marinhas.	
<b>INDICADOR</b>	<b>R</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	<b>P</b>	A pescaria está regulamentada pela Portaria Interministerial nº 40/2018 que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporhodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , como tamanhos mínimos de captura, defeso entre 1/09 e 31/10 para pesca realizada entre 100-600m de profundidade no litoral SE/S do país, frota pesqueira de espinhel de fundo SE/S limitada ao número de embarcações registradas até a data de publicação da norma (BRASIL, 2018b). A Portaria Interministerial nº

		39/2018 estabelece medidas, critérios e padrões para o ordenamento de uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie <i>Genidens barbatus</i> , permite a captura somente nos estados de SP e PR, desde que respeitado o tamanho mínimo, proíbe a pesca industrial e estabelece um limite de retenção de até 5% do peso total da produção para pescarias cujas embarcações sejam maiores que 20 AB e para as quais a espécie é fauna acompanhante (BRASIL, 2018a). Além disso, a IN nº 53/2005 estabelece o tamanho mínimo de captura para o peixe-batata e bagres no litoral SE/S do Brasil (BRASIL, 2005). Não foram, contudo, encontradas medidas de ordenamento outras que não as de tamanho mínimo de captura e àquelas relacionadas aos planos de recuperação das espécies-alvo listadas na Portaria MMA 445/2014, como por exemplo abrótea, cherne pintado e namorado. Sendo assim, este indicador está parcialmente atendido, uma vez que medidas se aplicam à parte da frota e parte das espécies-alvo listadas na matriz de permissionamento.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	A Portaria Interministerial nº 14/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, assim como desembarque, armazenamento, transporte e comercialização de <i>Polyprion americanus</i> , até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL, 2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa ( <i>Alopias supeciliosus</i> ) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL, 2011a). Esta pescaria ainda tem como captura incidental o Cação-bico-doce ( <i>Galeorhinus galeus</i> ), o caçonete ( <i>Mustelus schmitti</i> ), o Cação-anjo-espinhoso ( <i>Squatina guggenheim</i> ) e o Cação-anjo-liso ( <i>Squatina occulta</i> ), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL, 2014b). O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção (BRASIL, 2016) contempla diversas espécies de elasmobrânquios, mas não há obrigação legal prevista para que a frota implemente medidas de redução ou mitigação de suas capturas incidentais.
3.3. A pescaria está coberta por	P	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC),

monitoramento de desembarque?		<p>Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. O Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques e também não há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido.</p>
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	<p>Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i>, e <i>Lopholatilus villarii</i>, estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca. No entanto, o texto da normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.</p>
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	<p>A IN nº 20/2014 estabelece que <u>todas</u> as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na modalidade de espinhel de fundo para peixes, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 165 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.7 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.</p>
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	S	<p>A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i>, e <i>Lopholatilus villarii</i>, estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento</p>



sistemas de rastreamento?	por satélite instalado a bordo da embarcação nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS durante as operações de pesca. Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.
---------------------------	---

<p><b>REFERÊNCIAS</b></p> <p>(1) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de novembro de 2005.</p> <p>(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.</p> <p>(3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.</p> <p>(4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (<i>Alopias supeciliosus</i>) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.</p> <p>(5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.</p> <p>(6) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.</p> <p>(7) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.</p> <p>(8) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 14, de 2 de outubro de 2015. Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do cherne poveiro (<i>Polyprion americanus</i>) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.</p> <p>(9) BRASIL, 2016. Ministério do Meio Ambiente. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção. 8p.</p>	
--	--

(10) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 39, de 26 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Genidens barbatus* (bagre-branco). Diário Oficial da União, Brasília, 27 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

(11) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherne-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

(12) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 8**

**PESCARIA:** Espinhel vertical/covos direcionado para captura de Pargo

**ESPÉCIE ALVO:** Pargo (*Lutjanus purpureus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE (AP a AL)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Mero (*Epinephelus itajara*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>A pesca de pargo com espinhel vertical, também chamado de linha pargueira, juntamente com a frota que opera com covos (manzuás) tem seu esforço de pesca limitado desde 2004 e é composta por 110 embarcações, sediadas basicamente no Pará e Ceará. O pargo, espécie nectônica demersal, costeira e oceânica, de águas relativamente profundas tanto na plataforma continental quanto nos bancos oceânicos, pode ser capturado em profundidades de até 200 metros e representa cerca de 80% das capturas, embora outras espécies de lutjanídeos também sejam pescadas (<i>Lutjanus vivanus</i>, <i>L. bucanella</i>, <i>L. chrysurus</i>). Há pelo menos quatro áreas distintas para a pesca do pargo: Bancos de Caiçara; Bancos do Ceará; Plataforma Continental Norte, entre as longitudes 38° W e 46° W; e Plataforma Continental Nordeste, entre as longitudes 46° W e 50° W. Os pontos de desembarque de pargo concentram-se sobretudo no estado do Pará (Bragança, Belém e Vigia). Devido a característica do pargo de biocenose com outras espécies, pode haver captura incidental de mero, porém o <i>bycatch</i> na pescaria é pouco descrito na literatura.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<b>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</b>	<b>S</b>	<p>A Portaria Interministerial nº 42/2018 define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Lutjanus purpureus</i>, incluindo delimitação da área de operação da frota, profundidade de pesca acima de 50m, defeso anual de 15/12 a 30/04, limitação da frota a 150 embarcações, especificações dos petrechos autorizados para a atividade pesqueira, dentre outros (BRASIL, 2018).</p>

3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	A Portaria Interministerial nº 13/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo de <i>Epinephelus itajara</i> , assim como seu desembarque, armazenamento, transporte e comercialização, até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL, 2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. No entanto, não existem medidas de redução da captura incidental de Mero previstas em lei para esta pescaria.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que coletam dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. A Portaria Interministerial nº 42/2018 estabelece que <u>todas as embarcações</u> devem garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca. No entanto, o texto da normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A Portaria Interministerial nº 42/2018 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de pargo devem preencher e entregar Mapas de Bordo. Na base de dados do RGP (2017) constavam 110 embarcações registradas nessa pescaria, que agrupa as modalidades 1.8, 1.9 e 1.10 da INI nº 10/2011, das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	S	A Portaria Interministerial nº 42/2018 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de pargo devem usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação, nos termos do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite-PREPS. Na base de dados do RGP (2017) constavam 110 embarcações registradas nessa pescaria, que agrupa as

sistemas de rastreamento?		modalidades 1.8, 1.9 e 1.10 da INI nº 10/2011, das quais 100% tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está completamente atendido.
---------------------------	--	---

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (4) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.
- (5) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 42, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Lutjanus purpureus* (pargo). Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 5.

**ID PESCARIA: 9**

**PESCARIA: Linha pargueira direcionada a vermelhos**

**ESPÉCIE ALVO:** Pargo (*Lutjanus purpureus*), Dentão (*Lutjanus jocu*), Caranha (*Lutjanus cyanopterus*), Ariacó (*Lutjanus synagris*), Guaiúba (*Ocyurus chrysurus*), Pargo-piranga (*Rhomboplites aurorubens*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Cherne-poveiro (*Polyprion americanus*), Tubarão raposa (*Alopias supercilliosus*), Cação-bico-doce (*Galeorhinus galeus*), Cação-cola-fina, caçonete (*Mustelus schmitti*), Tubarão - peregrino (*Cetorhinus maximus*), Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (*Ginglymostoma cirratum*), Tubarão - baleia (*Rhincodon typus*), Cação-anjo-espinhoso (*Squatina Guggenheim*), Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*), Cação bicudo, cação espátula, Quati (*Isogomphodon oxyrinchus*)

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA	A pescaria de vermelhos (peixes recifais como dentão, guaiúba, caranha, ariacó, pargo e pargo piranga) com espinhel vertical (linha pargueira), é realizada por uma frota capixaba composta por 15 embarcações artesanais dos municípios de Marataízes e Itapemirim na área do Mar Novo e de Abrolhos. A pargueira é direcionada principalmente a cardumes e o seu posicionamento na coluna d'água depende da localização das espécies-alvo. Não foram encontradas na literatura caracterizações dos padrões operacionais da frota, suas capturas desembarcadas nem mesmo bycatch.		
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA	
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A única normativa que regulamenta esta pescaria é a Portaria Interministerial nº 59-C/2018, que define tamanhos mínimos de captura e período de defeso para entre 1º de agosto à 30 de setembro para a pesca da Caranha ( <i>Lutjanus cyanopterus</i> ), da Garoupa-de-São-Tomé ( <i>Epinephelus morio</i> ), do Sirigado ( <i>Mycteroperca bonaci</i> ) e do Badejo Amarelo ( <i>Mycteroperca interstitialis</i> ) (BRASIL,2018b). A Portaria Interministerial nº 42/2018, que define as características da frota permissionada, petrechos, defeso e dá outras providencias, para a pesca de <i>Lutjanus purpureus</i> , autoriza a atividade de pesca somente na área compreendida entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais profundas que	



		cinquenta metros de profundidade (BRASIL,2018a). Não há outras normativas que definam tamanho de frota, especificações de petrecho, áreas de pesca ou áreas de exclusão, portanto considerou-se este indicador parcialmente atendido, uma vez que as regras vigentes parecem capazes de gerenciar apenas parte da frota, das operações de pesca ou limitar a mortalidade por pesca em parte das espécies-alvo.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	A Portaria Interministerial nº 14/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, assim como desembarque, armazenamento, transporte e comercialização de <i>Polyprion americanus</i> , até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL,2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa ( <i>Alopias supecilosus</i> ) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL,2011a). Segundo a IN MPA nº 10/2011, esta pescaria ainda tem como captura incidental o Cação-bico-doce ( <i>Galeorhinus galeus</i> ), o caçonete ( <i>Mustelus schmitti</i> ), o Cação-anjo-espinhoso ( <i>Squatina guggenheim</i> ) e o Cação-anjo-liso ( <i>Squatina occulta</i> ), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). O Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção (BRASIL,2016) contempla diversas espécies de elasmobrânquios, mas não há obrigação legal prevista para que a frota implemente medidas de redução ou mitigação de suas capturas incidentais. Não parece haver uma avaliação precisa das capturas incidentais nesta pescaria, sendo apresentadas na IN MPA nº 10/2011 espécies que, em tese, não devem ser capturadas em operações dirigidas aos pargos/vermelhos. De toda forma, trata-se de uma modalidade para a qual não foram encontradas obrigatoriedades de medidas para reduzir capturas incidentais.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque

		<p>Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. O Estado do ES, estado onde a totalidade da frota registrada encontra-se sediada, não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques. Ainda que outros estados possuam monitoramento de desembarque cobrindo, em tese, a área de pesca da frota descrita na IN 10/2011, a UF onde a frota e contra-se registrada e as características das embarcações sugerem que as localidades de desembarque não são cobertas por monitoramento, o que se aplica à totalidade da frota. Considera-se, portanto, que o indicador não é atendido.</p>
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	<p>Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.</p>
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	<p>A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na modalidade de espinhel vertical (linha pargueira), com arqueação bruta acima de 10 AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 15 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.11 da INI nº 10/2011), sendo que todas têm obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. O indicador é atendido para esta pescaria.</p>
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	<p>A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 15 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), nenhuma embarcação cumpriu os requisitos da norma e, portanto, para esta pescaria não há obrigação legal de monitoramento por sistemas de rastreamento. Assim, o indicador não está atendido.</p>

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (*Alopias supeciliosus*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (6) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (7) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 14, de 2 de outubro de 2015. Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do cherne poveiro (*Polypriion americanus*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.
- (8) BRASIL, 2016. Ministério do Meio Ambiente. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção. 8p.
- (9) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 42, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Lutjanus purpureus* (pargo). Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 5.
- (10) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 59-C, de 9 de novembro de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Mycteroperca interstitialis*, conhecido como Badejo-Amarelo; *Mycteroperca bonaci*, conhecido como Sirigado; *Epinephelus morio*, conhecido como Garoupa-de-São-Tomé e *Lutjanus cyanopterus*, conhecido como Caranha. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de novembro de 2018, Seção 1 - Extra, p. 2.
- (11) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.



**ID PESCARIA: 10**

**PESCARIA:** Linha de mão direcionada a Scombridae, Lutjanidae, Serranidae, Caranjidae e vermelhos

**ESPÉCIE ALVO:** Bonito listrado (*Katsuwonus pelamis*), Bonito pintado (*Euthynnus alletteratus*), Bonito cachorro (*Auxis thazard*), Albacora bandolim (*Thunnus obesus*), Albacorinha (*Thunnus atlanticus*), Albacora branca (*Thunnus albacares*), Albacora laje (*Thunnus alalunga*), Cavala (*Scomberomorus cavalla*), Serra (*Scomberomorus brasiliensis*), Cavalinha (*Scomber japonicus*), Dentão (*Lutjanus jocu*), Caranha (*Lutjanus cyanopterus*), Ariacó (*Lutjanus synagris*), Guaiúba (*Ocyurus chrysurus*), Pargo-piranga (*Rhomboplites aurorubens*), Garoupa, cherne pintado, cherne verdadeiro (*Epinephelus niveatus*), Garoupa-vermelha-de-abrolhos (*Epinephelus morio*), Sirigado, badejoquadrado (*Mycteroperca bonaci*), Badejo-mira (*Mycteroperca acutirostris*), Badejo-da-areia (*Mycteroperca microlepis*), Xaréu, garacimbora, xarelete (*Caranx latus*), Garaximpóra, xaréu (*Caranx hippos*), Arabaiana, olho-de-boi (*Seriola dumerili*, *Seriola fasciata*), Garajuba (*Caranx crysus*), Garajuba amarela (*Carangoides bartholomaei*), Garaximbora (*Caranx hippos*), Palombeta (*Chloroscombrus chrysurus*), Peixerei (*Elagatis bipinnulata*), Timbira, guaivira (*Oligoplites saliens*), Galo (*Selene setapinnis*), Galo-de-penacho (*Selene vomer*), Galo-do-alto (*Alectis ciliaris*), Xixarro (*Trachurus lathamii*), Olhete (*Seriola lalandi*), Pampo (*Trachinotus carolinus*, *Trachinotus falcatus*, *Trachinotus goodie*), Pampo malhado (*Trachinotus marginatus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial NE (MA a BA)

**CAPTURA INCIDENTAL:** N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>Essa pescaria com linha de mão voltada a captura de espécies recifais e pequenos pelágicos de elevado valor comercial (cioba, arabaiana, sirigado, cangulo, xaréu, olho de boi, dentão, cavala, etc.) é realizada em profundidades de até 250 metros por 308 embarcações, maioria artesanais, distribuídas do Pará ao Espírito Santo. Dependendo da localidade, uma ou mais espécies apresentam maior relevância nas pescarias (sirigado no Ceará, arabaiana da Bahia ao Rio Grande do Norte, guaracimbora na Bahia, dentão no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Bahia, xaréu em Fernando de Noronha, albacoras em São Pedro e São Paulo). Trata-se de uma pescaria altamente heterogênea, realizada por embarcações de pequeno porte, e com dezenas de espécies consideradas alvo. Observando-se o grupo de embarcações registrados, nota-se que não há uma caracterização precisa na literatura dos padrões operacionais desta modalidade de pesca, da produção desembarcada em cada localidade ou mesmo das capturas incidentais.</p>	
<b>INDICADOR</b>	<b>R</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>

3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pescaria está regulamentada pela Portaria Interministerial nº 40/2018 (BRASIL,2018a) e Portaria Interministerial nº 59-C/2018 (BRASIL,2018b) que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporhamphus intermedius</i> , <i>Lopholatilus chamaeleonis</i> , <i>Mycteroperca interstitialis</i> , <i>Mycteroperca bonaci</i> , <i>Epinephelus morio</i> e <i>Lutjanus cyanopterus</i> . Estabelecem tamanhos mínimos de captura e períodos de defeso. A pesca de atuns e afins é ordenada pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece uma série de recomendações e medidas de gestão para a pesca de atuns e afins no Atlântico Sul. No entanto, estas medidas nunca foram internalizadas pelas normativas brasileiras. A Portaria nº 89/2019, suspende novas emissões de Permissão Prévia de Pesca, Autorização de Pesca e Autorização de Pesca Complementar para toda e qualquer modalidade de pesca de atuns no Brasil, de modo a limitar o esforço de pesca (BRASIL, 2019). As demais espécies e a pescaria em si não possuem medidas de ordenamento que definam áreas de pesca ou áreas de exclusão, limites de frotas etc. Considerou-se que as normas existentes não são suficientes para que o indicador seja atendido em sua integralidade.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL, 2011). A ausência de uma lista de espécies, contudo, pode não significar que não ocorram capturas incidentais nesta pescaria. O indicador não pode ser avaliado para esta pescaria.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que coletem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. As Portarias Interministeriais nº 40/2018 e nº 59-C/2018 estabelecem que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca. No entanto, o texto da



		normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico - ICCAT (BRASIL, 2013). A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 308 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.12 da INI nº 10/2011), das quais 33% (n=101) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 308 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 3% (n=10) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
<b>REFERÊNCIAS</b>  (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.  (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.		

- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (4) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (6) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherno-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.
- (7) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 59-C, de 9 de novembro de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Mycteroperca interstitialis*, conhecido como Badejo-Amarelo; *Mycteroperca bonaci*, conhecido como Sirigado; *Epinephelus morio*, conhecido como Garoupa-de-São-Tomé e *Lutjanus cyanopterus*, conhecido como Caranha. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de novembro de 2018, Seção 1 - Extra, p. 2.
- (8) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3

ID PESCARIA: 11

PESCARIA: Vara com isca viva direcionada a captura de Bonito listrado

ESPÉCIE ALVO: Bonito listrado (*Katsuwonus pelamis*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE S/SE

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>O bonito-listrado é uma espécie de atum pelágico de ampla distribuição, cuja gestão ocorre em nível internacional por meio da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT). A pescaria de bonito listrado com vara e isca viva é constituída por duas operações distintas: 1) a captura e a estocagem da isca (comumente sardinha verdadeira) a bordo da embarcação atuneira, onde são mantidas vivas; e 2) a operação de pesca (procura e localização dos cardumes, atração com as iscas vivas e jatos de água e captura com o auxílio de varas, linha e anzol). Atualmente 46 embarcações industriais atuam nessa pescaria, distribuídas nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo os principais pontos de desembarque Rio de Janeiro/Niterói, Itajaí/Navegantes e Rio grande. Descreve-se a pescaria de vara e isca viva como seletiva, sem capturas incidentais, sendo o bycatch normalmente composto por outras espécies de atuns também de interesse comercial.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>P</p>	<p>A pesca de atuns e afins é ordenada pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece uma série de recomendações e medidas de gestão para a pesca de atuns e afins no Atlântico Sul. A IN nº 16/2009 regulamenta a captura da isca-viva utilizada por esta frota (BRASIL,2009). A Portaria nº 89/2019, suspende novas emissões de Permissão Prévia de Pesca, Autorização de Pesca e Autorização de Pesca Complementar para toda e qualquer modalidade de pesca de atuns no Brasil, de modo a limitar o esforço de pesca (BRASIL, 2019). Não há, contudo, regras de controle de captura para a principal espécie-alvo da modalidade, tanto em nível nacional quanto internacionalmente, uma</p>

		vez que a ICCAT ainda não estabeleceu qualquer recomendação neste sentido para o estoque oeste de bonito-listrado. Desta forma, conclui-se tratar de um atendimento parcial ao indicador, uma vez que apenas regras de controle de esforço estão em vigor, o que reduz a capacidade de controle e fragiliza o ordenamento da pescaria.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011). De toda forma, a ausência de tal listagem parece estar relacionado ao fato da pesca de atuns com vara e isca-viva ser uma prática seletiva na qual basicamente atuns são capturados. Neste caso, medidas de mitigação não seriam necessárias para esta frota, o que fez com que o indicador não fosse avaliado por não se aplicar.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, sendo que sua principal área de desembarque é no estado de SC, que está coberto pelo PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Sendo assim, consideramos que este indicador está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico - ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para capturar Bonito listrado na modalidade vara com

		isca viva, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 46 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.13 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 46 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 91% (n=42) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2009. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 16, de 22 de maio de 2009. Permite a captura da sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) de comprimento total inferior a dezessete centímetros, exclusivamente às embarcações permissionadas para a captura de atuns e afins pelo sistema de vara e anzol com isca-viva, para uso próprio, unicamente como isca-viva, na área compreendida entre os paralelos 22°00' Sul (Cabo de São Tomé, Estado do Rio de Janeiro) e 28°36' Sul (Cabo de Santa Marta, Estado de Santa Catarina). Diário Oficial da União, Brasília, 22 de maio de 2009.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (5) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (6) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(7) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3.

(8) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 12**

**PESCARIA:** Linha de mão direcionada a peroá, garoupa e corvina

**ESPÉCIE ALVO:** Peroá (*Balistes capriscus*), Garoupa, cherne pintado, cherne verdadeiro (*Epinephelus niveatus*), Corvina (*Micropogonias furnieri*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Raia Viola (*Rhinobatus horkelii*, *Rinobatos percellens*)

<b>CARCATERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	Essa pescaria passiva de linha de mão de fundo é composta por 308 embarcações de características artesanais sediadas principalmente no Espírito Santo e Rio de Janeiro, e tem por espécies alvo cherne, garoupa, corvina e peroá. A área de pesca se estende do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, ao longo da quebra de plataforma e talude superior. Os principais locais de desembarque são Niterói (RJ), Santos (SP), Itajaí e Navegantes (SC). O elevado número de embarcações e sua ampla distribuição geográfica tornam a modalidade altamente heterogênea. Não forma encontradas na literatura descrições fidedignas de seu padrão operacional, capturas desembarcadas ou bycatch.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	<b>P</b>	A pescaria está parcialmente regulamentada pela Portaria Interministerial nº 40/2018 (Brasil, 2018) que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> e <i>Lopholatilus villarii</i> e estabelecem tamanhos mínimos de captura e períodos de defeso. Não existem outras normativas regulando esta pescaria ou as demais espécies alvo, portanto o indicador está parcialmente atendido.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	<b>N</b>	Esta pescaria tem como captura incidental a Raia Viola ( <i>Rhinobatus horkelii</i> ) listada na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL, 2014b). Não existem normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.



3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	<b>P</b>	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE do SE. O único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Estado do ES não conta com programa de monitoramento do desembarque. Por isso o indicador está parcialmente atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	<b>N</b>	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	<b>N</b>	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 308 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.14 da INI nº10/2011), das quais 7% (n=21) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	<b>N</b>	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2014b). Do total de 308 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), nenhuma tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

(1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (4) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (5) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherno-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.
- (6) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos - PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

ID PESCARIA: 13

PESCARIA: Linha de mão direcionada a cavala e albacorinhas

ESPÉCIE ALVO: Cavala (*Scomberomorus cavalla*), Albacorinhas (*Thunnus atlanticus*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE N/NE (AP a BA)

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA FROTA</b>	<p>De acordo com a IN 10/2011, essa pescaria tem por alvo a cavala e a albacorinha com o petrecho de linha de mão. É provável que outras espécies demersais e pelágicas sejam também capturadas pela frota de linha de mão como espécies-alvo. Constatam registradas 45 embarcações predominantemente artesanais, registradas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. As maiores capturas de cavala ocorrem entre 20 e 200 metros de profundidade, no Ceará e na Bahia, entre janeiro e abril, e a albacorinha é capturada principalmente em Baía Formosa (RN), de outubro a dezembro. Não foram listadas na IN 10/2011 capturas incidentais nesta modalidade. Não foram encontradas na literatura informações detalhadas sobre o padrão operacional destas frotas, seus portos de desembarque e capturas desembarcadas.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>P</p>	<p>A pesca de atuns e afins é ordenada pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece uma série de recomendações e medidas de gestão para a pesca de atuns e afins no Atlântico Sul. Ambas as espécies alvo desta modalidade são tratadas na ICCAT como <i>small tunas</i>, para as quais não existem medidas de ordenamento como capturas totais permissíveis. Todavia, segundo a própria Comissão, análises de risco tem sido aplicadas sobre o conjunto de espécies conhecidas como <i>small tunas</i>, e medidas de ordenamento baseadas em avaliações de estoques por meio de metodologias com dados limitados têm sido aplicadas para aquelas de maior prioridade. Contudo, não foram encontradas quaisquer medidas de gestão ou recomendações de gestão no âmbito da ICCAT ou mesmo emanadas da autoridade pesqueira brasileira. A Portaria 89/2019 que limita novas autorizações de pesca para qualquer modalidade que tenha por alvo espécies de atuns poderia ser considerada uma medida de controle de esforço vigente para a</p>

		frota. Contudo, esta normativa não é clara quanto à sua aplicação para outras modalidades que tenham por alvo espécies altamente migratórias que não os atuns, como é o caso da albacorinha e da cavala. Em consulta realizada à SAP, foi informado que a portaria em questão não se aplica a outras espécies como o dourado e cavalas. O indicador, portanto, não é atendido.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico - ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 45 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 1.15 da INI nº10/2011), das quais 20% (n=9) tem

		obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 45 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), nenhuma tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
<b>REFERÊNCIAS</b> <p>(1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.</p> <p>(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.</p> <p>(3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.</p> <p>(4) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.</p> <p>(5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.</p> <p>(6) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3.</p>		

**ID PESCARIA: 14**

**PESCARIA:** Emalhe de superfície direcionado a Tainha, Anchova e Serra

**ESPÉCIE ALVO:** Tainha (*Mugil platanus* ou *Mugil liza*), Anchova (*Pomatomus saltatrix*), Sororoca ou serra (*Scomberomorus brasiliensis*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial S/SE

**CAPTURE INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Botocinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Toninha (*Pontoporia blainvillei*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

<b>CARCATERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	A pesca de emalhe de superfície é uma das mais comuns ao largo do litoral do SE/S do Brasil, tendo por alvo uma ampla gama de recursos pesqueiros. A tainha, a anchova e a sororoca estão entre os principais recursos alvo desta pescaria, que possui características artesanais tanto na sua tecnologia quanto no padrão operacional e nas relações de trabalho. A frota de emalhe de superfície encontra-se registrada em todos os estados do SE/S, com destaque para os estados de Santa Catarina e São Paulo. Sazonalidade e características dos locais de pesca tendem a resultar numa modalidade de pesca heterogênea, com características regionais muito marcadas as quais refletem-se tanto nos tipos de petrecho (altura, comprimento, tamanho de malha e entalhamento das redes) quanto nos padrões operacionais, capturas desembarcadas e impactos sobre espécies não-alvo. Constavam nas bases de dados do RGP um total de 1.034 embarcações registradas nesta modalidade de pesca, todas elas de pequeno porte (menores que 20AB).	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	Todas as pescarias de emalhe, seja de superfície ou de fundo, cuja área de operação é a região SE/S são ordenadas pela INI nº 12/2012, que especifica as características dos petrechos, estabelece áreas de exclusão de pesca, limite de esforço e dá outras providências (BRASIL,2012). A IN nº 53/2005 estabelece o tamanho mínimo de

		<p>captura para a anchova e para a tainha no litoral SE/S do Brasil (BRASIL,2005). Já a INI nº 2/2009 estabelece os critérios para operação de embarcações de pesca na captura da anchova (<i>Pomatomus saltatrix</i>), no litoral Sul do país nas modalidades cerco ou emalhe de superfície costeiro (BRASIL,2009). A IN nº 7/2020 estabelece, dentre outras, as cotas de captura e limite de embarcações permissionadas para a temporada de pesca de tainha (<i>Mugil liza</i>) do ano de 2020 no Sudeste e Sul do Brasil (BRASIL,2020a). A serra/sororoca (<i>Scomberomorus brasiliensis</i>) é uma espécie da família Scombridae, a mesma dos atuns. A espécie é considerada entre o grupos de atuns e afins altamente migratórios, sendo gerida pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece uma série de recomendações e medidas de gestão para a pesca de atuns e afins no Atlântico Sul. Especificamente para a sororoca, não existem avaliações de estoque ou recomendações de gestão publicadas pela ICCAT, sendo uma espécie sem nenhuma regulamentação específica, tanto internacionalmente quanto no Brasil. De toda forma, muito embora não existam medidas específicas para uma das espécies, a pesca de emalhe de superfície possui um conjunto de regras para o seu ordenamento, vinculadas sobretudo à IN 12/2012, o que leva o indicador a ser considerado atendido.</p>
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	<p>Não existem normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.</p>
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	<p>A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. O Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques</p>

		e também não há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 166/2007 estabelece que as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo (BRASIL,2007). A INI nº2/2009 estabelece que todas as embarcações de pesca registradas que operam na captura de anchova nas modalidades cerco ou emalhe de superfície costeiro, no litoral Sul do país, devem manter observador de bordo em 25% de suas operações de pesca (BRASIL,2009). A INI nº 12/2012 estabelece que os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras com arqueação bruta (AB) maior que 20 (vinte) deverão manter a bordo da embarcação acomodação e alimentação para servir a observador de bordo ou cientista brasileiro que procederá à coleta de dados, de material para pesquisa e de informações de interesse para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros e para o monitoramento ambiental, mediante determinação dos Ministérios da Pesca e Aquicultura ou do Meio Ambiente (BRASIL,2012). Apesar de existir obrigação legal, o monitoramento a bordo não ocorre nesta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico - ICCAT (BRASIL,2013). A INI MPA/MMA nº2/2009 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de anchova nas modalidades cerco ou emalhe de superfície costeiro, no litoral Sul do país, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2009). A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 1034 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.2 da INI MPA/MMA nº 10/2011), das quais 4% (N=42) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador não está atendido.



<p>3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?</p>	<p>N</p>	<p>O Art. 6º da INI nº 2/2009 estabelece que todas as embarcações de pesca registradas que operam na captura de anchova nas modalidades cerco ou emalhe de superfície costeiro, no litoral Sul do país, devem manter em funcionamento o equipamento de rastreamento por satélite, na forma da legislação específica (BRASIL,2009). A Portaria nº 75/2020 prorroga até 31 de dezembro de 2022, o prazo para as embarcações aderirem e manterem em funcionamento equipamento de monitoramento remoto vinculado ao PREPS, na modalidade Emalhe Anilhado. (BRASIL,2020b) A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Na base de dados do RGP (2017) constavam 1034 embarcações registradas nessa pescaria, das quais 0,3% (n=3) devem atender os requisitos. Portanto, o indicador não está atendido.</p>
---	----------	---

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de novembro de 2005.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.
- (5) BRASIL, 2009. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 02, de 27 de novembro de 2009. Estabelece os critérios para operação de embarcações de pesca na captura da anchova (*Pomatomus saltatrix*), no litoral Sul do país. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de novembro de 2009.
- (6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

- (7) BRASIL, 2012. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 12, de 22 de agosto de 2012. Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de agosto de 2012, Seção 1, p. 39-40.
- (8) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (9) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (10) BRASIL, 2020. Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 7, de 3 de abril de 2020. Estabelece as cotas de captura, a criação da Autorização de Pesca Complementar Especial, o limite de embarcações a serem permissionadas, e as medidas de monitoramento associadas para a temporada de pesca de tainha (*Mugil liza*) do ano de 2020 no Sudeste e Sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de abril de 2020, Seção 1, p. 29.
- (11) BRASIL, 2020. Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 75, de 3 de abril de 2020. Prorroga o prazo para aderir e manter em funcionamento equipamento de monitoramento remoto vinculado ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, na modalidade Emalhe anilhado, conforme Portaria Interministerial Nº 24, de 15 de maio de 2018, da Secretaria-Geral da Presidência da República e do Ministério do Meio Ambiente, e da outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 06 de abril de 2020, Seção 1, p. 31.
- (12) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 15**

**PESCARIA:** Emalhe de fundo direcionado a peixe sapo

**ESPÉCIE ALVO:** Peixe sapo (*Lophius gastrophysus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE (profundidades superiores a 250 metros)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Raia Viola (*Rhinobatus horkelii*, *Rinobatos percellens*), Agulhão branco (*Tetrapturus albidus*) e negro (*Makaira nigricans*), Tubarão raposa (*Alopias superciliosus*), Cação-bico-doce (*Galeorhinus galeus*), Cação-cola-fina, caçonete (*Mustelus schmitti*), Tubarão - peregrino (*Cetorhinus maximus*), Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (*Ginglymostoma cirratum*), Tubarão - baleia (*Rhincodon typus*), Cação-anjo-espinhoso (*Squatina Guggenheim*), Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*), Cação bicudo, cação espátula, Quati (*Isogomphodon oxyrhynchus*), Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga gigante (*Dermochelys coriacea*)

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

A pesca de emalhe de fundo dirigida ao peixe-sapo teve início no Brasil ao final dos anos 1990 a partir de um processo de arrendamento de embarcações estrangeiras para operarem em áreas pouco exploradas da costa brasileira. A frota estrangeira dirigida ao peixe sapo operou até meado dos anos 2000, sendo a tecnologia de pesca incorporada por algumas poucas embarcações nacionais as quais passaram a atuar na pescaria. Dados do RGP indicavam 4 embarcações registradas na pesca de emalhe de fundo dirigida ao peixe-sapo. A pescaria ocorre em áreas de talude, em profundidades entre 250 e 500 m, e é realizada por embarcações de porte industrial (Perez et al., 2009). A área de atuação da frota de emalhe dirigida ao peixe-sapo estende-se deste o litoral do Rio de Janeiro até a divisa com o Uruguai. Os principais portos de desembarque encontram-se situados no Rio de Janeiro (Niterói), Santa Catarina (Navegantes e Itajaí) e Rio Grande do Sul (Rio Grande), com maior importância para os desembarques nos protos catarinenses.

INDICADOR

R

JUSTIFICATIVA

3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	A pesca de emalhe de fundo direcionada a peixe-sapo na região SE/S está regulamentada e ordenada pela INI nº 03/2009, que limita o número de embarcações a 9, define um limite de captura anual de 1500 toneladas, especifica as características do petrecho e a operação de pesca, dentre outros (BRASIL,2009). Além disso, todas as pescarias de emalhe, seja de superfície ou de fundo, cuja área de operação é a região SE/S são ordenadas pela INI nº 12/2012, que especifica as características dos petrechos, estabelece áreas de exclusão de pesca, limite de esforço e dá outras providências (BRASIL,2012).
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	P	A IN nº 12/2005, estabelece que deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos ( <i>Tetrapturus albidus</i> ) e os agulhões negros ( <i>Makaira nigricans</i> ) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais (BRASIL,2005). A INI nº 5/2011, proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa ( <i>Alopias supeciliosus</i> ) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras, e estabelece que os indivíduos de tubarão raposa capturados de forma incidental deverão, obrigatoriamente, ser devolvidos inteiros ao mar, vivo ou morto, no momento do recolhimento do aparelho de pesca (BRASIL,2011). Esta pescaria ainda tem como captura incidental a Raia Viola ( <i>Rhinobatus horkelii</i> ), o Cação-bico-doce ( <i>Galeorhinus galeus</i> ), o caçonete ( <i>Mustelus schmitti</i> ), o Cação-anjo-espinhoso ( <i>Squatina guggenheim</i> ) e o Cação-anjo-liso ( <i>Squatina occulta</i> ), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçados e cuja captura está proibida, portanto os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). Destaca-se ainda a captura do cherne-poveiro ( <i>Polyprion americanus</i> ), espécie cuja captura e retenção a bordo é igualmente proibida por haver uma moratória para a espécie ainda vigente. A pescaria possui dentro de seu regramento (INI nº 03/2009) medidas como uma área de exclusão voltada criada para evitar capturas incidentais de cherne-poveiro, o que é uma medida de mitigação para uma das espécies capturadas incidentalmente. Áreas de exclusão e obrigatoriedade de descarte de capturas incidentais são as únicas medidas em vigor, as quais atendem parcialmente os requisitos do indicador, uma vez que um conjunto maior de espécies listadas como capturadas incidentalmente (e.g. cações-anjo, quelônios) não possuem qualquer medida de mitigação de captura.

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Uma vez que a principal área de desembarque desta frota é em Santa Catarina, consideramos que este indicador está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A INI nº 03/2009 determina que todas as embarcações de pesca registradas nesta frota devem embarcar observador de bordo em 100% de suas operações de pesca. Apesar de existir obrigação legal, o monitoramento a bordo não ocorre nesta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de peixe sapo na modalidade emalhe de fundo, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 4 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.3 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que <u>todas as embarcações</u> registradas na pescaria de emalhe de fundo direcionado para peixe sapo, nas modalidades 2.3 da INI nº 10/2011, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2005. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 12, de 14 de julho de 2005. Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*), agulhões negros (*Makaira nigricans*), agulhões verdes (*Tetrapturus pfluegeri*) e agulhões vela (*Istiophorus albicans*), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de julho de 2005.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2009. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 03, de 4 de setembro de 2009. Estabelecer critérios e procedimentos para o ordenamento da pesca do peixe-sapo (*Lophius gastrophysus*), nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul entre o paralelo de 21°00'S e limite sul da Zona Econômica Exclusiva brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de setembro de 2009, Seção 1, p. 27.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (6) BRASIL, 2012. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 12, de 22 de agosto de 2012. Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de agosto de 2012, Seção 1, p. 39-40.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (9) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 16**

**PESCARIA:** Emalhe de fundo direcionado a corvina, castanha, pescada e abrótea

**ESPÉCIE ALVO:** Corvina (*Micropogonias furnieri*), Castanha (*Umbrina canosai*), Pescada (*Cynoscion striatus*), Abrotea (*Urophycis brasiliensis*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURE INCIDENTAL:** Raia Viola (*Rhinobatus horkelii*, *Rinobatos percellens*), Cação-anjo espinhoso (*Squatina Guggenheim*), Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*), Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Toninha (*Pontoporia blainvillei*), Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga de pente (*Eretmochelys imbricata*) Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*)

## CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

A frota de emalhe de fundo operante no SE e S do Brasil é a maior frota brasileira em número absoluto de embarcações registradas, contando com 4.116 unidades produtivas – cerca de 15% do total de embarcações brasileiras registradas nas bases do RGP. A ampla maioria das embarcações são de pequeno porte, com comprimento inferior a 15 metros e menores do que 20 AB. As frotas encontram-se registradas em todos os estados do SE e S, com predominância de registros nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Embarcações de porte industrial (aproximadamente 260 unidades) possuem maior capacidade de deslocamento e atuam ao largo de toda a costa SE e S, tendo por alvo principal a corvina. Embarcações de porte médio atuam normalmente mais próximas aos seus portos de origem, tendo por alvo a corvina e a castanha, além de pescadas e abrótea – frota comum nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo (Pio, 2012). A vasta maioria das embarcações, que possuem características artesanais, possuem baixa capacidade de deslocamento e atuam sobre um espectro maior de espécie, com elevada sazonalidade nas capturas de corvinas, pescadas e castanha. Existem, portanto, diversas pescarias incluídas dentro desta modalidade na IN 10/2011, o que dificulta uma caracterização conjunta de seus padrões operacionais e dos impactos sobre espécies não-alvo. A frota avaliada desembarca em praticamente todos os portos do SE e S.

INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	Todas as pescarias de emalhe, seja de superfície ou de fundo, cuja área de operação é a região SE/S são ordenadas pela INI nº 12/2012, que especifica as características dos petrechos, estabelece áreas de exclusão de pesca, limite de esforço e dá outras providências (BRASIL,2012). A IN nº 53/2005 estabelece o tamanho mínimo de captura para a corvina, castanha e pescada – espécies alvo desta pescaria - no litoral SE/S do Brasil (BRASIL,2005). A INI nº 04/2013 ordena a pesca de anchova ( <i>Pomatomus saltatrix</i> ), corvina ( <i>Micropogonias furnieri</i> ), pescada ( <i>Cynoscion guatucupa</i> ), castanha ( <i>Umbrina canosai</i> ) e abrótea ( <i>Urophycis brasiliensis</i> ) no Rio Grande do Sul (BRASIL,2013) e a INC nº 03/2004 estabelece o defeso da corvina no Estuário da Lagoa dos Patos de 1º de março a 30 de setembro, anualmente (BRASIL,2004). A pescaria, portanto, possui um conjunto de regras de ordenamento vigentes. Ressalta-se, no entanto, que diferentes unidades de gestão (ou pescarias) estão incluídas na modalidade avaliada, e que as regras em curso não abordam estas unidades separadamente, resultando em medidas generalizadas para um espectro amplo de embarcações e pescarias. De toda forma, existem medidas de ordenamento em vigor para a pescaria avaliada.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	P	Esta pescaria tem como captura incidental a Raia Viola ( <i>Rhinobatus horkelii</i> ), o Cação-anjo-espinhoso ( <i>Squatina guggenheim</i> ) e o Cação-anjo-liso ( <i>Squatina occulta</i> ), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçados e cuja captura está proibida, portanto os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). Destaca-se ainda a captura de cetáceos, em especial a toninha, uma espécie considerada criticamente ameaçada de extinção cujo vetor de impacto decorre principalmente do bycatch em pescarias de emalhe de fundo. A proibição da pesca e emalhe na costa do Rio Grande do Sul a uma distância inferior a 5 milhas náuticas da linha de costa é uma das únicas medidas de mitigação de capturas incidentais existentes, criadas justamente para reduzir as capturas incidentais de toninha (BRASIL, 2012). Outras espécies como quelônios são também capturados incidentalmente nas pescarias de emalhe de fundo. Igualmente, a proibição deste tipo de petrecho a uma distância mínima de 1 milha náutica da costa é uma medida que visa reduzir os impactos destas capturas incidentais. Não existem, contudo, medidas para reduzir as capturas incidentais de outros grupos como elasmobrânquios – especialmente cações-anjo e raias-viola. O indicador é, portanto, parcialmente atendido.



3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. O Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques e também não há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. De toda forma, constam no estado do ES um universo de 77 embarcações registradas nesta modalidade, o que representa menos de 2% da frota total. Neste sentido, entende-se que a ampla maioria das embarcações e seus portos de desembarque encontram-se cobertos por monitoramento de desembarque.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 4116 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.4 da INI nº 10/2011), das quais 7% (n=292) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Nota-se que 93% da frota não está sujeita à entrega de Mapas de Bordo. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	N	A INI nº 12/2012 exige que todas as embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 15, que operam na pesca com redes de emalhe nas regiões Sudeste e Sul, ficam obrigadas, a partir de 1º de agosto de 2013, a aderir e manter em funcionamento o equipamento de monitoramento remoto vinculado ao PREPS. Além disso, a INC nº

sistemas de rastreamento?	02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 4116 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 6% (n=238) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
---------------------------	--

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa Conjunta nº 03, de 9 de fevereiro de 2004. Condiciona a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de fevereiro de 2004.
- (2) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de novembro de 2005.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (6) BRASIL, 2012. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 12, de 22 de agosto de 2012. Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de agosto de 2012, Seção 1, p. 39-40.
- (7) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 04, de 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre critérios e padrões para a pesca de emalhe costeiro diversificado da anchova (*Pomatomus saltatrix*), corvina (*Micropogonias furnieri*), pescada (*Cynoscion guatucupa*), castanha (*Umbrina canosai*) e abrótea (*Urophycis brasiliensis*) praticada no litoral das regiões Sudeste e Sul. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de outubro de 2013, Seção 1, p. 49.

(8) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(9) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.

(10) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 17**

**PESCARIA:** Emalhe de superfície direcionado a Serra

**ESPÉCIE ALVO:** Serra (*Scomberomorus brasiliensis*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE

**CAPTURE INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Botocinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

<b>CARCATERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	A pesca de emalhe de superfície dirigida à serra (ou sororoca) nas regiões norte e nordeste é composta por um universo de 766 embarcações de pequeno porte, registradas sobretudo nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Relata-se que a serra capturada pela frota de emalhe também apresenta elevada importância no estado do Pará (Mourão, 2014), porém poucas embarcações encontram-se registradas nesta modalidade no referido estado. A falta de monitoramento pesqueiro na regiões onde a pescaria apresenta maior incidência impede que sejam feitas caracterizações mais precisas quanto ao panorama atual da atividade. Partindo-se dos dados do RGP e de informações disponíveis na literatura, conclui-se que os principais portos de desembarque situam-se em cidades costeiras do Nordeste (especialmente estado do Ceará), além dos municípios situados nos estuários da costa paraense.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	<p>P</p>	A serra ( <i>Scomberomorus brasiliensis</i> ) é uma espécie da família Scombridae, considerada espécie migratória cuja gestão enquadra-se no escopo da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT) no grupo dos pequenos atuns ( <i>Small Tunas Species Group</i> ). O Brasil, como signatário da ICCAT deve incorporar e assegurar o cumprimento das medidas de ordenamento pesqueiro elaboradas pela Comissão. O grupos dos pequenos atuns são explorados principalmente em pescarias artesanais costeiras. Existem poucas informações disponíveis sobre as espécies e pescarias que capturam espécies como a serra (ICCAT, 2019a). A ICCAT iniciou

		um trabalho de avaliação de estoques e aplicação de <i>Management Strategy Evaluation</i> (MSE) por meio de métodos limitados de dados. A finalidade era produzir embasamento técnico para a elaboração de recomendações de gestão (ICCAT Recommendations) aos países signatários a fim de conservar espécies de pequenos atuns (ICCAT, 2019b). A serra não foi identificada como uma espécie prioritária, e atualmente a ICCAT não possui qualquer regramento específico para países ou frotas que a capturam. O Brasil, por sua vez, também não adotou qualquer tipo de regramento para as frotas pesqueiras que capturam a serra, de forma que não existem medidas de ordenamento específicas para esta pescaria. A IN nº 166/2007, estabelece a altura máxima das redes de emalhe e outras medidas de gestão (BRASIL, 2007). Esta normativa, genérica e que tangencia toda e qualquer pescaria de emalhe existente na costa brasileira, estabelece alguns requisitos técnicos para os petrechos e limita a frota por meio da não concessão de novas licenças de pesca. Esta é a única medida de ordenamento aplicável para a pescaria avaliada, o que leva a um atendimento parcial ao indicador.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	Não foram encontradas caracterizações do padrão operacional desta frota nem mesmo dados atualizados sobre a composição das capturas incidentais da pescaria. A IN MPA no 10/2011 lista diversas espécies como passíveis de serem capturadas incidentalmente, com destaque para os quelônios e mamíferos marinhos. Não foram encontradas normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 166/2007, estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.

3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 766 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.5 da INI nº 10/2011), das quais 10% (n=74) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 766 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 0,4% (n=3) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
<p><b>REFERÊNCIAS</b></p> <p>(1) Mourão, K.R.M.; Espírito-Santo,R.V.; Silva, B.B.; Almeida, M.C.; Isaac, V.; Frédou, T.; Frédou, F.L. 2014. A pesca da serra <i>Scomberomorus brasiliensis</i> e alternativas para o seu manejo no litoral nordeste do Pará. (in) Haimovici, M.; Filho, J.A.; Sunye, P.S. (ORG). A pesca marinha e estuarina no Brasil – Estudos de caso multidisciplinares. Editora FURG, Rio Grande, 191p.</p> <p>(2) ICCAT, 2019a. International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas. 2019 SCRS Report – Small Tunas Executive Summary. ICCAT, Madrid: 200-223p.</p> <p>(3) ICCAT, 2019a. Compendium management recommendations and resolutions adopted by ICCAT for the conservation of Atlantic tunas and tuna-like species. Madrid, ICCAT: 407p.</p> <p>(4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.</p> <p>(5) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.</p> <p>(6) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.</p>		

(7) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(8) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.

(9) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

**ID PESCARIA: 18**

**PESCARIA:** Emalhe de superfície direcionado a Sardinha-laje

**ESPÉCIE ALVO:** Sardinha-laje (*Opisthonema oglinum*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE NE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*)

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA		Existem poucas informações disponíveis na literatura acerca da pesca de emalhe dirigida à sardinha-laje no Nordeste do Brasil. A base de dados do RGP conta com 6 embarcações registradas, todas de pequeno porte, registradas principalmente no estado do Pernambuco. Informações disponíveis na literatura indicam para a existência de uma pescaria de emalhe dirigida à sardinha-laje também na costa cearense (Sá et al., 2012), muito embora não constem registros na base do RGP (dados de 2017) de nenhuma embarcação nesta modalidade no referido estado.
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pescaria de emalhe dirigida à sardinha-laje é pouco caracterizada na literatura. Constam na base de dados do RGP apenas 6 embarcações registradas, todas elas na região Nordeste do país. Não é possível inferir se de fato ocorre uma pescaria dirigida à espécie com o emprego de redes de emalhe ou se as embarcações registradas na modalidade são uma acomodação da frota dentro do sistema de registros do governo ou mesmo um erro no registro. De toda forma, a ausência de caracterizações da pescaria reflete-se também na ausência de regramentos específicos para a pescaria. Aplica-se à modalidade em questão apenas a IN nº 166/2007, estabelece a altura máxima das redes de emalhe e outras medidas de gestão (BRASIL, 2007). Esta normativa, genérica e que tangencia toda e qualquer pescaria de emalhe existente na costa brasileira, estabelece alguns requisitos técnicos para os petrechos e limita a frota por meio da não concessão de novas licenças de pesca. Esta



		é a única medida de ordenamento aplicável para a pescaria avaliada, o que leva a um atendimento parcial ao indicador.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	Não foram encontradas caracterizações do padrão operacional desta frota nem mesmo dados atualizados sobre a composição das capturas incidentais da pescaria. A IN MPA no 10/2011 lista diversas espécies como passíveis de serem capturadas incidentalmente, com destaque para os quelônios. Não foram encontradas normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 166/2007, estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 6 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.6 da INI nº 10/2011), das quais 0% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 6

sistemas de rastreamento?		embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), nenhuma delas tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
---------------------------	--	---

## REFERÊNCIAS

- (1) Sá, G.G.; Marinho, R.A.; Conceição, R.N.L. 2012. Primeira abordagem sobre a pesca da saridinha-bandeira (*Opisthonema oglinum*) em Caponga, Cascavel – Ceará, Brasil. Arq. Cie. Mar. Fortaleza 45(1): 13-24.
- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

**D PESCARIA: 19**

**PESCARIA:** Emalhe de superfície direcionado a Agulha

**ESPÉCIE ALVO:** Agulha (*Hyporhamphus unifasciatus*, *Hemiramphus brasiliensis*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE NE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*)  
Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*)

INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pesca está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pesca de emalhe dirigida ao peixe agulha é pouco caracterizada na literatura. Constatam na base de dados do RGP apenas 7 embarcações registradas, todas elas na região Nordeste do país. Não é possível inferir se de fato ocorre uma pesca dirigida à espécie com o emprego de redes de emalhe ou se as embarcações registradas na modalidade são uma acomodação da frota dentro do sistema de registros do governo ou mesmo um erro no registro. De toda forma, a ausência de caracterizações da pesca reflete-se também na ausência de regramentos específicos para a pesca. Aplica-se à modalidade em questão apenas a IN nº 166/2007, estabelece a altura máxima das redes de emalhe e outras medidas de gestão (BRASIL,2007). Esta normativa, genérica e que tangencia toda e qualquer pesca de emalhe existente na costa brasileira, estabelece alguns requisitos técnicos para os petrechos e limita a frota por meio da não concessão de novas licenças de pesca. Esta é a única medida de ordenamento aplicável para a pesca avaliada, o que leva a um atendimento parcial ao indicador.
3.2. A pesca tem obrigação legal de implementar medidas	N	Não foram encontradas caracterizações do padrão operacional desta frota nem mesmo dados atualizados sobre a composição das capturas incidentais da pesca. A IN MPA no 10/2011 lista diversas espécies como passíveis de serem capturadas incidentalmente, com destaque para os quelônios. Não foram encontradas normativas que

para reduzir capturas incidentais e descartes?		exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 166/2007, estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 7 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.7 da INI nº 10/2011), das quais 0% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 7 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), nenhuma delas tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
REFERÊNCIAS		

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

**ID PESCARIA:** 20

**PESCARIA:** Emalhe de superfície direcionado a Tainha

**ESPÉCIE ALVO:** Tainha (*Mugil curema*, *Mugil Liza*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE

**CAPTURE INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Botocinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA		A pesca de emalhe dirigida à tainha nas regiões norte e nordeste conta com um total de apenas 10 embarcações registradas de acordo com as bases do RGP (dados de 2017). Toda a frota é composta por embarcações de pequeno porte, com embarcações menores do que 15 metros e 20 AB. As embarcações encontram-se registradas principalmente nos estados do Rio Grande do Norte e Pará. Não existem informações disponíveis na literatura que permitam caracterizar a pesca e os padrões operacionais das embarcações registradas nesta modalidade de pesca.
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pesca está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pesca de emalhe dirigida à tainha é pouco caracterizada na literatura. Constatamos na base de dados do RGP apenas 10 embarcações registradas, todas elas na região Norte/Nordeste do país. Não é possível inferir se de fato ocorre uma pesca dirigida à espécie com o emprego de redes de emalhe ou se as embarcações registradas na modalidade são uma acomodação da frota dentro do sistema de registros do governo ou mesmo um erro no registro. De toda forma, a ausência de caracterizações da pesca reflete-se também na ausência de regulamentos específicos para a pesca. Aplica-se à modalidade em questão apenas a IN nº 166/2007, estabelece a altura máxima das redes de emalhe e outras medidas de gestão (BRASIL, 2007). Esta normativa,

		genérica e que tangencia toda e qualquer pescaria de emalhe existente na costa brasileira, estabelece alguns requisitos técnicos para os petrechos e limita a frota por meio da não concessão de novas licenças de pesca. Esta é a única medida de ordenamento aplicável para a pescaria avaliada, o que leva a um atendimento parcial ao indicador.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	Não foram encontradas caracterizações do padrão operacional desta frota nem mesmo dados atualizados sobre a composição das capturas incidentais da pescaria. A IN MPA no 10/2011 lista diversas espécies como passíveis de serem capturadas incidentalmente, com destaque para os quelônios. Não foram encontradas normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 166/2007, estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima ou igual 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 10 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.8 da INI nº 10/2011), das quais 10% (N=1) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.

3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 10 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 10% (n=1) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
<p><b>REFERÊNCIAS</b></p> <p>(1) Dias-Neto, J. &amp; Dias, F.O. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.</p> <p>(1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.</p> <p>(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.</p> <p>(3) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.</p> <p>(4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.</p> <p>(5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.</p>		



**ID PESCARIA: 21**

**PESCARIA:** Emalhe de fundo direcionado e Pescada gó, Robalo e Corvina

**ESPÉCIE ALVO:** Pescada gó (*Macrodon ancylodon*), Robalo (*Centropomus parallelus*, *Centropomus undecimalis*, *Centropomus ensiferus*, *Centropomus pectinatus*), Cururuca, corvina (*Micropogonias furnieri*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE (AP a MA)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Mero (*Epinephelus itajara*), Tartaruga verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

<b>CARCATERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	A pesca de emalhe de fundo direcionada à pescada gó, robalo e corvina é uma das mais importantes pescarias da região Norte do Brasil. Constam na base de dados do RGP um total de 611 embarcações, a maior parte de pequeno porte (normalmente inferiores a 12 m de comprimento), sediadas principalmente nos estados do Maranhão e Pará (Espírito-Santo e Isaac, 2012). Os principais portos de desembarque ocorrem nas cidades costeiras dos estados do Maranhão, Pará e, em menor escala, Amapá (Dias-Neto e Dias, 2015). As redes do tipo gozeira (utilizadas para a pesca da pescada gó) são normalmente compostas por panos de monofilamento em nylon com 70mm de malha, utilizadas na meia água a deriva (Espírito-Santo e Isaac, 2012). Já as redes robaleiras apresentam maior tamanho de malha e são confeccionadas com fios mais grossos, sendo, na prática, uma pescaria diferente pro ter padrões operacionais distintos dos observados na pesca da pescada gó. Esta última pescaria possui, ainda, pouca descrição acerca de seus padrões operacionais.	
<b>INDICADOR</b>	<b>R</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>

3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pescada gó é um recurso pesqueiro de grande importância na região Norte do Brasil. Sua captura se dá como fauna acompanhante na pesca de arrasto dirigida aos camarão-rosa bem como pela pesca artesanal costeira de emalhe de fundo (redes de emalhe denominadas gozeiras) que ocorre entre os estados do Amapá e Maranhão (Dias-Neto e Dias, 2015). Informações sobre as demais espécies como robalos e corvina na região Norte do Brasil são bastante escassas, de forma que não é possível afirmar se as espécies são capturadas como fauna acompanhante ou se são parte de uma pescaria específica dirigida a estes recursos. Segundo Dias-Neto e Dias (2015) as regras de ordenamento para a pescaria/espécie (pescada gó) são inexistentes. Parece aplicar-se à modalidade em questão apenas a IN nº 166/2007, que estabelece a altura máxima das redes de emalhe e outras medidas de gestão (BRASIL, 2007). Esta normativa, genérica e que tangencia toda e qualquer pescaria de emalhe existente na costa brasileira, estabelece alguns requisitos técnicos para os petrechos e limita a frota por meio da não concessão de novas licenças de pesca. Esta é a única medida de ordenamento aplicável para a pescaria avaliada, o que leva a um atendimento parcial ao indicador.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	A Portaria Interministerial nº 13/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo de <i>Epinephelus itajara</i> , assim como seu desembarque, armazenamento, transporte e comercialização, até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL, 2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. Outros grupos capturados incidentalmente incluem espécies de quelônios e mamíferos marinhos, para os quais não foram encontradas quaisquer medidas exigidas para evitar a sua captura. Não existem normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao	N	A IN nº 166/2007 estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de

monitoramento a bordo?		Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 611 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.10 da INI nº 10/2011), das quais 7% (N=44) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 611 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), apenas 0,3% (N=2) das embarcações cumprem com os requisitos para ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Dias-Neto, J. & Dias, F.O. 2015. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.
- (2) Souza-Junior, O. G. Pesca e etnoecologia da pescada amarela, Cynoscion acoupa (LACÈPEPE, 1801) na costa Norte do Brasil. Teste (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará: 107p.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.

(5) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.

(6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(8) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

**ID PESCARIA: 22**

**PESCARIA:** Emalhe de fundo direcionado a Pescada amarela, Gurijuba e Robalo

**ESPÉCIE ALVO:** Pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), Gurijuba (*Sciades parkeri*), Camurim, Robalo (*Centropomus parallelus*, *Centropomus undecimalis*, *Centropomus ensiferus*, *Centropomus pectinatus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE (AP a MA)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Mero (*Epinephelus itajara*), Tartaruga verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

<b>CARCATERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	A pescada amarela e a gurijuba são dois importantes recursos pesqueiros da região norte do Brasil. Uma descrição detalhada da pescaria dirigida a estas espécies podem ser encontrada em Dias-Neto e Dias (2015). Constam nas bases de dados do RGO, com dados atualizados até 2017, um total de 1.250 embarcações, a maior parte de comprimento total inferior a 12 metros. As redes utilizadas nestas pescarias são de multifilamento (para pescada amarela) e monofilamento para gurijuba e robalo, e atuam a deriva carregadas pelas correntes de maré (Espírito-Santo e Isaac, 2012). Os principais pontos de desembarque situem-se nas cidades costeiras do Pará e do Maranhão, com uma importância reduzida – porém ainda assim relevante – do estado do Amapá.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	Juntamente com a pescada-gó, a pescada amarela é também um dos principais recursos pesqueiros explorados comercialmente na região Norte do Brasil (Dias-Neto e Dias, 2015). De acordo com os autores, não existem medidas de ordenamento específicas para a pescaria. O levantamento elaborado neste estudo também não identificou regramentos específicos para a espécie ou para a pescaria em questão. As demais espécies-alvo da

		modalidade, de acordo com Souza-Junior (2017) são capturadas como fauna acompanhante, em especial a guriyuba. Para esta espécie em particular, a Portaria Interministerial nº 43/2018 elaborada com base no Plano de Recuperação da espécie define tamanho mínimo de captura, período de defeso, e dá outras providências, para a pesca de <i>Sciades parkerii</i> com qualquer tipo de petrecho, em toda costa brasileira (BRASIL,2018), não sendo uma normativa que se aplica especificamente à pescaria em questão. No que toca ao ordenamento, soma-se à Portaria 43/2018 a IN nº 166/2007, que estabelece a altura máxima das redes de emalhe e outras medidas de gestão (BRASIL,2007). Esta normativa, genérica e que tangencia toda e qualquer pescaria de emalhe existente na costa brasileira, estabelece alguns requisitos técnicos para os petrechos e limita a frota por meio da não concessão de novas licenças de pesca. Nota-se que não há um regramento específico para a pescaria da pescada amarela. Identificou-se a IN 166/2007 – genérica e aplicável de forma transversal à qualquer pescaria de emalhe, bem como um regramento para uma das espécies-alvo (guriyuba). Esta pescaria, portanto, parece parcialmente ordenada, não havendo qualquer regramento específico para a frota nem mesmo para a sua principal espécie-alvo.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	A Portaria Interministerial nº 13/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo de <i>Epinephelus itajara</i> , assim como seu desembarque, armazenamento, transporte e comercialização, até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL,2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. Não existem normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, incluindo espécies de quelônios e mamíferos marinhos. Portanto, o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao	N	A IN nº 166/2007, estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de

monitoramento a bordo?		Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 1250 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.11 da INI nº 10/2011), das quais 23% (N=283) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 1250 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 9% (n=116) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Dias-Neto, J. & Dias, F.O. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.
- (2) Souza-Junior, O. G. Pesca e etnoecologia da pescada amarela, Cynoscion acoupa (LACÈPEPE, 1801) na costa Norte do Brasil. Teste (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará: 107p.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (5) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.

(6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(8) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

(9) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 43, de 27 de julho de 2018. Regulamenta a pesca da espécie *Sciades parkeri* (guriyuba) nas águas jurisdicionais brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 6.



**ID PESCARIA:** 23

**PESCARIA:** Emalhe de fundo direcionado a Piramutaba e Dourada

**ESPÉCIE ALVO:** Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), Dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial N e Estuário da Bacia Amazônica

**CAPTURE INCIDENTAL:** Mero (*Epinephelus itajara*), Tartaruga verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

A Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e a dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*) são duas espécies de bagres amazônicos capturados ao largo da costa norte do Brasil em áreas sob influência da foz do rio Amazonas. Diferentes pescarias têm por alvo estas espécies, com destaque para a pesca de arrasto (parelhas ou trilheiras), a pesca de emalhe de fundo e a pesca com o emprego de espinhel de fundo (Barthen, 1990; Dias-Neto e Dias, 2015). Os últimos dados de produção disponíveis (2009-2011) indicam que os desembarques de piramutaba e dourada oscilaram ao redor das 20 e 15 mil toneladas anuais, respectivamente (MPA, 2013). Os principais portos de desembarque ocorrem no estado do Pará, sendo Belém, Vigia e Bragança os portos mais importantes de apoio à frota. São escassas na literatura caracterizações do padrão operacional da frota de emalhe dirigida à piramutaba e a dourada. Informações antigas apontam uma pescaria com características artesanais realizadas no estuário e no mar aberto (Barthen, 1990). Dados mais recentes indicam que a pesca com redes de emalhe na região tem por alvo principal a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), sendo que a piramutaba e a dourada representam conjuntamente 12% dos desembarques da frota de emalhe no município de Vigia (Duarte Paula, 2018). Não foram encontradas na literatura caracterizações da fauna acompanhante ou capturas incidentais na pescaria.

INDICADOR

R

JUSTIFICATIVA

3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A pesca de emalhe dirigida à piramutaba e à dourada não apresenta um regramento específico para ordenar a atividade, e as normas vigentes derivam basicamente da A IN nº 166/2007 e, mais recentemente, da Instrução Normativa SAP nº 06 de 13 de abril de 2020. No caso da IN 166/2007 (BRASIL, 2007), o regramento genérico se aplica de maneira transversal à todas as pescarias que empregam redes de emalhe no Brasil, e define basicamente limitações à concessão de novas licenças de pesca (controle de esforço) bem como restrições às características dos petrechos. A recém-publicada IN SAP 06/2020 (BRASIL, 2020) estabelece regras para o ordenamento da pesca da piramutaba, espécie alvo não apenas da pesca de emalhe, mas sobretudo do arrasto de fundo (parelhas e trilheiras). O regramento vigente define características para as redes de emalhe que capturam a piramutaba, porém não menciona a dourada. Nota-se que parece haver regramentos genéricos sobre a pescaria as quais abordam parcialmente questões como controle de esforço e definição de características das redes. Avalia-se, portanto, que existe um ordenamento parcial da pescaria.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	Não foram encontradas na literatura estudos caracterizando as capturas incidentais na pescaria avaliada, sendo utilizado como base a lista de espécies presentes na IN 10/2011. A Portaria Interministerial nº 13/2015 proíbe a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo de <i>Epinephelus itajara</i> , assim como seu desembarque, armazenamento, transporte e comercialização, até o ano de 2023, em todo território nacional (BRASIL, 2015). Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. Outros grupos como quelônios e mamíferos, também potencialmente capturados em redes de emalhe, são listados como componentes capturados incidentalmente. Não existem normativas que exijam a redução ou mitigação de quaisquer capturas incidentais nesta pescaria, portanto o indicador não está atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial da região Norte e o estuário da Bacia Amazônica, onde os principais pontos de desembarque (Belém, Bragança, Vigia e outros portos da costa Norte do Brasil) não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.

3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 166/2007, estabelece as embarcações permissionadas, com comprimento total igual ou superior a 15 metros, deverão levar, em 30% de todas as viagens, um observador de bordo devidamente treinado para a coleta de informações referentes à operação de pesca e captura de espécies-alvo. Entretanto, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 70 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 2.12 da INI nº 10/2011), das quais 20% (N=14) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 70 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 4% (n=3) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Dias-Neto, J. & Dias, F.O. 2015. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.
- (2) Barthen, R.B. 1990. Descrição da pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*. Pimelodidae) no estuário e na calha do rio Amazonas. Boletim do Museu Goeldi, NS Antropologia, 6:117-130.
- (3) Duarte-Paula, J. 2018. Dinâmica da atividade pesqueira na costa norte do Brasil: variação espaço-temporal da captura em relação ao esforço de pesca. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca., Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará: 87f.
- (4) MPA, 2013. Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011.Minsitério da Aquicultura e Pesca. Brasília (DF): .60p.
- (5) BRASIL, 2007. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 06, de 7 de junho de 2004. Estabelece o período de defeso para a pesca de arrasto de piramutaba (*Brachyplatistoma vaillantii*), limita a frota pesqueira que opera na captura de piramutaba e outros bagres (ordem Siluriforme) na Foz dos Rios Amazonas e Pará e dá outras providências Diário Oficial da União.

- (6) BRASIL, 2020. Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa SAP no 06 de 13 de abril de 2020. Dispõe sobre o ordenamento da atividade de pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) na área compreendida entre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa à divisa do Estado do Pará com o Estado do Maranhão. Diário Oficial da União, 14 de abril de 2020, Sessão 1 Página 6.
- (7) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 06, de 7 de junho de 2004. Estabelece o período de defeso para a pesca de arrasto de piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), limita a frota pesqueira que opera na captura de piramutaba e outros bagres (ordem Siluriforme) na Foz dos Rios Amazonas e Pará e dá outras providências Diário Oficial da União, Brasília, 8 de junho de 2004, Seção 1, p. 81.
- (8) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (9) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (10) BRASIL, 2007. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 166, de 18 de julho de 2007. Regulamenta a pesca com redes de emalhar. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2007.
- (11) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (12) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 11, de 29 de setembro de 2011. Proíbe, anualmente, no período de 15 de setembro a 30 de novembro, o exercício da pesca de arrasto de piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) em toda a área de ocorrência da espécie, na Foz dos Rios Amazonas e Pará. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de setembro de 2011, Seção 1, p. 125.
- (13) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (14) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

ID PESCARIA: 24

PESCARIA: Arrasto de fundo (parelha) direcionado a Piramutaba

ESPÉCIE ALVO: Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar Territorial e ZEE N

CAPTURA INCIDENTAL: Peixe-serra, tubarão-serra (*Pristis perotteti*, *Pristis pectinata*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>A Piramutaba (<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>) é uma espécie de bagre amazônico capturado ao largo da costa norte do Brasil em áreas sob influência da foz do rio Amazonas. Diferentes pescarias têm por alvo estas espécies, com destaque para a pesca de arrasto (parelhas ou trilheiras) (Dias-Neto e Dias, 2015). Os últimos dados de produção disponíveis (2009-2011) indicam que os desembarques de piramutaba e dourada oscilaram ao redor das 20 mil toneladas anuais (MPA, 2013). A pesca de arrasto dirigida a espécie é relativamente bem descrita na literatura. A frota de arrasto, composta por 46 embarcações industriais, opera com base nos portos do estado do Pará (Belém principalmente). As embarcações operam principalmente na Foz do Rio Amazonas com arrastos de parelhas que podem agrupar até três embarcações. O emprego da técnica de arrasto de fundo, pouco seletiva, gera capturas de 38 espécies não-alvo, sendo o mero uma das espécies listadas como ameaçadas de extinção presentes nas capturas (Klautau, 2012). A pescaria possui regramentos específicos que limitam a frota, caracterizam o petrecho de pesca e estabelecem períodos de defeso.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>S</p>	<p>A pesca da piramutaba possui um regramento específico recém-publicado: Instrução Normativa SAP nº 06 de 13 de abril de 2020. O regramento traz elementos tais como limitação da frota em 48 embarcações de arrasto de parelha/trilheiras, estabelece áreas de exclusão à pesca da frota arrasteira, define um período de defeso entre 1º de setembro e 30 de novembro para a frota de arrasto e define um tamanho mínimo de malha para o ensacador das redes de pesca. As regras em vigor, contudo, não calculam o limite de esforço com base em avaliações do potencial de remoção nem mesmo estabelecem cotas de captura. De toda forma, existe um conjunto de regras de ordenamento específicos para a pescaria, levando ao atendimento a este indicador.</p>

3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	Esta pescaria tem como captura incidental duas espécies de peixe-serra, que estão criticamente ameaçadas de extinção conforme Portaria nº 445/2014 e, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). Estas espécies são contempladas pelo Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção (BRASIL,2016), mas não há obrigação legal prevista para que a frota implemente medidas de redução ou mitigação de suas capturas incidentais.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para captura de Piramutaba na modalidade arrasto de fundo, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 46 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.1 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Todas as embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está completamente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Dias-Neto, J. & Dias, F.O. 2015. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.
- (2) MPA, 2013. Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011. Minsitério da Aquicultura e Pesca. Brasília (DF): .60p.
- (3) Klautau, A.G.M.C. 2012. A pesca industrial da piramutaba na foz do rio Amazonas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural da Amazônia, 53f.
- (4) BRASIL, 2020. Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa SAP no 06 de 13 de abril de 2020. Dispõe sobre o ordenamento da atividade de pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) na área compreendida entre a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa à divisa do Estado do Pará com o Estado do Maranhão. Diário Oficial da União. 14 de abril de 2020, Sessão 1 Página 6.
- (5) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (6) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (7) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 11, de 29 de setembro de 2011. Proíbe, anualmente, no período de 15 de setembro a 30 de novembro, o exercício da pesca de arrasto de piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) em toda a área de ocorrência da espécie, na Foz dos Rios Amazonas e Pará. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de setembro de 2011, Seção 1, p. 125.
- (8) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (9) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (10) BRASIL, 2016. Ministério do Meio Ambiente. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção. 8p.

**ID PESCARIA: 25**

**PESCARIA: Arrasto de fundo (parelha) para peixes**

**ESPÉCIE ALVO:** Uricica, bagre-amarelo (*Cathorops spixii*), Bandeirado, bagre-de-penacho (*Bagre bagre*), Cambéua, bagre-branco (*Arius grandicassis*), Bagre-de-fita, (*Bagre marinus*), Bagre (*Genidens barbatus*, *Netuma planifrons*, *Genidens genidens*), Dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), Pescada branca (*Cynoscion leiarchus*), Raia santa (*Rioraja agassizii*), Raia carimbada (*Atlantoraja cyclophora*), Raia chita (*Atlantoraja castelnaui*), Raia emplasto (*Atlantoraja platana*, *Sympterygia bonapartii*, *Sympterygia acuta*), Raia (*Breviraja spinosa*, *Rajella purpuriventralis*), Pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), Corvina, Cururuca (*Micropogonias furnieri*), Pescada gó (*Macrodon ancylodon*), Tainha, (*Mugil curema*, *Mugil liza*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar Territorial e ZEE N (Polígono definido no Anexo I da INI MPA/MMA nº 02/2010)

**CAPTURA INCIDENTAL:** N/A

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA		
Trata-se de uma pescaria multiespecífica a qual, segundo a IN 10/2011 (BRASIL, 2011), possui 23 alvos de pesca de hábito demersal, incluindo bagres, peixes ceniídeos (corvina, pescada-amarela e pescada-gó), além de espécies de elasmobrânquios (raias). Constatam registradas 18 embarcações de arrasto de parelhas registradas nesta modalidade, a maior parte delas de porte industrial. A pescaria é pouco descrita na literatura no que toca o seu padrão operacional, pontos de desembarque fauna acompanhante/captura incidental.		
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	N	A Portaria Interministerial nº 39/2018, que estabelece medidas, critérios e padrões para o ordenamento de uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie <i>Genidens barbatus</i> , permite a captura somente nos estados de SP e PR, desde que respeitado o tamanho mínimo, proíbe a pesca industrial e estabelece um limite de retenção de até 5% do peso total da produção para pescarias cujas quais a espécie é fauna acompanhante (BRASIL,2018). Esta pescaria ainda tem como alvos a Raia santa ( <i>Rioraja agassizii</i> ), a Raia chita ( <i>Atlantoraja castelnaui</i> ) e a Raia emplasto ( <i>Sympterygia bonapartii</i> , <i>Sympterygia acuta</i> ), listadas na Portaria nº 445/2014 como



		em perigo de extinção e cuja captura está proibida (BRASIL,2014b). Não foram encontrados regramentos específicos para a pescaria avaliada.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011). Conforme descrito no indicador anterior, algumas espécies consideradas alvos desta modalidade passaram a ser listadas como fauna ameaçada de extinção, o que permite classifica-las como componentes da captura incidental. Não foram encontradas medidas exigidas no regramento da pescaria as quais visem reduzir as capturas destas espécies.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de peixes demersais, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 18 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.2 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	P	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 18 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 83% (n=15) da frota tem

sistemas de rastreamento?		obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está parcialmente atendido.
---------------------------	--	--

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (4) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (6) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 39, de 26 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e a recuperação dos estoques da espécie *Genidens barbus* (bagre-branco). Diário Oficial da União, Brasília, 27 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

**ID PESCARIA:** 26

**PESCARIA:** Arrasto de fundo direcionado a camarões

**ESPÉCIE ALVO:** Camarão rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*, *Farfantepenaeus subtilis*), Camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), Camarão branco (*Litopenaeus schmitti*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE (AP ao PI)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*)

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

Os camarões-rosa (*Farfantepenaeus sp.*) juntamente com outras espécies de camarões, são recursos pesqueiros de grande importância para pescarias comerciais da região Norte do Brasil. A espécie *F. subtilis* apresenta uma clara predominância nas capturas desembarcadas pela frota, muito embora existam registros de ocorrência das demais espécies listadas como alvo da modalidade. O petrecho empregado na pescaria é o arrasto duplo de fundo. A pescaria atua entre a foz do Rio Amazonas e o norte do estado do Amapá, ao longo de praticamente todo o ano. A dinâmica, tanto da frota quanto do estoque, encontram-se relativamente bem descritos na literatura, com destaque para o trabalho de Aragão (2013). A frota é composta exclusivamente por embarcações de porte industrial, com casco de ferro e com conservação do pescado por congelamento a bordo. O tamanho da frota tem permanecido estável, oscilando ao redor de 100 unidades (atualmente constam 89 registradas no RGP), ao passo que a produção desembarcada, após atingir pico de 6.900 toneladas no final dos anos 1980, tem uma produção variando entre 3.000 e 4.000 toneladas, sendo os dados disponíveis até 2006 (Aragão, 2013). Seguindo um padrão observado para diversas pescarias de camarões tropicais, ocorre na pescaria uma elevada captura de espécies não-alvo, o que se encontra descrito na literatura muito embora os dados estejam desatualizados (Paiva et al., 2012). A frota opera tendo por base portos do estado do Pará, com destaque para a cidade de Belém.

INDICADOR

R

JUSTIFICATIVA

3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	Esta pescaria é ordenada pela Portaria Interministerial nº 75/2017 (BRASIL,2017) pela Portaria Interministerial nº15/2018 (BRASIL,2018), e pela IN nº 70/2019 (BRASIL,2019), que estabelece os critérios e padrões para o ordenamento da pesca de camarões rosa ( <i>Farfantepenaeus subtilis</i> e <i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> ), branco ( <i>Litopenaeus schmitti</i> ) e sete barbas ( <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> ) na costa Norte (AP ao PI) e define a área de operação para a modalidade 3.3 da INI nº 10/2011. As Portarias definem os períodos de defeso, limite e especificações das embarcações autorizadas, áreas de exclusão de pesca entre outros.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	S	De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL,2011). As embarcações permissionadas devem cumprir o disposto na IN nº 31/2004 que obriga o uso do TED (Dispositivo de Escape para Tartarugas) em todas as pescarias de camarão, independente da espécie a ser capturada, para reduzir as capturas incidentais de tartarugas marinhas e elasmobrânquios de maior porte, principalmente raias (BRASIL,2004).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de camarões na região norte, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 89 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.3 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.

3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Todas as 89 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), têm obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está completamente atendido.
--	---	---

## REFERÊNCIAS

- (1) Aragão, J.A.N. 2013. Dinâmica populacional e avaliação do estoque de camarão-rosa (*F. subtilis* Perez-Farfante, 1967).na plataforma amazônica brasileira. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental – Escola de Engenharia da Universidade Federal de São Carlos, 243f.
- (2) Paiva, K.S.; Aragão, J.A.N.; Silva, K.C.A.; Cintra, I.H.A. 2012. Fauna acompanhante da pesca industrial do camarão-rosa na plataforma continental norte brasileira. Bol. Téc. CEPNOR, 9:25:42p..
- (3) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 31, de 13 de dezembro de 2004. Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2004.
- (4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (5) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) BRASIL, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 75, de 20 de dezembro de 2017. Estabelecer os critérios e padrões para o ordenamento da pesca de camarões rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), branco (*Litopenaeus schmitti*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30", partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4°30'30"N e longitude de 51°38'12"W) e a divisa dos Estados do Piauí e Ceará (meridiano de 41°12"W). Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 171.

(9) BRASIL, 2018. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 15, de 10 de janeiro de 2018. Altera o art. 2º da Portaria Interministerial nº 75, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente, que estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões na Costa Norte. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de janeiro de 2018, Seção 1, p. 40.

(10) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 70, de 16 de dezembro de 2019. Estabelece as espécies e a área de operação da autorização de pesca complementar para período de defeso do camarão rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*, *Farfantepenaeus subtilis*) camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), conforme o disposto na Portaria Interministerial MDIC/MMA nº 75, de 20 de dezembro de 2017, e suas alterações. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de dezembro de 2019, Seção 1-Extra, p. 6.

<b>ID PESCARIA: 27</b>  <b>PESCARIA: Arrasto de fundo direcionado a camarões</b>  <b>ESPÉCIE ALVO:</b> Camarão rosa ( <i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> , <i>Farfantepenaeus subtilis</i> ), Camarão sete-barbas ( <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> ), Camarão branco ( <i>Litopenaeus schmitti</i> )  <b>ÁREA DE OPERAÇÃO:</b> Mar territorial e ZEE N/NE (MA ao PI)  <b>CAPTURA INCIDENTAL:</b> Tartaruga-verde ( <i>Chelonia mydas</i> ), Tartaruga-cabeçuda ( <i>Caretta caretta</i> ), Tartaruga-de-pente ( <i>Eretmochelys imbricata</i> ) Tartaruga-oliva ( <i>Lepidochelys olivacea</i> ), Tartaruga-gigante ( <i>Dermochelys coriacea</i> )		
<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>		
Trata-se de uma modalidade de pesca para a qual encontram-se registrados no RGP um total de 110 embarcações, sendo a maior parte delas de porte artesanal, registradas em sua maioria nos portos do estado do Piauí. O camarão-rosa, o camarão sete-barbas e o camarão-brando são duas espécies que, muito embora coexistam em determinadas áreas, têm seus maiores picos de densidade em locais diferentes. Enquanto o camarão-rosa, em sua fase adulta, se distribui preferencialmente em áreas de maior profundidade (abaixo dos 40m) com fundos arenosos e cascalhosos, os camarões sete-barbas e branco ocorrem em áreas mais próximas da costa em fundos predominantemente lamosos (Dias Neto, 2011). É provável, portanto, que se trate de duas pescarias distintas. Não foram encontrados na literatura científica trabalhos descrevendo a pesca de arrasto dirigida aos camarões nos estados do MA e PI no que toca ao seu padrão operacional. Também não foram encontradas avaliações da fauna acompanhante ou capturas incidentais nesta pescaria. A avaliação baseou-se, portanto, nas informações relativas a espécies-alvo e capturas incidentais apresentadas na IN MPA nº 10/2011.		
<b>INDICADOR</b>	<b>R</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	Esta pescaria é ordenada pela Portaria Interministerial nº 75/2017 (BRASIL,2017) e pela Portaria Interministerial nº15/2018 (BRASIL,2018), que estabelece os critérios e padrões para o ordenamento da pesca de camarões rosa ( <i>Farfantepenaeus subtilis</i> e <i>Farfantepenaeus brasiliensis</i> ), branco ( <i>Litopenaeus schmitti</i> ) e sete barbas ( <i>Xiphopenaeus kroyeri</i> ) na costa Norte (AP ao PI). As Portarias definem os períodos de defeso, limite e

		especificações das embarcações autorizadas, características dos petrechos de pesca, áreas de exclusão de pesca entre outros.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	S	De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL,2011). As embarcações permissionadas devem cumprir o disposto na IN nº 31/2004 que obriga o uso do TED (Dispositivo de Escape para Tartarugas) em todas as pescarias de camarão, independente da espécie a ser capturada, para reduzir as capturas incidentais de tartarugas marinhas e elasmobrânquios de maior porte, principalmente raia (BRASIL,2004).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de camarões na região nordeste com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 110 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.4 da INI nº 10/2011), das quais 24% (N=26) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Nenhuma



sistemas de  
rastreamento?

embarcação registrada nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

(1) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 31, de 13 de dezembro de 2004. Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2004.

(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

(3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.

(4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(6) BRASIL, 2017. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 75, de 20 de dezembro de 2017. Estabelecer os critérios e padrões para o ordenamento da pesca de camarões rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), branco (*Litopenaeus schmitti*) e sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), na área compreendida entre a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil (linha loxodrômica que tem o azimute verdadeiro de 41°30", partindo do ponto definido pelas coordenadas de latitude 4°30'30"N e longitude de 51°38'12"W) e a divisa dos Estados do Piauí e Ceará (meridiano de 41°12"W). Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 2017, Seção 1, p. 171.

(7) BRASIL, 2018. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 15, de 10 de janeiro de 2018. Altera o art. 2º da Portaria Interministerial nº 75, de 20 de dezembro de 2017, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e Ministério do Meio Ambiente, que estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões na Costa Norte. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de janeiro de 2018, Seção 1, p. 40.

**ID PESCARIA:** 28

**PESCARIA:** Arrasto de fundo direcionado a camarões

**ESPÉCIE ALVO:** Camarão rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*, *Farfantepenaeus subtilis*), Camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), Camarão branco (*Litopenaeus schmitti*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial N/NE (CE a BA)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*)

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

O litoral compreendido entre os estados do Ceará e o sul da Bahia tem cerca de 2.300 quilômetros de extensão e abrange sete estados do nordeste brasileiro. A frota camaroeira de arrasto é composta por 1.196 embarcações, a vasta maioria de porte artesanal. O principal camarão capturado na costa nordestina é o camarão sete-barbas. Os principais estados produtores de camarão são a Bahia e Pernambuco. Contudo, a pesca do camarão sete-barbas ocorre em praticamente todo o litoral nordestino, estando concentrado normalmente em municípios e regiões onde ocorrem estuários e bancos arenosos e lamosos – hábitat da espécie. Embarcações artesanais de pequeno porte realizam viagens de pesca curtas (em muitos casos são viagens de não mais que um dia de pesca) e os desembarques ocorrem nos próprios portos pesqueiros dos municípios e comunidades. Existem diversos trabalhos caracterizando a fauna acompanhante e capturas incidentais da espécie.

#### INDICADOR

R

#### JUSTIFICATIVA

3.1. A pesca está sujeita a medidas de ordenamento?

S

A IN nº 14/2004 regulamenta a pesca de camarões na região NE, definindo áreas de exclusão de pesca, defesos, define o tamanho da malha das redes de arrasto e dá outras providências (BRASIL, 2004a).

3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	S	De acordo com a INI nº10/2011, a captura incidental desta pescaria é composta por 5 espécies de tartarugas marinhas (BRASIL,2011). As embarcações permissionadas devem cumprir o disposto na IN nº 31/2004 que obriga o uso do TED (Dispositivo de Escape para Tartarugas) em todas as pescarias de camarão, independente da espécie a ser capturada, para reduzir as capturas incidentais de tartarugas marinhas e elasmobrânquios de maior porte, principalmente raias (BRASIL,2004b).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Além disso, não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de camarões na região nordeste com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 1196 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.5 da INI nº 10/2011), das quais 6% (N=69) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 1196 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), apenas 0,2% (N=2) embarcações

	cumprem com os requisitos e tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
--	---

## REFERÊNCIAS

(1) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 14, de 14 de outubro de 2004. Proíbe, anualmente, o exercício da pesca de camarão rosa (*Farfantepenaeus subtilis* e *Farfantepenaeus brasiliensis*), camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*) e camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), com quaisquer artes de pesca, nas áreas e períodos discriminados. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de outubro de 2004.

(2) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 31, de 13 de dezembro de 2004. Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2004.

(3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

(4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.

(5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(6) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

## ID PESCARIA: 29

**PESCARIA:** Arrasto de fundo (duplo) direcionado a camarões

**ESPÉCIE ALVO:** Camarão rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*, *Farfantepenaeus subtilis*, *Farfantepenaeus paulensis*), Camarão Santana (*Pleoticus muelleri*), Camarão barba ruça (*Artemesia longinaris*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), Tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), Tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-gigante (*Dermochelys coriacea*), Cherne poveiro (*Polyprion americanus*), Mero (*Epinephelus itajara*), Raia Viola (*Rhinobatus horkelii*, *Rinobatos percellens*), Agulhão branco (*Tetrapturus albidus*), Agulhão negro (*Makaira nigricans*), Cação-bico-doce (*Galeorhinus galeus*), Cação cola-fina, caçonete, Boca de velho (*Mustelus schmitti*), Tubarão - peregrino (*Cetorhinus maximus*), Cação-lixo, tubarão-lixo, Lambaru (*Ginglymostoma cirratum*), Tubarão - baleia (*Rhincodon typus*), Cação-anjo-espinhoso (*Squatina Guggenheim*), Cação-anjo-liso (*Squatina occulta*), Cação bicudo, cação espátula, Quati (*Isogomphodon oxyrhynchus*), Tubarão Raposa (*Alopias superciliosus*), Peixe-serra, espadarte (*Pristis pectinata*, *P. perotteti*), Tubarão-limão, papa-areia (*Negaprion brevirostris*), Peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), Boto-cinza (*Sotalia guianensis*), Golfinho-de-dentes-rugosos (*Steno bredanensis*), Golfinho-rotador (*Stenella longirostris*), Golfinho-pintado-do-Atlântico (*Stenella frontalis*), Golfinho-comum (*Delphinus delphis*), Golfinho-nariz-de-garrafa (*Tursiops truncatus*), Toninha (*Pontoporia blainvillei*), Baleia-jubarte (*Megaptera novaeangliae*), Baleia-cachalote (*Physeter macrocephalus*)

## CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

Os camarões marinhos, com destaque para a pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis* e *F. brasiliensis*), são recursos pesqueiros de grande importância para a frota industrial de arrasto duplo atuante nas costas sudeste e sul, e a sua exploração data ao menos dos anos 1960 (Valentini et al., 2012). A frota permissionada nesta modalidade é composta por um universo de 361 embarcações registradas principalmente nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo. As áreas de pesca desta espécie compreendem fundos de pesca arenosos e cascalhosos entre 40 e 80 metros de profundidade que se estendem desde a costa do Rio de Janeiro até Santa Catarina (Dias-Neto, 2011). Espécies como o camarão-santana e o camarão barba-ruça são capturados principalmente em áreas costeiras rasas ao largo da costa sul de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sendo áreas de pesca diferentes daquelas quando a frota tem por alvo o camarão-rosa (Baptista-Metri, 2007). Ambas as pescarias, no que toca seu padrão operacional, pontos de desembarque, produção e fauna acompanhante/capturas incidentais são relativamente bem descritas na literatura,

destacando-se a revisão detalhada das pescarias disponíveis em Dias-Neto (2011). Os principais pontos de desembarque são os portos pesqueiros do Rio de Janeiro/Niterói/Angra dos Reis; Santos (SP) e Itajaí/Navegantes (SC).		
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	<p>A IN IBAMA nº 189/2008 estabelece períodos de defeso para a frota de arrasto dirigida ao camarão-rosa, camarão sete barbas, camarão branco, camarão santana ou vermelho e camarão barba ruça na região compreendida entre os estados do ES e RS (BRASIL,2008b). Mais recentemente o período de defeso dos camarões capturados pela frota de arrasto no ES foi alterado pela Portaria Interministerial nº 47/2018 (BRASIL,2018b). Sendo objeto de uma portaria IBAMA, entende-se que os camarões são espécies sob controle de esforço de acordo com a Portaria IBAMA nº 135/2006, sendo sua frota limitada ao tamanho atual. As espécies-alvo desta modalidade contam ainda com diversas normativas regendo períodos de defeso os quais muito embora se apliquem às espécies, não se aplicam à modalidade de pesca avaliada, são elas: a Portaria nº 133-N/1994 estabelece o período de defeso dos camarões nas baías do PR (BRASIL,1994); a IN nº 21/2009 estabelece o defeso dos camarões rosa e branco no Complexo Lagunar Sul (SC) (BRASIL,2009); a Portaria nº 70/2003 estabelece o defeso dos camarões rosa e branco na Baía da Babitonga (SC) (BRASIL,2003); e a INC nº 03/2004 estabelece o defeso dos camarões rosa e branco no Estuário da Lagoa dos Patos (RS) (BRASIL,2004a). A Portaria SUDEPE Nº 26/1983 estabelece um tamanho mínimo na malha dos ensacadores das redes de arrasto, fixado em 90 mm entre nós opostos, o que configura uma limitação ao petrecho. A mesma portaria também trazia a proibição da pesca de arrasto motorizado a menos de 3 milhas náuticas da costa do Rio Grande do Sul, configurando uma área de exclusão. Esta normativa, todavia, foi suplantada pela Lei Estadual nº 15.223/2018 (RIO GRANDE DO SUL,2018), que ampliou a área de exclusão da pesca de arrasto de 3 para 12 milhas náuticas da costa. A Portaria nº 17/2008, estabelece proibições da pesca de arrasto na costa do Espírito Santo (BRASIL,2008a). A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i>, e <i>Lopholatilus villarii</i>, determina que a modalidade de pesca 3.6 fica permitida a pescar em profundidades menores ou iguais a 100m (BRASIL,2018a). Muito embora não exista um plano de gestão para a pescaria destes camarões formalmente estabelecido, observa-se uma ampla gama de normativas que incluem limitações no tamanho da frota,</p>

		definição de características do petrecho, áreas de exclusão e períodos de defeso as quais encontram-se em vigor. A pescaria, portanto, está sujeita a medidas de ordenamento.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	S	<p>Esta pescaria captura incidentalmente uma grande diversidade de espécies marinhas, mas só algumas delas possuem norma específicas que reduzem ou mitigam as capturas incidentais. As embarcações permissionadas devem cumprir o disposto na IN nº 31/2004 que obriga o uso do TED (Dispositivo de Escape para Tartarugas) em todas as pescarias de camarão, independente da espécie a ser capturada, para reduzir as capturas incidentais de tartarugas marinhas e elasmobrânquios de maior porte, principalmente raias (BRASIL,2004b). A IN nº 12/2005, estabelece que deverão ser obrigatoriamente devolvidos ao mar todos os agulhões brancos (<i>Tetrapturus albidus</i>) e os agulhões negros (<i>Makaira nigricans</i>) que ainda se encontrarem vivos no momento do embarque pós-captura, de forma a possibilitar a maior sobrevivência dos animais (BRASIL,2005). Estas espécies, contudo, não apresentam potencial e serem capturadas pela modalidade em questão, devendo tratar-se de uma inconsistência na própria IN nº 10/2011. As Portarias Interministeriais nº 13/2015 (BRASIL,2015a) e nº 14/2015 (BRASIL,2015b) proíbem a pesca direcionada, retenção a bordo, transbordo, assim como desembarque, armazenamento, transporte e comercialização de <i>Epinephelus itajara</i> e <i>Polyprion americanus</i>, até o ano de 2023, em todo território nacional. Os indivíduos que forem capturados incidentalmente deverão ser liberados vivos ou descartados no ato da captura, devendo ser registradas a captura e a liberação, ou o descarte. Esta pescaria ainda tem como captura incidental a Raia Viola (<i>Rhinobatus horkelii</i>), o Cação-bico-doce (<i>Galeorhinus galeus</i>), o caçonete (<i>Mustelus schmitti</i>), o Cação-anjo-espinhoso (<i>Squatina guggenheim</i>) e o Cação-anjo-liso (<i>Squatina occulta</i>), listados na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçados e cuja captura está proibida, portanto os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b) Estas espécies de tubarões de hábito demersal tendem a ser beneficiadas quando a frota utiliza TEDs, sendo excluídas dos ensacadores das redes durante as operações de pesca. Não foram encontradas referências na literatura relativo à captura de cetáceos nas redes de arrasto de camarões, devendo-se tratar de um erro na IN 10/2011. Conclui-se que a modalidade de pesca em questão possui obrigatoriedade de implementar um dispositivo para a redução e bycatch (TED) capaz de reduzir significativamente as capturas incidentais caso propriamente implementado. Como esta avaliação não leva em conta o cumprimento das medidas, mas sim a existência de medidas, considera-se o indicador como atendido.</p>

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	<b>P</b>	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. No entanto, o Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques. Tampouco há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	<b>N</b>	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	<b>S</b>	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de camarões na região SE/S, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 361 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.6 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	<b>P</b>	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 361 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 65% (n=233) da frota tem



obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está parcialmente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Valentini, H.; Díncao, F.; Rodrigues, L.F.; Dumont, F. 2012. A evolução da pescaria industrial de camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis* e *F. paulensis*) na costa sul e sudeste do Brasil- 1968-1989. *Atlântica*, Rio Grande, 34(2): 157-171.
- (2) Dias-Neto, J. & Dias, F.O. 2015. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.
- (3) Baptista-Metri, C. 2007. Biologia pesqueira de *Artemesia longinaris* Bate, 1888 (Decapoda, Dendobranchiata, Penaeidae) e de *Pleoticus muelleri* (Bate, 1888) (Decapoda, Dendobranchiata, Solenoceridae) no Sul do Brasil. Tese de Doutorado. Curso de pós-graduação em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná, 221p.
- (4) BRASIL, 1994. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 133-N, de 08 de dezembro de 1994. Proíbe, nas baías do Estado do Paraná, a pesca profissional de todos os tipos de camarões, no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro de cada ano. *Diário Oficial da União*, Brasília, 09 de dezembro de 1994.
- (5) BRASIL, 2003. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 70, de 30 de outubro de 2003. Proíbe, anualmente, no período de 1º de novembro a 31 de janeiro, a pesca de camarão branco (*Litopenaeus schmitti*) e camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*) no interior da Baía da Babitonga, no Estado de Santa Catarina. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 de novembro de 2003.
- (6) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa Conjunta nº 03, de 9 de fevereiro de 2004. Condiciona a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de fevereiro de 2004.
- (7) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 31, de 13 de dezembro de 2004. Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 de dezembro de 2004.
- (8) BRASIL, 2005. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 12, de 14 de julho de 2005. Estabelece normas e procedimentos para captura e comercialização dos agulhões brancos (*Tetrapturus albidus*), agulhões negros (*Makaira nigricans*), agulhões verdes (*Tetrapturus pfluegeri*) e agulhões vela (*Istiophorus albicans*), nas águas jurisdicionais brasileiras e alto-mar. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 de julho de 2005.
- (9) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (10) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (11) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito

Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parêlhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.

(12) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 189, de 23 de setembro de 2008. Proíbe o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba ruça (*Artemesia longinaris*), anualmente, nas áreas e períodos definidos. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de setembro de 2008, Seção 1, p. 185.

(13) BRASIL, 2009. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 21, de 07 de julho de 2009. Proíbe a pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis* e *F. paulensis*), e do camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), anualmente, no período de 15 de julho a 15 de novembro, com qualquer modalidade e petrecho, na área do complexo lagunar sul do estado de Santa Catarina, compreendendo as lagoas do Camacho, Garopaba do Sul, Imaruí, Mirim, Santa Marta, Santo Antônio, outras lagoas marginais e tributárias. Diário Oficial da União, Brasília, 07 de julho de 2009.

(14) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 5, de 15 de abril de 2011. Proíbe a captura, retenção a bordo, desembarque, armazenamento e a comercialização do tubarão raposa (*Alopias supecliosus*) em águas jurisdicionais brasileiras, alto mar e em território nacional, nas pescarias realizadas por embarcações brasileiras de pesca e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de abril de 2011, Seção 1, p. 60.

(15) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(16) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(17) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.

(18) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 13, de 2 de outubro de 2015. Proíbe, por um período de 8 (oito) anos, a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do mero (*Epinephelus itajara*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como o desembarque, armazenamento, transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

(19) BRASIL, 2015. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 14, de 2 de outubro de 2015. Proibir a pesca direcionada, retenção a bordo e transbordo do cherne poveiro (*Polyprion americanus*) em águas jurisdicionais brasileiras, bem como desembarque, o armazenamento, o transporte e a comercialização de exemplares dessa espécie em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de outubro de 2015, Seção 1, p. 20.

(20) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherno-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

(21) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 47, de 11 de setembro de 2018. Estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões no estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de setembro de 2018, Seção 1, p. 5.

(22) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

(23) RIO GRANDE DO SUL, 2018. Lei nº 15.223, de 5 de setembro de 2018. Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul e cria o Fundo Estadual da Pesca. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 6 de setembro de 2018.

**ID PESCARIA:** 30

**PESCARIA:** Arrasto de fundo (duplo) direcionado a camarão santana e barba ruça

**ESPÉCIE ALVO:** Camarão santana (*Pleoticus muelleri*), Camarão barba ruça (*Artemesia longinaris*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE RS

**CAPTURA INCIDENTAL:** Canejo, cação-bico-doce, cação-cola-fina, caçonete, Boca de velho (*Mustelus schmitti*)

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

Camarão santana (também chamado de camarão-vermelho) e o camarão barba-ruça (também conhecido por camarão-ferrinho) são duas espécies de crustáceos bentônicos encontrados em águas rasas das zonas costeiras das regiões sudeste e sul do Brasil. Maiores abundâncias da espécie ocorrem ao largo da costa Sul de Santa Catarina e também ao largo de toda a costa do Rio Grande do Sul (Dias-Neto e Dias, 2015). Seguindo um padrão observado na maior parte dos recursos pesqueiros do sul brasileiro, a pesca dos camarões vermelho e barba-ruça obedece forte sazonalidade, sendo as maiores abundâncias encontradas nos meses de primavera (Ago-Nov) (Baptista-Metri, 2007). A pesca destes camarões se dá por meio do emprego do arrasto duplo, com embarcações e redes similares às que operam na pesca industrial e semi industrial de outras espécies de camarões, tais como o camarão-rosa e o camarão 7-barbas ao largo das costas Sudeste e Sul (Dias-Neto e Dias, 2015; Baptista-Metri, 2007). Por esta razão estas espécies são também incluídas como alvos sazonais de outras pescarias de camarões (Valentini *et al.*, 2012). Constam nas bases do RGP apenas 1 embarcação registrada na modalidade que tem por alvo os camarões santana e barba-ruça, registrada no estado do Rio Grande do Sul. Conforme apontado, a pesca dos camarões santana e barba ruça, apesar de sua importância sazonal, é realizada por um conjunto de embarcações autorizadas a pescar outras espécies de camarão, tais como o camarão-rosa e o 7-barbas. Os principais pontos de desembarque de camarão Santana e barba ruça são os portos de Santa Catarina (Itajaí e Navegantes) e Rio Grande do Sul (Porto de Rio Grande). Os padrões operacionais (Baptista-Metri, 2007), composição das capturas aproveitadas e descartadas (Haimovici e Mendonça, 1996) encontram-se relativamente bem descritos na literatura científica.

INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	A IN nº 189/2008 define áreas de exclusão e defesos na região SE/S para a captura de camarão-rosa, camarão sete barbas, camarão branco, camarão santana ou vermelho e camarão barba ruça (BRASIL,2008) nos estados do ES ao RS. Sendo objeto de uma portaria IBAMA, entende-se que os camarões são espécies sob controle de esforço de acordo com a Portaria IBAMA nº 135/2006, sendo sua frota limitada ao tamanho atual. A Portaria SUDEPE Nº 26/1983 estabelece um tamanho mínimo na malha dos ensacadores das redes de arrasto, fixado em 90 mm entre nós opostos, o que configura uma limitação ao petrecho. Incide-se ainda sobre esta pescaria uma normativa estadual que cria uma área de exclusão à pesca de arrasto está proibida no Mar territorial do RS pela Lei Estadual nº 15.223/2018 (RIO GRANDE DO SUL,2018). Não foram encontradas medidas como cotas de captura ou tamanhos mínimos de desembarque para estas espécies. De toda maneira, observa-se que a pescaria em questão se encontra sujeita à uma série de medidas de ordenamento as quais, muito embora desarticuladas e defasadas, tendem a limitar o esforço de pesca, proteger áreas críticas e períodos específicos do ciclo de vida, não sendo uma pescaria em livre acesso. Os requisitos do indicador são atendidos.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	S	As embarcações desta pescaria devem cumprir o disposto na IN nº 31/2004 que obriga o uso do TED (Dispositivo de Escape para Tartarugas) em todas as pescarias de camarão, independente da espécie a ser capturada, para reduzir as capturas incidentais de tartarugas marinhas e elasmobrânquios de maior porte, principalmente raias (BRASIL,2004b). Esta pescaria tem como captura incidental a espécie criticamente ameaçada <i>Mustelus schmitti</i> , conforme Portaria nº 445/2014 e, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). É provável que um conjunto maior de espécies ameaçadas sejam capturadas incidentalmente durante as operações de pesca, com destaque para as raias-viola ( <i>Rhinobatos sp.</i> ) e os cações-anjo ( <i>Squatina sp.</i> ), muito embora estas espécies não tenham sido listadas na IN 10/2011. Capturas de organismos de maior porte como cações e raias tendem a ser substancialmente reduzidas quando dispositivos como os TEDs são implantados nas frotas de arrasto. Desta forma, a pescaria atende aos requisitos uma vez que tanto quelônios quando espécies de elasmobrânquios tem suas capturas reduzidas e os impactos mitigados com o uso do TED. De toda maneira, não se avaliou se as medidas existentes vêm de fato sendo internalizadas pela frota arrasteira.

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE do RS onde o Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Os desembarques das duas espécies alvo da frota avaliada também podem ocorrer nos portos catarinenses, com destaque para Navegantes e Itajaí. Ambas as localidades também são monitoradas pelo Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP) no estado de Santa Catarina. Sendo assim, consideramos que a frota avaliada está sujeita a monitoramento de desembarque.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de camarões na região SE/S, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014a). Na base de dados do RGP (2017) constava apenas 1 embarcação registrada nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.7 da INI nº 10/2011), com obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca. Existe apenas uma embarcação registrada pescaria, com base nos dados do RGP (2017), que não tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Valentini, H.; Díncao, F.; Rodrigues, L.F.; Dumont, F. 2012. A evolução da pescaria industrial de camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis* e *F. paulensis*) na costa sul e sudeste do Brasil- 1968-1989. *Atlântica*, Rio Grande, 34(2): 157-171.
- (2) Dias-Neto, J. & Dias, F.O. 2015. O uso da biodiversidade aquática no Brasil: Uma avaliação com o foco na pesca. Brasília: IBAMA, 288p.
- (3) Baptista-Metri, C. 2007. Biologia pesqueira de *Artemesia longinaris* Bate, 1888 (Decapoda, Dendobranchiata, Penaeidae) e de *Pleoticus muelleri* (Bate, 1888) (Decapoda, Dendobranchiata, Solenoceridae) no Sul do Brasil. Tese de Doutorado. Curso de pós-graduação em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná, 221p.
- (4) Haimovici, M.; Mendonça, J.T. 1996. Descartes na pesca de arrasto de tangones dirigida ao linguado e ao camarão no sul do Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, 18:161- 177.
- (5) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa Conjunta nº 03, de 9 de fevereiro de 2004. Condiciona a atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de fevereiro de 2004.
- (6) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 31, de 13 de dezembro de 2004. Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED. *Diário Oficial da União*, Brasília, 14 de dezembro de 2004.
- (7) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (8) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (9) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 189, de 23 de setembro de 2008. Proíbe o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba ruça (*Artemesia longinaris*), anualmente, nas áreas e períodos definidos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 de setembro de 2008, Seção 1, p. 185.
- (10) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (11) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (12) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.

(13) BRASIL, 2016. Ministério do Meio Ambiente. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção. 8p.

(14) RIO GRANDE DO SUL, 2018. Lei nº 15.223, de 5 de setembro de 2018. Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca no Estado do Rio Grande do Sul e cria o Fundo Estadual da Pesca. Diário Oficial do Estado, Porto Alegre, 6 de setembro de 2018.



**ID PESCARIA: 31**

**PESCARIA:** Arrasto de fundo direcionado a camarão sete barbas

**ESPÉCIE ALVO:** Camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), Camarão santana (*Pleoticus muelleri*), Camarão barba ruça (*Artemesia longinaris*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** Cação-anjo liso (*Squatina occulta*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>O camarão sete-barbas é a espécie de crustáceo mais capturada ao largo do litoral brasileiro, sendo, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, os estados de São Paulo e Santa Catarina os mais relevantes na produção da espécie (Dias-Neto, 2011). Nas bases de dados do RGP constavam 3.135 embarcações registradas nesta pescaria, a maior parte dela de pequeno porte, sediada nos estados de São Paulo e Santa Catarina e que têm suas operações restritas às áreas próximas aos portos de origem. Algumas embarcações de maior porte encontram-se registradas, as quais tendem a operar sazonalmente na captura dos camarões santana e barba-ruça. Os principais portos de desembarque do camarão 7-barbas encontram-se em São Paulo (Ubatuba, Santos e Cananéia) e Santa Catarina (Penha, Itajaí, Navegantes e Tijucas). Desembarques das duas espécies de camarões que ocorrem mais ao sul (santana e barba-ruça) ocorrem nos portos de Itajaí e Navegantes, além do porto de Rio Grande (RS). Os padrões operacionais, capturas retidas e descartadas bem como as medidas de ordenamento vigentes encontram-se descritas na literatura.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<b>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</b>	<b>S</b>	<p>A INI nº3/2011 estabelece normas para o ordenamento da frota de arrasto que opera na captura de camarão sete barbas na região SE/S e limita o esforço de pesca (BRASIL,2011a). A IN nº 189/2008 define áreas de exclusão e defesos para a captura de camarão-rosa, camarão sete barbas, camarão branco, camarão santana ou vermelho e camarão barba ruça (BRASIL,2008b) nos estados do ES ao RS; o defeso de camarões capturados pela pesca de arrasto com tração motorizada no ES foi estabelecido pela Portaria Interministerial nº 47/2018 (BRASIL,2018b); a Portaria nº 133-N/1994 estabelece o período de defeso dos camarões nas baías do PR</p>

		(BRASIL,1994). A Portaria nº 17/2008, estabelece proibições da pesca de arrasto na costa do Espírito Santo (BRASIL,2008a). A Portaria SUDEPE Nº 26/1983 estabelece um tamanho mínimo na malha dos ensacadores das redes de arrasto, fixado em 90 mm entre nós opostos, o que configura uma limitação ao petrecho. Incide-se ainda sobre esta pescaria uma normativa estadual que cria uma área de exclusão à pesca de arrasto está proibida no Mar territorial do RS pela Lei Estadual nº 15.223/2018 (RIO GRANDE DO SUL,2018). Não foram encontradas medidas como cotas de captura ou tamanhos mínimos de desembarque para estas espécies. De toda maneira, observa-se que a pescaria em questão se encontra sujeita à uma série de medidas de ordenamento as quais, muito embora desarticuladas e defasadas, tendem a limitar o esforço de pesca, proteger áreas críticas e períodos específicos do ciclo de vida, não sendo uma pescaria em livre acesso. Os requisitos do indicador são atendidos.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	S	As embarcações desta pescaria devem cumprir o disposto na IN nº 31/2004 que obriga o uso do TED (Dispositivo de Escape para Tartarugas) em todas as pescarias de camarão, independente da espécie a ser capturada, para reduzir as capturas incidentais de tartarugas marinhas e elasmobrânquios de maior porte, principalmente raias (BRASIL,2004). Esta pescaria tem como captura incidental a espécie criticamente ameaçada <i>Squatina occulta</i> , conforme Portaria nº 445/2014 e, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b); a espécie é contemplada pelo Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção (BRASIL,2016). Muito embora não listada como parte das capturas incidentais, devem ocorrer nas operações de pesca a captura de outras espécies de elasmobrânquios ameaçados tais como as raias-viola ( <i>Rhinobathos sp.</i> ). Capturas de organismos de maior porte como cações e raias tendem a ser substancialmente reduzidas quando dispositivos como os TEDs são implantados nas frotas de arrasto. Desta forma, a pescaria atende aos requisitos uma vez que tanto quelônios quando espécies de elasmobrânquios tem suas capturas reduzidas e os impactos mitigados com o uso do TED. De toda maneira, não se avaliou se as medidas existentes vêm de fato sendo internalizadas pela frota arrasteira.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de

		Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. No entanto, o Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido, uma vez que um parcela, ainda que reduzida da frota, não encontra-se sujeita à monitoramento de desembarque.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de camarão sete barbas na região SE/S, com comprimento maior do que 10m, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 3135 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente às modalidades 3.8 e 3.9 da INI nº 10/2011), das quais 13% (N=404) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Do total de 3135 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 0,6% (n=18) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento. Esta pescaria é composta majoritariamente de embarcações de comprimento menor que 15m. Portanto o indicador não está atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Dias-Neto, J. (org) 2011. Proposta de plano nacional de gestão para o uso sustentável de camarões marinhos no Brasil. Brasília, IBAMA: 242p.
- (2) BRASIL, 1994. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 133-N, de 08 de dezembro de 1994. Proíbe, nas baías do Estado do Paraná, a pesca profissional de todos os tipos de camarões, no período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro de cada ano. Diário Oficial da União, Brasília, 09 de dezembro de 1994.
- (3) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 31, de 13 de dezembro de 2004. Altera as especificações técnicas do Dispositivo de Escape para Tartarugas, denominado TED. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de dezembro de 2004.
- (4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (5) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (6) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.
- (7) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 189, de 23 de setembro de 2008. Proíbe o exercício da pesca de arrasto com tração motorizada para a captura de camarão rosa (*Farfantepenaeus paulensis*, *F. brasiliensis* e *F. subtilis*), camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), santana ou vermelho (*Pleoticus muelleri*) e barba ruça (*Artemesia longinaris*), anualmente, nas áreas e períodos definidos. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de setembro de 2008, Seção 1, p. 185.
- (8) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 3, de 28 de janeiro de 2011. Estabelece normas para o ordenamento da frota de arrasto que opera na captura de camarão sete barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), e respectiva fauna acompanhante, na área compreendida entre os paralelos 18° 20'S (divisa dos estados da Bahia e Espírito Santo) e 33° 44'S (Foz do Arroio Chuí, estado do Rio Grande do Sul). Diário Oficial da União, Brasília, 31 de janeiro de 2011, Seção 1, p. 147.
- (9) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (10) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (11) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.

- (12) BRASIL, 2016. Ministério do Meio Ambiente. Sumário Executivo do Plano de Ação Nacional para a Conservação dos Tubarões e Raias Marinhos Ameaçados de Extinção. 8p.
- (13) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherne-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.
- (14) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 47, de 11 de setembro de 2018. Estabelece medidas de ordenamento relacionadas à atividade pesqueira de camarões no estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de setembro de 2018, Seção 1, p. 5.
- (15) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 32**

**PESCARIA: Arrasto de fundo (duplo) para peixes**

**ESPÉCIE ALVO:** Corvina (*Micropogonias furnieri*), Castanha (*Umbrina canosai*), Pescada, Mariamole (*Cynoscion striatus*), Pescadinha real, Pescada foguete (*Macrodon ancylodon*), Linguado (*Paralichthys brasiliensis*, *Paralichthys isósceles*, *Paralichthys triocellatus*, *Paralichthys patagonicus*), Abrotea (*Urophycis brasiliensis*) Cabrinha (*Prionotus punctatus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE (profundidades inferiores a 250 metros)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Cação anjo espinhoso (*Squatina guggenheim*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	O desenvolvimento da pesca de arrasto de peixes demersais nas regiões Sudeste e Sul tomou impulso a partir dos anos 1970, tanto pelo desenvolvimento de uma frota específica para a captura destes recursos quanto por um processo de migração e ampliação dos alvos de pesca da frota originalmente atuante na pesca industrial do camarão-rosa (Haimovici, 1998; Perez et al., 2001; Perez & Pezzuto, 2006). As áreas de atuação da frota concentram-se ao largo das costas Sudeste e Sul, sobretudo entre os estados do Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul – este último onde ocorrem importantes capturas de pescadas e do linguado-verdadeiro, considerada uma das espécies-alvo e de maior importância para a pesca de peixes demersais com arrasto duplo (Haimovici e Mendonça, 1996). Destacam-se como principais pontos de desembarque os portos do Rio Grande (RS), Itajaí e Navegantes (SC), Santos (SP) e Niterói (RJ).	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	A pesca de arrasto dirigida aos peixes demersais possui poucas regras vigentes. Perez et al. (2001) argumentam que o modelo de ordenamento para a pesca demersal no SE/S do Brasil não mais se sustentava. Regrimentos baseados no controle de espécies mostravam-se de difícil aplicação em pescarias que haviam expandido largamente seus alvos de pesca, mostrando complexos padrões operacionais. Um modelo de ordenamento baseados em áreas foi proposto ainda em 2001, porém não foi adotado formalmente pela autoridade pesqueira nacional (Perez et al., 2001; Perez e Pezzuto, 2006). As regras de ordenamento são compostas por um conjunto

		de medidas sem conexão clara, sendo a maioria delas relativamente antigas. A principal medida de ordenamento é a Portaria IBAMA nº 95/1997, que limitou a frota de arrasto de fundo para peixes demersais para o quantitativo presente em 1997 (BRASIL,1997). Soma-se a esta regra a Portaria SUDEPE 26/1983, a qual estabelece um tamanho mínimo na malha dos ensacadores das redes de arrasto, fixadas em 90 mm. A Portaria nº 17/2008, estabelece proibições da pesca de arrasto na costa do Espírito Santo (BRASIL,2008). A IN nº53/2005 estabelece o tamanho mínimo de captura para todas as espécies alvo desta pescaria, no litoral SE/S do Brasil (BRASIL,2005). Nota-se que a pescaria possui um conjunto de medidas em vigor as quais, ainda que frágeis, refletem no atendimento ao indicador.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	P	De acordo com a INI nº 10/2011, esta pescaria tem como captura incidental a espécie <i>Squatina guggenheim</i> (BRASIL,2011), listada na Portaria 445/2014 como criticamente ameaçada e cuja captura está proibida, portanto, os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). Outras espécies de elasmobrânquios como as raias-viola ( <i>Rhinobathos sp.</i> ) além de espécies de raias emplastro também devem ocorrer nas operações de pesca da frota de arrasto de peixes, porém estas não se encontram listadas como parte das capturas incidentais. Dispositivos tais como os TEDs, originalmente desenvolvidos para reduzir as capturas de tartarugas marinhas em pescarias de arrasto, tem o potencial de excluir outros organismos de maior porte como as raias emplastro e viola. Todavia, estes dispositivos não são obrigatórios para a frota de arrasto de peixes demersais. São ainda passíveis de serem capturadas nas operações de pesca de arrasto o cherne verdadeiro ( <i>Hyporthodus niveatus</i> ) e o batata ( <i>Lopholatilus villarii</i> ), espécies estas consideradas ameaçadas de extinção na Portaria MMA 445/2014. Alvos de um plano de recuperação, medidas de mitigação de impactos foram estabelecidas através da Portaria Interministerial nº 40/2018, que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques destas duas espécies, e prevê período de defeso entre 1/09 e 31/10 para pesca das modalidades 3.10, 3.11 e 3.12 realizada entre 100-600m de profundidade no litoral SE/S do país (BRASIL,2018). Nota-se que apenas parte das espécies consideradas capturas incidentais (espécies ameaçadas que possuem interação com a pescaria) possuem medidas de mitigação, sendo estas defesos para evitar capturas em períodos críticos para a biologia do cherne-verdadeiro e do batata. O indicador, portanto, é parcialmente atendido.

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca (BRASIL,2018). No entanto, o texto da normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de peixes demersais, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 58 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.10 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de	S	A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas



serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS durante as operações de pesca. Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.
---	--

## REFERÊNCIAS

- (1) Haimovici, M. 1998. Present state and perspectives for the southern Brazil shelf demersal fisheries. Fisheries Management and Ecology, 5: 277-289.
- (2) Haimovici, M.; Mendonça, J.T. 1996. Descartes na pesca de arrasto de tangones dirigida ao linguado e ao camarão no sul do Brasil. Atlântica, Rio Grande, 18:161- 177
- (3) Perez, J.A.A.; Pezzuto, P.R.; Rodrigues, L.F.; Valentini, H.; Vooren, C.M. 2001. Relatório da reunião técnica de ordenamento da pesca de arrasto nas regiões sudeste e sul do Brasil. Notas Téc. Facimar, 5:1-34.
- (4) Perez, J.A.A.; Pezzuto, P.R. 2006. A pesca de arrasto de talude no sudeste e sul do Brasil: tendências da frota nacional entre 2001 e 2003. B. Inst. Pesca, 32(2): 127-150.
- (5) BRASIL, 1997. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 95, de 22 de agosto de 1997. Limita, nas águas sob jurisdição nacional compreendida entre os paralelos de 21°17' S (divisa dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro) 130 e a fronteira do Brasil com o Uruguai (conforme estabelecido pelo Decreto nº 75.891, de 23 de junho de 1975), a frota de arrasto de fundo, sob qualquer modalidade, que opera na captura de peixes demersais: corvina (Micropogonias furnieri), castanha (Umbrina canosai), pescadinha real (Macrodon ocellodon), pescada (Cynoscion striatus), e respectiva fauna acompanhante. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de agosto de 1997.
- (6) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de novembro de 2005.
- (7) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (8) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (9) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.

- (10) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (11) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (12) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.
- (13) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherne-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.
- (14) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 33**

**PESCARIA: Arrasto de fundo (simples e parelha) para peixes demersais**

**ESPÉCIE ALVO:** Corvina (*Micropogonias furnieri*), Castanha (*Umbrina canosai*), Pescada, Mariamole (*Cynoscion striatus*), Pescadinha real, Pescada foguete (*Macrodon ancylodon*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE (profundidades inferiores a 250metros)

**CAPTURA INCIDENTAL:** Raia Viola (*Rhinobatus horkelii*, *Rhinobatos percellens*)

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	Pescarias de arrasto simples e de parelha dirigidas aos peixes demersais desenvolveram-se no Brasil a partir dos anos 1950, tendo por base os porto de Rio Grande (RS) e Santos (SP). Espécies de peixes cienídeos como a corvina, a castanha e as pescadas figuravam dentre as espécies-alvo da frota de arrasto dirigida aos peixes demersais (Haimovici, 1998). Atualmente a frota de arrasto simples e de parelhas dirigida aos peixes demersais conta com um total de 102 embarcações registradas, sendo os portos catarinenses de Itajaí, Navegantes e Laguna, Além do porto de Rio Grande (RS) e Santos (SP) os principais pontos de desembarque utilizados pela frota.	
<b>INDICADOR</b>	<b>R</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	<b>S</b>	A principal regra de ordenamento pesqueiro para a frota de arrasto simples e de parelhas dirigida aos peixes demersais é a Portaria IBAMA nº 95/1997, que limita a frota de arrasto de fundo para peixes demersais e impossibilita a sua ampliação através do congelamento das licenças de pesca (BRASIL,1997). Consta ainda como medida de ordenamento a IN ICMBio nº 53/2005 estabelece o tamanho mínimo de captura para todas as espécies alvo desta pescaria, no litoral SE/S do Brasil (BRASIL,2005). A pesca de arrasto dirigida aos peixes demersais possui poucas regras vigentes, como se pode notar. Perez et al. (2001) argumentam que o modelo de ordenamento para a pesca demersal no SE/S do Brasil não mais se sustentava já ao final dos anos 1990. Regrimentos baseados no controle de espécies mostravam-se de difícil aplicação em pescarias que haviam expandido largamente seus alvos de pesca, mostrando complexos padrões operacionais. Um modelo de

		ordenamento baseados em áreas foi proposto ainda em 2001, porém não foi adotado formalmente pela autoridade pesqueira nacional (Perez et al., 2001). Espécies como corvina, castanha e pescadas não possuem regramentos para limitar os volumes capturados nem mesmo defesos que se apliquem à modalidade de arrasto. Uma medida complementar adotada em 2018 (RIO GRANDE DO SUL, 2018) foi a criação de uma área de exclusão à pesca de arrasto nas 12 milhas náuticas ao largo da costa do Rio Grande do Sul, ampliando-se uma exclusão de 3 milhas vigente desde 1983. Nota-se que, apesar de antigas e sem uma conexão clara entre si, a pescaria está sujeita a medidas de ordenamento as quais não configuram livre acesso aos recursos-alvo e não permitem aumento de esforço.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	P	A captura incidental desta pescaria consiste em duas espécies de raia-viola, uma delas listada na Portaria nº 445/2014 como criticamente ameaçada ( <i>Rhinobatus horkelii</i> ) e cuja captura está proibida, portanto os indivíduos capturados incidentalmente devem ser descartados ou liberados vivos (BRASIL,2014b). Muito embora não estejam listadas como componentes da captura incidental, espécies de raias emplastro bem como os cações-anjo ( <i>Squatina sp</i> ) provavelmente fazem parte das capturas da frota. Não existem medidas de mitigação exigidas para nenhuma destas espécies, tais como a utilização obrigatória de dispositivos para reduzir o bycatch, tais como grelhas ou malhas quadradas nos ensacadores. Identificou-se na avaliação apenas medidas que se aplicam à frota avaliada as quais visam proteger o cherne-verdadeiro ( <i>Hyporthodus niveatus</i> ) e o batata ( <i>Lopholatilus villarii</i> ), as quais foram implementadas por meio da Portaria Interministerial nº 40/2018, que definiu medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das, estabelecendo um período de defeso entre 1/09 e 31/10 para pesca das modalidades 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 realizada entre 100-600m de profundidade no litoral SE/S do país (BRASIL,2018). O indicador, portanto, é parcialmente atendido.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na

		região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a garantir, sempre que solicitadas, o embarque de observador científico indicado pela SEAP ou IBAMA e ICMBio, para o monitoramento contínuo da pesca. No entanto, o texto da normativa não define quando e como se dará o monitoramento, nem qual cobertura das viagens de pesca é exigida. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de peixes demersais, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 102 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.11 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação nos moldes do Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS durante as operações de pesca. Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) Haimovici, M. 1998. Present state and perspectives for the southern Brazil shelf demersal fisheries. *Fisheries Management and Ecology*, 5: 277-289.
- (2) Haimovici, M.; Mendonça, J.T. 1996. Descartes na pesca de arrasto de tangones dirigida ao linguado e ao camarão no sul do Brasil. *Atlântica*, Rio Grande, 18:161- 177
- (3) Perez, J.A.A.; Pezzuto, P.R.; Rodrigues, L.F.; Valentini, H.; Vooren, C.M. 2001. Relatório da reunião técnica de ordenamento da pesca de arrasto nas regiões sudeste e sul do Brasil. *Notas Téc. Facimar*, 5:1-34.
- (4) Perez, J.A.A.; Pezzuto, P.R. 2006. A pesca de arrasto de talude no sudeste e sul do Brasil: tendências da frota nacional entre 2001 e 2003. *B. Inst. Pesca*, 32(2): 127-150.
- (5) BRASIL, 1997. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 95, de 22 de agosto de 1997. Limita, nas águas sob jurisdição nacional compreendida entre os paralelos de 21°17' S (divisa dos Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro) 130 e a fronteira do Brasil com o Uruguai (conforme estabelecido pelo Decreto nº 75.891, de 23 de junho de 1975), a frota de arrasto de fundo, sob qualquer modalidade, que opera na captura de peixes demersais: corvina (*Micropogonia furnieri*), castanha (*Umbrina canosai*), pescadinha real (*Macrodon ocellodon*), pescada (*Cynoscion striatus*), e respectiva fauna acompanhante. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 de agosto de 1997.
- (6) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 24 de novembro de 2005.
- (7) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (8) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. *Diário Oficial da União*, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (9) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parrelhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 de junho de 2008.
- (10) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (11) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (12) BRASIL, 2014. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Reconhecer como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" - Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43, de 31 de janeiro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 126.

(13) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporthodus niveatus*, conhecido popularmente por Cherne-Verdadeiro, e *Lopholatilus villarii*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

(14) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

ID PESCARIA: 34

PESCARIA: Arrasto de fundo direcionado a Galo, Abrótea de profundidade e Merluza

ESPÉCIE ALVO: Galo-de-fundo (*Zenopsis conchifer*), Abrótea de profundidade (*Urophycis cirrata*), Merluza (*Merluccius hubbsi*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: ZEE S/SE (profundidades superiores a 250 metros e inferiores a 500 metros)

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	A pesca de arrasto de talude dirigida aos peixes demersais de profundidade desenvolveu-se ao final dos anos 1990 durante um processo de diversificação dos alvos de pesca da frota de arrasto de fundo dirigida à peixes de plataforma e camarões (Perez e Pezzuto, 2006). Espécies como a merluza, a abrótea de profundidade e o peixe-sapo tornaram-se alvos da pesca demersal em áreas de maior profundidade, normalmente abaixo dos 250 metros. A frota, predominantemente composta por embarcações de arrasto duplo, operava com base nos portos de Itajaí e Navegantes (SC) e Rio Grande (RS). Constan no RGP um total de 6 embarcações industriais registradas nesta modalidade.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	A pescaria de arrasto de fundo no talude superior está ordenada pela IN nº 22/2008, que limita o número de embarcações que podem ter acesso à pescaria e dá outras providências (BRASIL,2008b). A Portaria nº 17/2008, estabelece proibições da pesca de arrasto na costa do Espírito Santo (BRASIL,2008a). A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define medidas, critérios e padrões para o ordenamento da pesca e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece período de defeso entre 1/09 e 31/10 para pesca das modalidades 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº 10/2011 realizadas entre 100-600m de profundidade no litoral SE/S do país (BRASIL,2018).
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).



para reduzir capturas incidentais e descartes?		
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 22/2008 exige que todas as embarcações de pesca permissionadas devem embarcar um Observador de Bordo em 50% dos cruzeiros de pesca, de forma alternada, isto é, um cruzeiro de pesca com a presença de Observador de Bordo e no outro não. Não há registros ou relatórios públicos que indiquem que essa frota está embarcando observadores e realizando monitoramento a bordo. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante. Portanto, este indicador não está atendido.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade arrasto de fundo para captura de peixes demersais, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 6 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 3.12 da INI nº 10/2011)., das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	S	A Portaria Interministerial nº 40/2018, que define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies de <i>Hyporthodus niveatus</i> , e <i>Lopholatilus villarii</i> , estabelece que <u>todas as embarcações</u> inscritas nas modalidades 1.6, 1.7, 3.10, 3.11 e 3.12 da INI nº10/2011 ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação nos moldes do Programa Nacional de

sistemas de rastreamento?	Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS durante as operações de pesca. Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.
---------------------------	---

## REFERÊNCIAS

(1) Perez, J.A.A.; Pezzuto, P.R. 2006. A pesca de arrasto de talude no sudeste e sul do Brasil: tendências da frota nacional entre 2001 e 2003. B. Inst. Pesca, 32(2): 127-150.

(1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.

(3) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parêlhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.

(4) BRASIL, 2008. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 22, de 1º de dezembro de 2008. Dispõe sobre procedimentos de ordenamento da pesca multiespecífica de arrasto de Talude Superior na Zona Econômica Exclusiva Brasileira, nas regiões Sudeste e Sul, entre 250m a 500m de profundidade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de dezembro de 2008.

(5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(6) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(7) BRASIL, 2018. Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial nº 40, de 27 de julho de 2018. Define regras para o uso sustentável e recuperação dos estoques das espécies *Hyporhamphus nigricaudatus*, conhecido popularmente por Cherno-Verdadeiro, e *Lopholatilus chamaeleonticeps*, conhecido popularmente por Peixe-Batata. Diário Oficial da União, Brasília, 30 de julho de 2018, Seção 1, p. 4.

(8) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos - PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

ID PESCARIA: 35

PESCARIA: Cerco (Traineira) direcionado a Sardinha verdadeira

ESPÉCIE ALVO: Sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE S/SE

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>A sardinha verdadeira é uma espécie pelágica, sensível às mudanças oceanográficas, distribuída do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul. A pescaria de sardinha verdadeira com o uso de rede de cerco encontra-se sob controle de esforço de pesca desde 2009 e é composta por 170 embarcações, maioria industriais e conhecidas como traineiras. Além da captura de sardinha verdadeira, essas embarcações também capturam espécies que compõem a fauna acompanhante, como sardinha-laje, palombeta e cavalinha, as quais formam cardumes em meia-água e possuem valor comercial a ponto de justificarem certo grau de direcionamento de esforço. Apesar das capturas serem realizadas principalmente nos ambientes marinhos dos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, os principais pontos de desembarque são os municípios de Itajaí e Navegantes (SC), onde estão localizadas as principais indústrias de beneficiamento (conserva). Pescarias de cerco dirigida aos pequenos pelágicos são normalmente bastante seletivas, não sendo, portanto, listadas espécies de captura incidental na IN 10/2011.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<b>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</b>	<b>S</b>	<p>A pescaria está ordenada pelas INs nº 15/2009 (BRASIL,2009) e nº 18/2020 (BRASIL,2020), que estabelecem limitação do esforço de pesca, área de operação, tamanho mínimo de captura e proibição anual de captura da sardinha-verdadeira na área compreendida entre os paralelos 22°00´ Sul (Cabo de São Tomé, Estado do Rio de Janeiro) e 28°36´ Sul (Cabo de Santa Marta, Estado de Santa Catarina), de 01/10 a 28/02, IN nº 29/2004 que define área de exclusão de 5 milhas para parelhas e cerco, no litoral do Estado do Paraná (BRASIL,2004); e Portaria nº 17/2008 que estabelece proibição da pesca de cerco a menos de cinco milhas náuticas da costa do</p>

		estado do Espírito Santo (BRASIL,2008). Não foram encontradas medidas de gestão focadas no controle de saída, tais como cotas de captura. Ainda que não tenha sido objeto de avaliação deste estudo, a fauna acompanhante presente nesta pescaria é extensa, composta sobretudo por uma ampla gama de pequenos pelágicos que muitas vezes são capturados em grandes volumes a ponto de serem considerados alvos de pesca. O ordenamento da pesca da sardinha verdadeira deveria considerar este conjunto mais amplo de espécies dado o caráter multiespecífico da atividade. De toda forma, nota-se que a frota e a pescaria possuem sim medidas de ordenamento em vigor.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, sendo que os principais pontos de desembarque são nos estados do RJ, SP e SC, que estão cobertos pelo PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira. O PMAP monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC desde 2016, sendo executado pelas Univali (SC), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). Ainda, a IN nº 18/2020 estabelece que as empresas pesqueiras sob Serviço de Inspeção Federal - SIF que adquirirem sardinha-verdadeira ( <i>Sardinella brasiliensis</i> ), diretamente de produtores nacionais deverão encaminhar à Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA ficha de entrevista de cais que deverá ser aplicada no ato do desembarque nas empresas pesqueiras para todas as embarcações de cerco/traineira, que tenham como espécie-alvo a sardinha-verdadeira. Sendo assim, consideramos que este indicador está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.

3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade cerco, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 170 embarcações registradas na pescaria de cerco traineira direcionado a sardinha-verdadeira, contemplando as modalidades 4.1, 4.2 e 4.3 da INI nº 10/2011, das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	P	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 170 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 78% (n=132) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está parcialmente atendido.

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 29, de 6 de dezembro de 2004. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto com portas, a menos de uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná; a pesca de arrasto com portas por embarcações maiores de 10 TAB (dez toneladas de arqueação bruta), a menos de uma e meia milha náutica da Costa do Estado do Paraná; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, por qualquer embarcação, a menos de cinco milhas náuticas da Costa do Estado do Paraná. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de dezembro de 2004.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.

(5) BRASIL, 2009. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 15, de 21 de maio de 2009. Limita o esforço de pesca para a captura de sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e respectiva fauna acompanhante, pela modalidade de cerco, na área compreendida entre os paralelos 22°00'S (Cabo de São Tomé, Estado do Rio de Janeiro) e 28°36'S (Cabo de Santa Marta, Estado de Santa Catarina), às embarcações devidamente permissionadas e inscritas no Registro Geral da Pesca - RGP, com base na Portaria IBAMA nº 96/97, de 22 de agosto de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de maio de 2009, Seção 1, p. 81.

(6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(8) BRASIL, 2020. Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 18, de 10 de junho de 2020. Altera os arts. 4º e 5º da Instrução Normativa IBAMA nº 15, de 21 de maio de 2009, e estabelece regras de monitoramento para avaliação do novo período de defeso. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de junho de 2020, Seção 1, p. 17.

(9) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA: 36**

**PESCARIA: Cerco direcionado a Sardinha laje**

**ESPÉCIE ALVO:** Sardinha-laje (*Opisthonema oglinum*), Savelha (*Brevoortia pectinata*), Galo (*Selene vomer*), Peixe-galo (*Selene setapinnis*), Sardinha-cascuda (*Harengula clupeola*), Peixe-porco (*Balistes capriscus*), Sardinha-boca-torta (*Cetengraulis edentulus*), Xaréu (*Caranx latus*), Guaivira (*Oligoplites saliens*), Palombeta (*Chloroscombrus chrysurus*), Cavalinha (*Scomber japonicus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** N/A

#### CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA

A sardinha sardinha laje é a segunda espécie de sardinha mais desembarcada pela frota de cerco. Sua captura se dá em moldes similares à pesca da sardinha verdadeira. Comumente, ambas as espécies são capturadas conjuntamente nos lances de pesca, sendo a sardinha laje também considerada uma fauna acompanhante da pesca da sardinha verdadeira. São ainda considerados alvos de pesca da frota outras espécies de pequenos pelágicos como a palombeta, a cavalinha e outras sardinhas. Constam registradas um total de 588 embarcações, a maior parte destas de pequeno porte, sediadas nos estados do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Os desembarques das frotas de cerco autorizadas para a captura da sardinha laje ocorrem sobretudo nos portos catarinenses (com destaque para Itajaí e Navegantes) além de portos no estado do Rio de Janeiro, com destaque para Angra dos Reis. Não existem caracterizações ou estudos mais detalhados sobre a frota dirigida à sardinha laje e outros pequenos pelágicos, sendo a maior parte das avaliações concentradas na pesca da sardinha verdadeira. Estudos como composição de captura, descartes ou bycatch não estão disponíveis. De toda forma, a modalidade de pesca em questão é relativamente seletiva ao capturar basicamente as espécies de interesse sendo, portanto, uma razão para que as capturas incidentais não estejam explicitamente consideradas na IN 10/2011.

**INDICADOR**

**R**

**JUSTIFICATIVA**

3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	P	A IN nº 53/2005 estabelece o tamanho mínimo de captura para a sardinha-laje, peixe-porco e palombeta no litoral SE/S do Brasil (BRASIL,2005). A IN nº 29/2004 define área de exclusão de cinco milhas para a pesca de cerco no litoral do Estado do Paraná (BRASIL,2004) e a Portaria nº 17/2008 estabelece proibição da pesca de cerco a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo (BRASIL,2008). Não foram encontradas outras medidas de ordenamento vigentes para essa pescaria, definindo defesos, características do petrecho e da frota. Portanto, este indicador está atendido parcialmente.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. O Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques e também não há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.



3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade cerco, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 588 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 4.4 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 588 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), 1,7% (n=10) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.

#### REFERÊNCIAS

(1) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 29, de 6 de dezembro de 2004. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto com portas, a menos de uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná; a pesca de arrasto com portas por embarcações maiores de 10 TAB (dez toneladas de arqueação bruta), a menos de uma e meia milha náutica da Costa do Estado do Paraná; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, por qualquer embarcação, a menos de cinco milhas náuticas da Costa do Estado do Paraná. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de dezembro de 2004.

(2) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de novembro de 2005.

(3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

(4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.

(5) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.

(6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(8) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA:** 37

**PESCARIA:** Cerco direcionado ao Bonito listrado

**ESPÉCIE ALVO:** Bonito listrado (*Katsuwonus pelamis*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE S/SE

**CAPTURA INCIDENTAL:** N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>O bonito-listrado é uma espécie de atum pelágico de ampla distribuição, cuja gestão ocorre em nível internacional por meio da Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT). Historicamente a pesca do bonito listrado no Brasil se dava exclusivamente com o emprego da técnica de vara e isca-viva, sendo a modalidade de cerco recém introduzida no Brasil para a captura do recurso. Consta atualmente apenas uma embarcação industrial de grande porte sediada em Itajaí (SC) autorizada para a pesca do bonito listrado com redes de cerco, sendo ainda uma atividade para a qual não existem trabalhos descrevendo seu padrão operacional, capturas desembarcadas ou ocorrência de capturas incidentais. Segundo avaliações de estoque conduzidas pela ICCAT, o estoque de bonito-listrado no Atlântico Oeste não se encontra sobrepescado e nem em sobrepesca. Todavia, a Comissão não adota qualquer tipo de regra de controle de capturas para o recursos, diferindo de outras espécies de atuns que possuem capturas totais permissíveis estabelecidas por meio de Recomendações da ICCAT. O Brasil, por sua vez, também não adota qualquer regramento para a captura da espécie, sendo a atuação da frota regrada por normas gerais para a frota de cerco e controle de esforço limitando-se a frota atuneira ao tamanho atual.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<b>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</b>	<p><b>P</b></p>	<p>A pesca de atuns e afins é ordenada pela Comissão Internacional para a Conservação dos Atuns do Atlântico (ICCAT), da qual o Brasil é signatário, e que estabelece uma série de recomendações e medidas de gestão para a pesca de atuns e afins no Atlântico Sul. Não existem medidas específicas tais como capturas totais permissíveis para a pesca do bonito-listrado no Atlântico oeste, uma vez que, de acordo com a ICCAT, o estoque</p>

		<p>não se encontra sobre-pescado. O Brasil também não adota regras para o controle das espécies. A Portaria nº 89/2019, suspende novas emissões de Permissão Prévia de Pesca, Autorização de Pesca e Autorização de Pesca Complementar para toda e qualquer modalidade de pesca de atuns no Brasil, de modo a limitar o esforço de pesca (BRASIL, 2019). A IN nº 29/2004 define área de exclusão de cinco milhas para a pesca de cerco no litoral do Estado do Paraná (BRASIL, 2004) e a Portaria nº 17/2008 estabelece proibição da pesca de cerco a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo (BRASIL, 2008). Nenhuma destas regras, na prática, se aplicam à pesca de atuns pela modalidade de cerco/trainers, uma vez que o recurso alvo da frota se distribui em águas abertas, à distâncias da costa superiores a 5 milhas náuticas. Conclui-se que apenas o controle do esforço de pesca por meio da Portaria 89/2019 que limita o tamanho da frota de atuns existe como medida de ordenamento para a pescaria, resultando num atendimento parcial do indicador.</p>
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	<p>Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL, 2011).</p>
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	<p>A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS, 2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. O Estado do ES não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques e também não há um programa nacional de monitoramento e estatística pesqueira. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido.</p>

3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 05/2013, torna obrigatória a entrega sistematizada de informações de produção mensal das principais espécies de atuns e afins capturadas ao longo da costa brasileira por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas, em águas jurisdicionais brasileiras e águas internacionais sob jurisdição da Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT (BRASIL,2013). A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade cerco, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constava apenas 1 embarcação registrada nessa pescaria (correspondente a modalidade 4.6 da INI nº 10/2011), com obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que <u>todas as embarcações</u> registradas na pescaria cerco direcionado para bonito listrado, na modalidade 4.6 da IN MPA/MMA nº10/2011, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Portanto, 100% da frota registrada no RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.

#### REFERÊNCIAS

(1) BRASIL, 2004. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 29, de 6 de dezembro de 2004. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto com portas, a menos de uma milha náutica da Costa do Estado do Paraná; a pesca de arrasto com portas por embarcações maiores de 10 TAB (dez toneladas de arqueação bruta), a menos de uma e meia milha náutica da Costa do Estado do Paraná; a pesca de arrasto pelo sistema de parrilhas e a pesca de cerco, por qualquer embarcação, a menos de cinco milhas náuticas da Costa do Estado do Paraná. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de dezembro de 2004.

(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

- (3) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 17, de 30 de maio de 2008. Proíbe qualquer tipo de pesca de arrasto motorizado, a menos de 500 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações que utilizam recolhimento mecânico das redes, a menos de 1000 metros da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto com portas por embarcações com arqueação bruta superior a dez, a menos de três milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo; a pesca de arrasto pelo sistema de parelhas e a pesca de cerco, a menos de cinco milhas náuticas da costa do estado do Espírito Santo. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de junho de 2008.
- (5) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (6) BRASIL, 2013. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 05, de 18 de junho de 2013. Dispõe sobre a entrega dos mapas de produção de atuns e afins, capturados por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de junho de 2013, Seção 1, p. 36.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portaria nº 89, de 9 de maio de 2019. Suspensão de novas emissões de autorização de pesca, autorização de pesca complementar e Permissão Prévia de Pesca de Atuns. Diário Oficial da União, Brasília, 13 maio de 2019, Seção 1, p. 3.
- (9) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos - PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

**ID PESCARIA:** 38

**PESCARIA:** Armadilhas para Lagosta

**ESPÉCIE ALVO:** Lagosta verde (*Panulirus laeviscauda*), Lagosta vermelha (*Panulirus argus*)

**ÁREA DE OPERAÇÃO:** Mar territorial e ZEE N/NE/SE (AP ao ES)

**CAPTURA INCIDENTAL:** N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>A pescaria de lagostas com armadilhas (covos) ocorre desde o Amapá até o Espírito Santo. As principais espécies alvo da frota pesqueira são as lagostas vermelha (<i>Panulirus argus</i>) e verde (<i>P. laeviscauda</i>). São espécies que também fazem parte das capturas outras espécies de crustáceos como a lagosta pintada e lagosta sapateira. A lagosta é o principal item da balança comercial brasileira, sendo a grande maioria das capturas destinada à exportação a partir do estado do Ceará. As lagostas habitam fundos de algas calcárias distribuídos sobre a plataforma continental até o início do talude e sua abundância tem tendência crescente no sentido perpendicular à costa e atinge seu máximo na faixa de profundidade de 41-50 metros (lagosta vermelha) e de 31-40 metros (lagosta verde); na costa do Amapá os pesqueiros se situam em profundidades entre 80 m e 100 m. A frota que atua nessa pescaria é composta por quase 3000 embarcações artesanais, sendo que mais da metade encontra-se sediada no estado do Ceará, de acordo com os dados do RGP.</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>S</p>	<p>A pesca de lagostas com armadilhas está regulamentada pela INI nº 06/2010, que estabelece as medidas de ordenamento da pesca de lagostas, como a limitação do esforço de pesca para 30 milhões de covos-dia (BRASIL,2010). É ainda regulamentada por outras normas como a IN nº 54/2019, que estabelece o período de defeso e define as regras para o desembarque de lagostas (BRASIL,2019); INs nº 138/2006 (BRASIL,2006c) e nº 170/2008 (BRASIL,2008), que estabelecem tamanhos mínimos de captura, petrecho de pesca (proíbe caçoeira e marambais e mergulho, permitindo somente o uso de armadilhas - covo/manzuá), fixam áreas de</p>

		exclusão em determinados criadouros naturais, proíbem a sua captura comercial em áreas a menos de 4 milhas da costa e estabelecem tamanho para as embarcações que atuam na pescaria.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	A captura incidental de outras espécies, como tartarugas marinhas, não foi reportada para a pesca de lagosta com armadilhas, provavelmente por ser um método seletivo de pesca. Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI MPA/MMA nº 10/2011 (BRASIL,2011).
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE/SE até o Espírito Santo. Os principais estados produtores de lagostas são o Ceará e Rio Grande do Norte. Outros estados importantes na produção de lagostas são Bahia, Pernambuco, Paraíba e Pará. Nenhum destes estados conta com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques (e.g. capturas totais e esforço de pesca). Esta pescaria, portanto, não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP para operar na captura de lagostas com armadilhas, com comprimento da embarcação maior do que 10m e, ainda, todas as embarcações com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014a). Na base de dados do RGP (2017) constavam 2906 embarcações registradas nessa pescaria, que agrupa as modalidades 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 da INI nº 10/2011. Destas, 18% (n=520) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido pela IN 20/2014. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.



3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INI nº 06/2010 e nº 05/2014 (BRASIL, 2014b) estabelecem que todas as embarcações motorizadas e maiores de 10 metros de comprimento para captura de lagostas ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca. Do total de 2906 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), somente 18% (n=520) da frota tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
--	---	--

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2006. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 138, de 6 de dezembro de 2006. Proíbe, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura, o desembarque, a conservação, o beneficiamento, o transporte, a industrialização, a comercialização e a exportação sob qualquer forma, e em qualquer local de lagostas das espécies *Panulirus argus* (lagosta vermelha) e *Panulirus laeviscauda* (lagosta cabo verde), de comprimentos inferiores aos estabelecidos. Diário Oficial da União, Brasília, 7 de dezembro de 2006.
- (4) BRASIL, 2008. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Instrução Normativa nº 170, de 25 de março de 2006. Altera a Instrução Normativa IBAMA nº 138, de 06 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 07 de dezembro de 2006.
- (5) BRASIL, 2010. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 18 de maio de 2010. Estabelece medidas de ordenamento da pesca de lagostas. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2010, Seção 1, p. 33.
- (6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 05, de 30 de maio de 2014. Altera o art. 2º da Instrução Normativa Interministerial nº 6, de 18 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 19 de maio de 2010, Seção 1, página 33. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de junho de 2014, Seção 1, p. 22.
- (8) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.

(9) BRASIL, 2019. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 54, de 29 de outubro de 2019. Estabelece o período de defeso e define as regras para o desembarque, o transporte, o armazenamento, a comercialização e o beneficiamento das espécies de lagosta vermelha (*Panulirus argus*), verde (*Panulirus laevicauda*), pintada (*Panulirus echinatus*) e sapateiras (*Scyllarides brasiliensis*, *Scyllarides delfosi*, *Scyllarides aequinoctialis* e *Scyllarides deceptor*) nas águas jurisdicionais brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de outubro de 2019, Seção 1, p. 2.

ID PESCARIA: 39

PESCARIA: Covos direcionado a Pargo rosa

ESPÉCIE ALVO: Pargo rosa (*Pagrus pagrus*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE S/SE

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	O pargo rosa ( <i>Pagrus pagrus</i> ) é uma espécie de elevado valor comercial, que ocorre em fundos consolidados da plataforma continental, sendo mais comumente encontrado e capturado até os 160 metros de profundidade. Os fundos de pesca onde a espécie ocorre com maior predominância situam-se entre os estados do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, este último estado que já contou com uma frota direcionada ao recursos nos anos 1980 e 1990. A pescaria com o uso de covos de pargo rosa, e demais espécies associadas como abrótea e baiacu, é realizada por 12 embarcações artesanais sediadas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, de acordo com dados do RGP.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	N	Não foram encontradas medidas de ordenamento vigentes para essa pescaria. A Portaria nº 08/2003 estabelecia tamanho mínimo de captura da espécie em 26cm (BRASIL,2003a), porem a mesma foi revogada pela Portaria nº 73-N/2003 (BRASIL,2003b). A IN nº 53/2005, que estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral SE/S não inclui a espécie <i>Pagrus pagrus</i> (BRASIL,2005). Tampouco existem normativas definindo defesos, características do petrecho e da frota. Portanto, este indicador não está atendido.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).

para reduzir capturas incidentais e descartes?		
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	P	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarques pesqueiros nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. A partir de uma análise dos estados onde estão registradas as embarcações engajadas na pesca do pargo rosa, nota-se que apenas o estado do Rio de Janeiro possui um programa de monitoramento de desembarques (PMAP RJ) O Estado do Espírito Santo não conta com um programa oficial de monitoramento de desembarques. Sendo assim, consideramos que este indicador está parcialmente atendido, uma vez que parte da frota não é, aparentemente, monitorada.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	P	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 12 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 5.5 da INI nº 10/2011). Destas, 58% (n=7) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que entre 50-90% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador está parcialmente atendido.

3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Do total de 12 embarcações registradas nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), nenhuma tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
--	---	--

#### REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2003. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 08-N, de 20 de março de 2003. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral Sudeste/Sul do país. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de março de 2003.
- (2) BRASIL, 2003. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 73-N, de 24 de novembro de 2003. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral Sudeste/Sul do país. Diário Oficial da União, Brasília, 04 de dezembro de 2003.
- (3) BRASIL, 2005. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 53, de 22 de novembro de 2005. Estabelece o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste e sul do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de novembro de 2005.
- (4) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (5) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (6) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (7) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (8) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

ID PESCARIA: 40

PESCARIA: Covos para Caranguejo vermelho

ESPÉCIE ALVO: Caranguejo vermelho (*Chaceon notialis*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE S (ao sul do paralelo de 32°00'S, profundidades superiores à 200 metros)

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA	O caranguejo vermelho ( <i>Chaceon notialis</i> ) ou caranguejo de profundidade é uma espécie epibentônica que habita áreas de fundos lamosos a areno-lamosos comumente em profundidades maiores que 200 metros. Sua pescaria com armadilhas (covos) ocorre na região Sul do Brasil, ao sul do paralelo de 32°00'S, e está regulamentada desde o ano de 2008. A frota está limitada a um total de duas embarcações pesqueiras brasileiras, que podem efetuar a pesca a profundidades superiores a 400 metros, com um limite máximo total anual de captura de 735 toneladas de peso vivo. O principal porto de desembarque é a cidade de Rio Grande (RS), onde a única embarcação em operação tem sua base operacional.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	S	A pescaria de covos para caranguejo vermelho está regulamentada pela IN nº 23/2008, que estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações de pesca do caranguejo vermelho na região compreendida entre os paralelos de 32°00'S e o limite sul da ZEE brasileira (BRASIL,2008). A norma fixa o número máximo de embarcações permitidas, estabelece um limite de captura anual de 735 toneladas, especifica o método de pesca, profundidades de operação e dá outras providências.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).

para reduzir capturas incidentais e descartes?		
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria opera ao sul do paralelo de 32°00'S, desembarcando suas capturas no estado do Rio Grande do Sul. Não existe um programa nacional de coleta de dados e monitoramento da atividade pesqueira. O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês, havendo tido monitoramento para o período compreendido entre 2012 e 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Portanto, esta pescaria está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 23/2008 exige que todas as embarcações permissionadas para a pesca do caranguejo-vermelho devem ser monitoradas por observadores de bordo em 100% de suas operações de pesca. Apesar de existir obrigação legal, o monitoramento a bordo não ocorre nesta pescaria. Isto porque o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de armadilhas para caranguejos, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 2 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 5.6 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de armadilhas para caranguejos ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). As duas embarcações registradas nesta pescaria,

sistemas de rastreamento?		com base nos dados do RGP (2017), têm obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador está atendido.
<b>REFERÊNCIAS</b> <p>(1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.</p> <p>(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.</p> <p>(3) BRASIL, 2008. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 23, de 04 de dezembro de 2008. Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do caranguejo-vermelho (<i>Chaceon notialis</i>) nas águas jurisdicionais brasileiras da região compreendida entre os paralelos de 32°00'S e o limite sul da Zona Econômica Exclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de dezembro de 2008.</p> <p>(4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.</p> <p>(5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.</p>		



ID PESCARIA: 41

PESCARIA: Covos direcionado a Saramunete

ESPÉCIE ALVO: Saramunete (*Pseudupeneus maculatus*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE NE

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	O saramunete ( <i>Pseudupeneus maculatus</i> ), também conhecido pelo nome de trilha ou <i>red mullet</i> , é uma espécie de hábito demersal, costeira, de elevado valor econômico, cuja pescaria comercial é realizada com o uso de covos por cerca de 115 embarcações artesanais, sediadas principalmente no estado do Pernambuco, e cuja produção é voltada à exportação. Não existem descrições na literatura da pesca do saramunete no que toca seus aspectos operacionais. A produção total nos anos 2000 ultrapassou a casa das 500 toneladas anuais, sendo a maior parte exportada para mercados europeus e norte americanos.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	N	A pesca de Saramunete com covos ocorre principalmente no litoral dos estados de Pernambuco e Paraíba (REVIZEE, 2004), mas não foram encontradas normativas de ordenamento desta pescaria e nem medidas de gestão para a espécie alvo.
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011).

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE NE. O estado do Pernambuco se destaca como o maior produtor da espécie, sendo as localidades de Goiana e Itamaracá os principais pontos de desembarque do recurso (Lessa et al., 2004). Os programas de estatística pesqueira de larga escala em curso no Brasil limitam-se às regiões Sudeste e Sul (do Rio de Janeiro à Santa Catarina). Não existe um programa oficial de estatística pesqueira gerando dados de produção desembarcada no estado do Pernambuco. A pescaria, portanto, não está sujeita a um programa de monitoramento de desembarque, não sendo atendidos os requisitos do indicador.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	Não existe obrigação legal para o monitoramento a bordo desta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	N	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP com arqueação bruta acima de 10AB, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 115 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 5.9 da INI nº 10/2011). Destas, 23% (n=27) tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Uma vez que menos de 50% da frota registrada tem obrigação de entregar Mapas de Bordo, o indicador não está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	N	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que todas as embarcações registradas de comprimento igual ou superior a 15 metros ou com Arqueação Bruta (AB) igual ou superior a 50 toneladas, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Nenhuma embarcação registrada nesta pescaria, com base nos dados do RGP (2017), tem obrigação legal de ser monitorada por sistemas de rastreamento, portanto o indicador não está atendido.
<b>REFERÊNCIAS</b>		

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (4) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (5) REVIZEE, 2004. Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva SCORE-NE. Dinâmica de Populações e Avaliação de Estoques dos Recursos Pesqueiros da Região Nordeste. Volume II. Recife, 2004. 246p.

ID PESCARIA: 42

PESCARIA: Potes direcionado para Polvo

ESPÉCIE ALVO: Polvo (*Octopus vulgaris*, *Octopus insularis*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE SE/S (ES ao PR)

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>O polvo (<i>Octopus vulgaris</i>) é uma espécie cosmopolita que se concentra na plataforma continental até 100-150 m de profundidade e sobre diversos tipos de substratos com fundos arenosos, rochosos e de cascalho. <i>Octopus insularis</i> é uma espécie encontrada predominantemente na região nordeste do Brasil, onde sustenta importantes pescarias comerciais. A pesca do polvo no SE/S encontra-se sob controle do esforço de pesca desde 2005 e é composta por 19 embarcações industriais sediadas em Navegantes (SC), Cananéia (SP), Guarujá (SP) e Santos (SP), que utilizam espinhel com potes plásticos e armadilhas para a captura de polvo sobre fundos de cascalho, a até 130 metros de profundidade. Os potes são mantidos submersos por alguns dias até seu recolhimento e retirada dos polvos. Os principais pontos de desembarque são Santos (SP), Cananéia (SP), Itajaí/Navegantes (SC) e Rio Grande (RS).</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<b>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</b>	<b>S</b>	<p>A pescaria de potes para polvo na região SE/S está regulamentada pela IN nº 26/2008, que estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do polvo (<i>Octopus spp.</i>), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira nas regiões Sudeste e Sul (BRASIL,2008). Dentre as medidas, fixa o número máximo de embarcações permitidas por região, tipo e especificações dos petrechos e profundidade mínima de operação.</p>

3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	N.A.	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011). A IN nº 26/2008 que ordena a pescaria de potes direcionados a captura de polvo tampouco dispõe sobre quaisquer medidas para capturas incidentais.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	S	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). Muito embora o estado do Espírito Santo não conte com um programa oficial de monitoramento de desembarques, a pescaria e os portos de desembarque concentram-se sobretudo em áreas monitoradas pelo PMAP, com destaque para os portos de São Paulo e Santa Catarina onde a totalidade da frota encontra-se registrada. Sendo assim, consideramos que a pescaria está coberta por monitoramento de desembarque.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº 26/2008 determina que todas as embarcações de pesca registradas que operam na captura de polvo, devem ser monitoradas por observadores de bordo em 25% de suas operações de pesca. Apesar de existir obrigação legal, o monitoramento a bordo não ocorre nesta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de armadilhas para polvo, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 19 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 5.10 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que <u>todas as embarcações</u> registradas na pescaria de potes direcionado para polvo, nas modalidades 5.10, 5.11 e 5.12 da INI nº 10/2011, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por

sistemas de rastreamento?		satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Portanto, 100% da frota registrada tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.
---------------------------	--	--

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2008. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 26, de 19 de dezembro de 2008. Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do polvo (*Octopus spp.*), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2008.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (6) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

ID PESCARIA: 43

PESCARIA: Potes direcionado para Polvo

ESPÉCIE ALVO: Polvo (*Octopus vulgaris*, *Octopus insularis*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE S (SC e RS)

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARACTERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	<p>O polvo (<i>Octopus vulgaris</i>) é uma espécie cosmopolita que se concentra na plataforma continental até 100-150 m de profundidade e sobre diversos tipos de substratos com fundos arenosos, rochosos e de cascalho. <i>Octopus insularis</i> é uma espécie encontrada predominantemente na região nordeste do Brasil, onde sustenta importantes pescarias comerciais. A pesca do polvo no SE/S encontra-se sob controle do esforço de pesca desde 2005 e é composta por 8 embarcações industriais sediadas em Navegantes (SC), Itajaí(SC) E Cananéia (SP), que utilizam espinhel com potes plásticos e armadilhas para a captura de polvo sobre fundos de cascalho, a até 130 metros de profundidade (normalmente 40 metros de profundidade). Os potes são mantidos submersos por alguns dias até seu recolhimento e retirada dos polvos. Os principais pontos de desembarque são Santos (SP), Cananéia (SP). Itajaí/Navegantes (SC) e Rio Grande (RS).</p>	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
<p>3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?</p>	<p>S</p>	<p>A pescaria de potes para polvo na região SE/S está regulamentada pela IN nº 26/2008, que estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do polvo (<i>Octopus spp.</i>), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira nas regiões Sudeste e Sul (BRASIL,2008). Dentre as medidas, fixa o número máximo de embarcações permitidas por região, tipo e especificações dos petrechos e profundidade mínima de operação.</p>

3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	<b>N.A.</b>	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011). A IN nº 26/2008 que ordena a pescaria de potes direcionados a captura de polvo tampouco dispõe sobre quaisquer medidas para capturas incidentais.
3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	<b>S</b>	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE SE/S, onde o único programa oficial de estatística pesqueira é o PMAP - Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira, que desde 2016 monitora o desembarque pesqueiro nos estados do RJ, SP, PR e SC, sendo executado pelas Univali (SC), Fundepag (PR), Instituto de Pesca (SP) e Fiperj (RJ) (PETROBRAS,2015). O Projeto Estatísticas de Desembarque Pesqueiro RS, resultado de um termo de cooperação técnica entre o Ministério da Pesca e Aquicultura e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) produziu anualmente o Boletim Estatístico da Pesca Marinha e Estuarina do Sul do Rio Grande do Sul, com as estimativas da produção pesqueira mensal na região, discriminadas por tipo de pesca, petrecho, espécie e mês de 2012 a 2018. Dados sobre a pesca industrial desembarcada no Rio Grande do Sul a partir de 2018 foram obtidos pelo Projeto Tubarão Azul (FURG), atualmente em curso. Sendo assim, consideramos que este indicador está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	<b>N</b>	A IN nº 26/2008 determina que todas as embarcações de pesca registradas que operam na captura de polvo, devem ser monitoradas por observadores de bordo em 25% de suas operações de pesca. Apesar de existir obrigação legal, o monitoramento a bordo não ocorre nesta pescaria. Além disso, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	<b>S</b>	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de armadilhas para polvo, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL,2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 8 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 5.11 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.



3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS exige que <u>todas as embarcações</u> registradas na pescaria de potes direcionado para polvo, nas modalidades 5.10, 5.11 e 5.12 da INI nº 10/2011, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL,2006b). Portanto, 100% da frota registrada RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.
--	---	---

## REFERÊNCIAS

- (1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.
- (2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.
- (3) BRASIL, 2008. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 26, de 19 de dezembro de 2008. Estabelece critérios e procedimentos para o ordenamento das operações relacionadas com a pesca do polvo (*Octopus spp.*), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2008.
- (4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.
- (5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.
- (6) PETROBRAS, 2015. Projeto Conceitual Monitoramento da Atividade Pesqueira da Bacia de Santos – PMAP-BS. Atendimento às condicionantes específicas no 2.5 da LP 439/2, no 2.7 da LI 890/12, no 2.8 da LO 1120/12, no 2.7 da LO 1121/12 e no 1157/13. Revisão 00. Santos, Petrobrás, 32p.

ID PESCARIA: 44

PESCARIA: Potes direcionado para Polvo

ESPÉCIE ALVO: Polvo (*Octopus vulgaris*, *Octopus insularis*)

ÁREA DE OPERAÇÃO: Mar territorial e ZEE N/NE

CAPTURA INCIDENTAL: N/A

<b>CARCATERIZAÇÃO DA PESCARIA</b>	O polvo é uma espécie cosmopolita que se concentra na plataforma continental até 100-150 m de profundidade e sobre diversos tipos de substratos com fundos arenosos, rochosos e de cascalho. A pescaria de espinhel com potes para a captura de polvo encontra-se sob controle do esforço de pesca desde 2005 e é composta por 5 embarcações de até 15 metros no estado do Ceará, a uma profundidade em torno de 30 metros. Os potes são mantidos submersos por alguns dias até seu recolhimento e retirada dos polvos. Existem poucas informações disponíveis na literatura acerca da pesca de potes dirigida ao polvo nas regiões norte e nordeste do Brasil.	
INDICADOR	R	JUSTIFICATIVA
3.1. A pescaria está sujeita a medidas de ordenamento?	<b>S</b>	A IN nº 15/2007, estabelece critérios e procedimentos para a emissão de Permissão Provisória de Pesca para captura específica do polvo ( <i>Octopus spp.</i> ), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira das Regiões Norte e Nordeste, define o número máximo de embarcações permitidas, comprimento total máximo das embarcações, método de pesca e limite máximo permitido de vasos ou potes abertos por embarcação (BRASIL,2007).
3.2. A pescaria tem obrigação legal de implementar medidas para reduzir capturas incidentais e descartes?	<b>N.A.</b>	Espécies de captura incidental não são identificadas pela INI nº 10/2011 para esta pescaria (BRASIL,2011). A IN nº15/2007 proíbe o desembarque de lagostas capturadas incidentalmente, obrigando a sua devolução.

3.3. A pescaria está coberta por monitoramento de desembarque?	N	A frota que atua nesta pescaria tem como área de operação o Mar territorial e ZEE N/NE, onde os principais pontos de desembarque não contam com programas oficiais de estatística pesqueira que colem dados sobre as operações de pesca durante os desembarques. Portanto, esta pescaria não está coberta por monitoramento de desembarque e o indicador não está atendido.
3.4. A pescaria está sujeita ao monitoramento a bordo?	N	A IN nº15/2007 determina que deverá ser permitido o embarque de Observador de Bordo ou pesquisador quando designado. Todavia, o Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira (PROBORDO), instituído pela INC nº 1/2006 (BRASIL, 2006a), encontra-se inoperante.
3.5. A pescaria tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo?	S	A IN nº 20/2014 estabelece que todas as embarcações registradas e autorizadas no RGP na modalidade de armadilhas para polvo, devem preencher e entregar Mapas de Bordo (BRASIL, 2014). Na base de dados do RGP (2017) constavam 5 embarcações registradas nessa pescaria (correspondente a modalidade 5.12 da INI nº 10/2011), das quais 100% tem obrigação legal de entregar Mapas de Bordo de acordo com o critério estabelecido. Portanto, este indicador está atendido.
3.6. As embarcações têm obrigação legal de serem monitoradas por sistemas de rastreamento?	S	A INC nº 02/2006, que institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS exige que <u>todas as embarcações</u> registradas na pescaria de potes direcionado para polvo, nas modalidades 5.10, 5.11 e 5.12 da INI nº 10/2011, ficam obrigadas a usar o equipamento de rastreamento por satélite instalado a bordo da embarcação durante as operações de pesca (BRASIL, 2006b). Portanto, 100% da frota registrada RGP tem obrigação de aderir ao PREPS, e o indicador está completamente atendido.

#### REFERÊNCIAS

(1) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 29 de setembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a elaboração e condução do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira - PROBORDO, assim como os procedimentos para a atuação dos Observadores de Bordo nas embarcações de pesca integrantes do PROBORDO. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de outubro de 2006, Seção 1, p. 9.

(2) BRASIL, 2006. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Defesa. Instrução Normativa Conjunta nº 02, de 04 de setembro de 2006. Institui o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de setembro de 2006.

(3) BRASIL, 2007. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Instrução Normativa nº 15, de 19 de junho de 2007. Estabelece critérios e procedimentos para a emissão de Permissão Provisória de Pesca para captura específica do polvo (*Octopus spp.*), nas águas marinhas sob jurisdição brasileira das Regiões Norte e Nordeste. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de junho de 2007.

(4) BRASIL, 2011. Ministério da Pesca e Aquicultura e Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011. Aprova as normas gerais e a organização do sistema de permissionamento de embarcações de pesca para acesso e uso sustentável dos recursos pesqueiros, com definição das modalidades de pesca, espécies a capturar e áreas de operação permitidas. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de junho de 2011, Seção 1, p. 50.

(5) BRASIL, 2014. Ministério da Pesca e Aquicultura. Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2014. Estabelece critérios e procedimentos para preenchimento e entrega de Mapas de Bordo das embarcações registradas e autorizadas no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de setembro de 2014, Seção 1, p. 42-43.